

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

JUAN FILIPE LOUREIRO MAGALHÃES

TERROR NAS ENTRELINHAS: O conceito de terrorismo como um discurso de poder
político e suas apropriações ideológicas

Rio de Janeiro
2017

JUAN FILIPE LOUREIRO MAGALHÃES

TERROR NAS ENTRELINHAS: O conceito de terrorismo como um discurso de
poder político e suas apropriações ideológicas

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHC/ UFRJ, na Linha de Pesquisa Poder e Instituições, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Orientador: Professor Dr. Wallace dos Santos de Moraes

Rio de Janeiro
2017

JUAN FILIPE LOUREIRO MAGALHÃES

TERROR NAS ENTRELINHAS: O conceito de terrorismo como um discurso de poder político e suas apropriações ideológicas.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGHC/ UFRJ, na Linha de Pesquisa Poder e Instituições, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História Comparada.

Data da aprovação: 10/07/ 2017

Banca Examinadora

Orientador: Prof. Dr. Wallace dos Santos de Moraes

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (PPGHC)

Profa. Dra. Camila Jourdan (UERJ)

Suplentes

Prof. Dr. Bruno Sciberras de Carvalho (PPGHC)

Prof. Dr. Romulo de Souza Castro (UFRRJ)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço por ter saúde e vida.

Em segundo, agradeço:

A minha família e minha companheira pelo apoio mesmo nas horas mais difíceis e em momentos de luto, em especial ao meu pai e a minha mãe.

Aos meus alunos por mostrarem nas minhas aulas que escolhi a profissão certa e que faço diferença.

À professora Dra. Renata Torres Schittino por despertar em mim o interesse pelo tema, desde a graduação na UFF.

Ao Dr. Gabriel Trigueiro por ajudar-me no projeto de pesquisa com correções pertinentes enquanto eu ainda rascunhava os primeiros planos de estudos.

Ao professor Dr. Fabrício Pinto Monteiro da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que me ajudou ao disponibilizar fontes e textos relevantes.

À professora Dra. Andreia Frazão (PPGHC) pela oferta da disciplina de apoio teórico e metodológico que muito me norteou e aos meus colegas de turma: Talles, Armed, Victor, Stéphanie, Carol Mendes, Diogo, Barbara, Juliana, Flora e Natalia.

Ao professor Dr. Alexander Zhebit (PPGHC) por ampliar meu conhecimento bibliográfico sobre o tema que pesquiso e aos colegas de turma da disciplina de mestrado, Raquel Anne Lima de Assis (PPGHC) e Rodrigo Monteiro de Carvalho (PPGHC), por tornarem as aulas mais interessantes agregando conhecimento em História Contemporânea.

Aos professores Drs. Flávio Gomes (PPGHC), Andrey Cordeiro(UFRRJ), Marcelo Moraes (UERJ) e Bruno Sciberras (PPGHC) pelo aceite em compor a banca, podendo assim contribuir com o progresso da dissertação.

Agradeço também à professora Dra. Camila Jourdan (UERJ). Seu engajamento revolucionário, com toda certeza, influenciou a dinâmica da pesquisa, tornando-a mais crítica.

Aos colegas de turma da disciplina ministrada pelo professor Wallace sobre teorias sociais: Antonio Higino, Leonardo Amatuzzi, Ele Semog, Sandra Martins e Carlos Santana.

Aos amigos do grupo de pesquisa da OTAL (Observatório do Trabalho na América Latina).

Ao meu orientador, Dr. Wallace dos Santos de Moraes, agradeço em especial, por ter me acolhido como orientando mesmo antes do processo de seleção do mestrado, com dicas, textos, recomendações... por, principalmente, orientar a pesquisa com toda erudição de que dispõe e por já estar me preparando para o doutorado.

DEDICATÓRIA

In Memoriam de minha querida irmã Caroline Loureiro Magalhães (03/11/1987 – 18/02/2016). Sua vontade de viver e alegria me contagiaram durante o tempo em que vivemos juntos. Jornalista, comunicadora, escritora, amiga e irmã. Nunca me esquecerei de você. Como ficamos agora sem sua espontaneidade e seu carisma diário?

RESUMO

O presente trabalho busca analisar o conceito de terrorismo. Historiadores, cientistas sociais, internacionalistas e intelectuais de forma geral, ninguém até hoje conseguiu estabelecer um conceito que seja universalmente válido. Se por um lado os oligopólios de comunicação de massa e representantes dos Estados adotam uma determinada significação associando unicamente a indivíduos ou a grupos o estigma de terroristas; do outro, autores, em uma perspectiva alternativa, buscam classificar as ações violentas dos Estados no mesmo âmbito. Independente da classificação adotada, o meio acadêmico e político necessita de maiores reflexões acerca do tema. A partir de distintas matrizes teóricas e conceituais, podemos perceber diferentes recortes discursivos e relações de poder, alterando assim o significado e a interpretação. Através de uma análise teórica bibliográfica aprofundada, pautada em fontes acadêmicas, jornalísticas e políticas e de um estudo de caso empírico acerca da tentativa de classificação da tática Black Bloc como uma ação de cunho terrorista, este trabalho objetiva, se não apresentar de maneira definitiva sua própria definição do termo, criar estratégias de análise e identificar critérios e categorias discursivas para uma melhor compreensão do fenômeno do terrorismo.

Palavras-chave: Terrorismo, terror, poder, discurso, apropriação, ideologia.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the concept of terrorism. Historians, social scientists, internationalists and intellectuals in general, no one until today has managed to establish a concept that is universally valid. If, on the one hand, the mass media oligopolies and state representatives adopt certain significance by pointing only to individuals or groups the stigma of terrorists, on the other hand, authors in an alternative perspective seek to classify the violent actions of states in the same sphere. Regardless of the classification adopted, the academic and political spheres need further reflection on the subject. Starting from different theoretical and conceptual matrices, we can perceive different discursive cuts and consequently different power relations, thus changing the meaning and the interpretation. Through a detailed bibliographic theoretical analysis based on academic, journalistic and political sources and an empirical case study about the attempt to classify the Black Bloc tactic as a terrorist action, this work aims, if it does not definitively present its own definition of the term, to create analysis strategies and to identify discursive criteria and categories for a better understanding of the phenomenon of terrorism.

Key words: Terrorism, terror, power, discourse, appropriation, ideology.

“O terrorismo é a guerra dos pobres,
e a guerra é o terrorismo dos ricos.”

Peter Ustinov

Sumário

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1: AS PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E METODOLÓGICAS	6
1.2 CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA COMPARADA	15
CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DO CONCEITO DE TERRORISMO	19
CAPÍTULO 3: BALANÇO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O CONCEITO DE TERRORISMO	36
3.1 A ESCALA DE ANÁLISE COMO ELEMENTO DE DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE TERRORISMO	36
3.2. O CARÁTER SUBJETIVO DA PERCEPÇÃO DO TERROR.....	46
CAPÍTULO 4: APROPRIAÇÕES DISCURSIVAS EMPÍRICAS E A TÁTICA BLACK BLOC	54
CONCLUSÃO	77
BIBLIOGRAFIA	80
ANEXO 1.....	90
ANEXO 2.....	91
ANEXO 3.....	92
Anexo 4	95

INTRODUÇÃO

O ano de 2013 no Brasil foi notável pelos levantes populares em diversos aspectos. Marcado por uma intensa agitação política, mas não uma política tradicional pautada em lideranças e representações, esse ano entra na história por tratar-se de um momento de questionamento popular da ordem estabelecida. O que observamos foi uma sucessão de protestos, justamente mediante uma crise de representatividade na demasiada frágil democracia brasileira.

Partidos políticos e seus representantes eram rechaçados pelos ativistas que buscavam mostrar a todo tempo o caráter apartidário dos movimentos. Na cobertura dos protestos, a mídia tradicional retratava a motivação das manifestações, quase exclusivamente associadas ao aumento das passagens de ônibus, quando, na verdade, a pauta reivindicada era consideravelmente mais abrangente.

Inicialmente, insatisfeita com os altos preços e com a péssima qualidade dos transportes públicos, uma grande parcela das classes populares invadiu as ruas das grandes cidades reivindicando diminuição do preço das passagens e melhores condições em tais serviços. Como o movimento ganhou cada vez mais adeptos e cobertura dos noticiários do país, os manifestantes também ampliaram suas reivindicações almejando melhores condições de vida para a população. Um grupo mais radical, identificado como Black Bloc, além de buscar proteger os manifestantes dos ataques das forças de repressão, também perpetrou ataques diretos contra as principais instituições do capitalismo atingindo, por exemplo, as vidraças dos bancos e das empresas multinacionais.

A forma como esse movimento foi tratado na imprensa – que buscava deslegitimá-lo e muitas vezes criminalizá-lo, afastando as ações do plano político, utilizando a expressão “vandalismo” e, em casos mais extremos, classificando como “terrorismo” os atos do grupo – fez com que os oligopólios de comunicação de massa também se tornassem alvos de protestos chegando a haver casos em que repórteres foram expulsos dos atos.

Não devem ser esquecidos também os episódios de enfrentamento com as forças policiais. Tais acontecimentos mostravam a disposição de indivíduos a se arriscarem conscientemente para expor uma crítica radical ao sistema político brasileiro e, quiçá, mundial. Independentemente da localização de cada indivíduo no espectro político, não se pode negar o caráter essencialmente popular dessas ações. Temos, dessa forma, um período de grande levante popular contra o sistema e a classe política como um todo e não apenas contra nomes específicos de políticos, com exceção dos governos executivos estaduais do Rio

de Janeiro e de São Paulo, em que Sérgio Cabral e Geraldo Alckmin eram diretamente contestados.

Se até 2014, sem ignorar a heterogeneidade do levante, podemos destacar a participação de grupos de extrema esquerda e de anarquistas, nos anos de 2015 e de 2016, temos uma mudança de configuração nas manifestações. Observa-se, nesses últimos anos, uma reação conservadora, dialogando com o radicalismo de fazer uma apologia à intervenção militar em algumas ocasiões, direcionando uma metralhadora de críticas para o poder Executivo Federal e seus aliados, caracterizando uma reação da direita brasileira às lutas populares dos anos anteriores.¹

Neste momento, no qual temos um avanço das forças conservadoras, é fundamental que a academia se posicione e que os intelectuais e as massas reforcem os discursos de oposição às forças políticas retrógradas que dominam o cenário político. Não se trata de defender um partido ou outro, um grupo político ou outro. Muito pelo contrário, trata-se de somar forças contra uma tendência que avança a passos largos no Brasil e no mundo. Forças estas que criminalizam as lutas políticas por demandas populares. É nesse contexto que este trabalho está situado.

Como o contexto atual dialoga com o terrorismo? O que seria esse terrorismo que os adeptos à tática Black Bloc foram acusados de cometer? Para responder a essas questões, primeiro devemos explicar sobre qual concepção de terrorismo estamos falando. Mediante uma interpretação múltipla do conceito, é possível entender que o termo pode ser atribuído a diferentes agentes dependendo da ótica sob a qual é observado.

O que será desenvolvido nas próximas páginas é uma demonstração da multiplicidade interpretativa do fenômeno, passando por diferentes discursos, construídos por diferentes interlocutores, chegando, obviamente, a diferentes conclusões e classificações.

Principalmente no pós 11 de setembro, temos nos deparado com uma grande renovação do interesse pela temática do terrorismo. Inúmeros artigos, discursos ou estudos não significam, porém, uma melhor compreensão sobre o tema. Ademais, a crescente demanda atual não foi capaz, até o momento, de esgotar a questão de maneira convincente e definitiva.

Alguns especialistas já demonstram suas inquietações de forma explícita, dado o longo trajeto que ainda está pendente para que possamos considerar o estudo encerrado. São

¹ Moraes (2016). *Le Monde Diplomatique (Brasil)*. Disponível em: <http://diplomatie.org.br/uma-analise-critica-do-falso-maniqueismo-estabelecido-pela-criese-institucional-do-governo-dilma/>

necessárias maiores contribuições e pesquisas nesse assunto para um melhor entendimento do fenômeno. Estamos muito distantes de conceituar, explicar e compreender. Prova disso é a heterogeneidade das obras cuja definição do objeto e cujo recorte teórico têm avançado em sentidos distintos e muitas vezes contraditórios entre si.

A recente profusão de artigos e estudos sobre o tema não parece ter resultado numa maior facilidade de diálogo-científico e político-, intra ou interdisciplinar sobre este fenômeno pois os intelectuais tem refletido pouco sobre o caráter político e ideológico de seus próprios conceitos e estudos.²

A tarefa de refletir acerca do significado do terrorismo no mundo político contemporâneo necessita lidar primeiramente com o problema da definição de terrorismo. Uma das principais controvérsias a respeito do tema é a dificuldade de consenso quanto a caracterização do fenômeno. Diversos autores debruçam-se sobre o assunto e chegaram a conclusões tão variadas que se contradizem entre si.³

A multiplicidade de discursos possíveis sobre o significado da expressão terrorismo atrelada à indefinição conceitual possibilita o uso político do termo de acordo com a conveniência e interesse do interlocutor. Há uma batalha pelo significado do conceito travada pelos analistas políticos, intelectuais e jornalistas que se preocupam com a temática. Tal batalha carrega um forte aspecto subjetivo intrínseco que altera todo o significado da resposta, uma vez que muda completamente o objeto de análise. Sendo assim, este trabalho busca explicar o terrorismo de forma a comparar as diferentes tendências significativas moldadas por diferentes agentes políticos, acadêmicos e midiáticos sem pretensão de se chegar a uma definição final sobre o conceito. Trata-se mais de pôr questões em pauta, do que efetivamente buscar esgotá-las.

Para isso, o roteiro a ser apresentado será o seguinte: no primeiro capítulo, temos a preocupação em apresentar as questões de ordem teórica e metodológica. A questão fundamental é a compreensão do discurso como um instrumento de poder. Para isso é desenvolvido um debate sobre discurso e poder, com as devidas matrizes teóricas que tratam diretamente ou simplesmente tangenciam o tema, mostrando que os distintos recortes teóricos podem propiciar díspares recortes discursivos e conseqüentemente diferentes interpretações.

No segundo capítulo, apresentaremos a história cronológica do conceito de terrorismo para identificar desde a sua primeira aparição, suas mudanças e ressignificações, em especial

2 SEIXAS, Eunice Castro. **Terrorismos: uma exploração conceitual**. Revista Sociologia Política Curitiba, volume 16, 2008 p.9. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/250987829_Terrorismos_uma_exploracao_conceitual
3SCHITTINO, Renata Torres. **Terrorismo: a violência política como espetáculo**. Dissertação de mestrado PUC Rio Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2004, p. 12.

no século XIX, até o contexto contemporâneo. Essa discussão objetiva subsidiar os capítulos seguintes de forma a demonstrar historicamente a multiplicidade conceitual do termo.

No terceiro capítulo, nos dedicaremos a mostrar um balanço bibliográfico contemporâneo sobre o conceito de terrorismo. Trata-se de uma análise amplamente teórica, preocupada em problematizar as limitações dos textos produzidos até então, de forma a mostrar que determinados pressupostos, como escalas de análise do objeto de pesquisa e ampliação ou não da noção de terror, alteram significativamente o resultado do que podemos considerar como terrorismo. O objetivo é criticar a interpretação baseada no senso comum, muito difundida na historiografia, e ampliar as possibilidades interpretativas através das análises dos discursos produzidos sobre o terrorismo.

Finalmente, no último capítulo, a análise do conceito de terrorismo ganha contornos empíricos, mediante os estudos de caso sobre a tática Black Bloc e sua vinculação com o fenômeno estudado. A partir de todos os problemas apresentados nos capítulos anteriores, ficará evidente como é extremamente superficial classificar as lutas políticas por demandas populares como terrorismo. Também ficará claro como isso é feito sistematicamente pela grande imprensa formadora de opinião.

CAPÍTULO 1: AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

De tempos em tempos, o mundo ocidental se vê perplexo com os eventos espetaculares de violência ocorridos em suas principais cidades, denominados pelos oligopólios de comunicação de massa e por representantes dos Estados como ações de terrorismo. Para além da óbvia necessidade de lamentação e de indignação pela morte de centenas de vidas devido à escalada da violência, seria indispensável uma análise estruturada objetivando uma melhor compreensão do fenômeno e do motivo real de sua ocorrência.

Ao se ter em vista as diversas possibilidades de diálogo com outras disciplinas, torna-se evidente que não estamos lidando com um tema simples em que uma determinada possibilidade de resposta encerre a questão de forma definitiva. Distintos intelectuais tentaram teorizar sobre esse fenômeno, seja na história, nas relações internacionais, na geografia e nas ciências políticas, mas nenhum esgotou definitivamente a questão.

Ao pensarmos em terrorismo, imediatamente temos em mente uma determinada concepção que pressupõe sua ocorrência como um fim em si mesmo. Isto é, o compreendemos como a imposição do terror por parte de grupos e ou indivíduos fundamentalistas que promovem verdadeiras barbáries em ações de violência muitas vezes espetaculares que beiram o abismo do inacreditável.

Isso gera imediatamente uma comoção pelo sofrimento das vítimas, um sentimento de insegurança e, principalmente, de revolta. Dessa forma, inicia-se uma busca aos culpados, custe o que custar, ao menos nas vezes em que os indivíduos não se suicidam no exercício da ação. Para esse caso, a impotência talvez seja o sentimento característico, porém ainda assim inicia-se também uma busca aos culpados, não do indivíduo que praticou a ação em si, por razão óbvia, mas de outros adeptos que compartilham dos mesmos ideais ou que pertençam ao mesmo grupo que assume a autoria dos atos, ou simplesmente que sejam acusados de tal. Mas será que a concepção de que o mundo ocidental liberal democrático é vítima de extremistas políticos e/ou religiosos esgota realmente esta questão? Essa não seria apenas uma das possibilidades de respostas e a adoção da mesma como uma verdade absoluta não limitaria a percepção do problema? Como explicar as distintas interpretações sobre o terrorismo?

Para tentar responder a esses questionamentos, primeiramente devemos ter em vista que diferentes interpretações sobre o fenômeno são produzidas e reproduzidas mediante distintos discursos sobre tal temática. Os interlocutores dos discursos obviamente não são ingênuos e os utilizam como instrumentos de poder. Para caminharmos nesta direção, ou seja, para analisarmos as diferentes abordagens sobre o terrorismo tendo como ênfase os discursos

produzidos como elementos de poder, se faz necessário, antes de qualquer coisa, ter em mente qual concepção de discurso e quais concepções de poder estaríamos realmente propensos a abordar. Para isso, respectivamente, algumas opções teóricas e metodológicas podem nos auxiliar.

No que se refere ao campo teórico, temos visto nas últimas décadas a historiografia conquistando grandes avanços no diálogo com outras disciplinas. Os benefícios do estreitamento entre a história e outras esferas do saber como sociologia, direito, psicologia social, psicanálise, matemática, relações internacionais, informática, linguística, entre outras, não podem ser menosprezados.⁴

Cada uma dessas disciplinas apresenta a capacidade de contribuição com relevâncias diferentes, com apropriações desiguais entre si e de naturezas completamente distintas. Este aprofundamento do contrato entre as diferentes áreas dimensiona a história de forma a identificar que a mesma não resume em si o conjunto das ciências do homem e da sociedade. A linguística, em particular, fornece novas perspectivas ao novo historiador político, oferecendo métodos de tratamento e interpretação até então desconsiderados.⁵ A disciplina alarga incontestavelmente o horizonte dos historiadores, pois é capaz de dissolver as evidências das significações imediatistas.

Após o desenvolvimento dos empréstimos da linguística, a análise dos textos adquirem maiores possibilidades e consistências, pois consegue multiplicar as questões a serem colocadas, sendo capaz de enriquecer o olhar cotidiano do historiador.⁶ Nesse alinhamento entre as disciplinas, a compreensão histórica perpassa pela análise das intenções dos autores na escrita de uma obra.

Nos últimos trinta ou quarenta anos, as proposições teóricas da chamada Escola de Cambridge exercem enorme influência na historiografia. O contextualismo linguístico utiliza-se da chamada “virada linguística” para o desenvolvimento de teorias que criticavam alguns pressupostos fundamentais do período.⁷ Temos assim um alargamento no diálogo com a linguística para a compreensão dos conflitos políticos e sociais, através do uso da linguagem e suas disputas, compartilhadas pelos participantes destes conflitos.

4 REMOND, René. **Por uma história política**, 2 edição; FGV; 2003, p. 29.

5 *Ibid.*, p. 30.

6 PROST, Antonie. **As palavras** In REMOND, René, **Por uma história política**, 2ª edição, FGV: 2003, p. 325.

7 A expressão “virada linguística” pode ser explicada não apenas como uma alteração da associação entre realidade e linguagem. Essa última pode ser identificada com autonomia em relação à realidade, não possuindo um grau hierárquico de inferioridade, uma vez que não se limita a ser mais um reflexo da realidade. Para além de uma visão não representacional da linguagem, trata-se da tematização da linguagem como um fator central para dar respostas a determinadas problemáticas.

As contribuições da Escola de Cambridge foram fundamentais para o desenvolvimento da historiografia. Os avanços da história intelectual se devem muito à virada linguística que marcou o campo das humanidades no século XX. As análises dos discursos, após a insurgência dos Annales, possibilitaram à historiografia o diálogo irrestrito com uma gama de disciplinas até então ignoradas, permitindo que a linguística pudesse assumir um papel importante dentro da nova história política, uma vez que redimensiona as possibilidades de análises dos discursos políticos. Dois autores fundamentais se apresentam como expoentes dessa tendência: Quentin Skinner e John Pocock.

Skinner, ao publicar a obra **Meaning and Understanding in the History of Ideas**, em 1969, realiza uma crítica a múltiplas áreas da História das Ideias políticas, imputando principalmente dois estigmas: primeiro, o anacronismo com o qual se atribui intenções às obras. Intenções essas que seus respectivos autores não poderiam ter tido no contexto da publicação das obras; e, segundo, o questionamento da crença da perenidade das obras clássicas como verdades universais, abrindo espaço para questionar as intenções específicas desses autores, buscando esclarecer exatamente as intencionalidades. Nessa perspectiva, o historiador se depara com uma metodologia de análise diferente, que é direcionada para explicar como o autor tentou explanar o que foi explanado, para esclarecer exatamente, ou seja “que ele pode ter querido significar com o que disse – ou deixou de dizer”.⁸ Ao invés de se buscar teses totalizantes, Skinner percebe nos enunciados uma intencionalidade específica, direcionada a uma situação específica, não cabendo a supervalorização dos aspectos holísticos na busca pela transcendência destas especificidades, com objetivos universalistas.

Já Pocock, ao publicar a obra **Linguagens do Ideário político**, em 2003, identifica que a linguagem assume significações de acordo com os diversos interesses dos autores, não se limitando a um mero efeito da realidade, apenas refletindo uma determinada experiência, categorizando e influenciando-a.

O historiador deve apreender o que tal autor quis dizer e como disse o que disse, além de quais relações poderiam ter se estabelecido entre vários enunciados diferentes dentro do mesmo contexto geral... preocupando-se com a diversidade de contextos linguísticos que iriam determinar o que poderia ser dito e que, ao mesmo tempo, sofriam a ação daquilo que era dito.⁹

8 ARMANI, Carlos Henrique. **Reflexões sobre o contexto na história intelectual: entre a virada linguística e o novo materialismo filosófico**. Revista Tempos Históricos, Volume 19, 2015p. 84. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_BnCv-f8ddQJ:e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/12763/8825+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
9 *Ibid.*, p. 85 e 86.

Para Pocock, a historiografia seria uma espécie de análise da reconstrução dos discursos políticos na qual os agentes históricos, responsáveis direta ou indiretamente, estariam engajados em seu tempo. Nessa perspectiva, temos a existência de diversas linguagens políticas que podem conviver em uma mesma sociedade, podendo ou não ser legitimadas pelos grupos pertencentes à mesma. Skinner e Pocock enfatizam a necessidade de compreensão da forma pela qual a significação é produzida por intermédio da conexão entre linguagem, ação e conhecimento, ou seja, mediante as anulações e omissões intencionais.

Por outro lado, a *Begriffsgeschichte*, muito difundida nos textos de Reinhart Koselleck, defende que os conceitos se apresentam de forma amplamente plural, na medida em que os seus sentidos articulam-se mediante as experiências históricas.¹⁰ Jamais devem ser compreendidos a partir de uma significação estática. Ao contrário, os conceitos projetam-se temporalmente, transcendendo seu contexto originário, podendo até mesmo voltar-se contra seus próprios pressupostos, evidenciando sua mutabilidade, mediante a imersão temporal e linguística.

Diferentemente de Skinner ou Pocock, Koselleck não se refere a discursos ou a linguagem, pois coloca ênfase nas palavras e em sua historicidade, tal como são utilizadas em diferentes momentos, por diferentes atores. Koselleck chama a atenção para a importância da análise linguística e semântica na investigação das variadas dimensões do mundo social em diferentes épocas. Segundo o autor, o estudo dos conceitos e da variação dos seus significados ao longo do tempo é uma condição básica para o conhecimento histórico. Koselleck denomina História dos Conceitos, o procedimento que permite apreender o complexo processo de ressignificações de alguns conceitos ao longo do tempo. Mais do que um método a ser aplicado ou uma disciplina autônoma, a História dos Conceitos seria um instrumento complementar e necessário para a interpretação histórica.¹¹

Koselleck, ao elaborar elementos de estudo determinantes sobre o debate acerca do encadeamento profundo ente História e linguagem, instaura uma abordagem sobre a História das Ideias que se incorpora a uma autêntica teoria da história. Uma de suas mais significativas colaborações foi, de um lado, validar as conexões que existem entre o pensamento social ou

10 Em alemão, *Begriffsgeschichte* pode ser compreendido como um projeto intelectual do historiador Reinhart Koselleck, que se dedica há algumas décadas à reflexão teórico- metodológica acerca da história dos conceitos e de sua relação com outros campos da reflexão histórica. A esse respeito é bastante elucidativo o seu trabalho "Begriffsgeschichte und Sozialgeschichte" em seu livro **VergangeneZukunft**, 2ª edição, Frankfurtam Main, Suhrkamp, 1984. KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past**. Massachusetts: Institute of Technology, 1985.

11 Kirschner, 2007, p. 49.

político e os sujeitos e, de outro, apontar de que maneira se confere a fusão entre as expressões de determinados pensamentos históricos.

Para Koselleck, a história dos conceitos tem como finalidade primordial o estudo do uso dos conceitos e suas ressignificações na trajetória do avanço histórico. Segundo ele, o conceito é, a priori, uma troca mútua com as diversas temporalidades experimentadas e vividas por atores políticos e sociais. Deste modo, de acordo com o historiador alemão, os conceitos não podem nunca ser classificados como um conjunto textual independente. Os mesmos precisam, na verdade, estar constantemente associados a uma determinada existência social, em função do entendimento histórico.

A história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político.¹²

Os estudos dos conceitos se baseiam no recurso da hermenêutica, problematizando a experiência humana e sua historicidade. “Cada palavra, mesmo cada substantivo, comprova as suas possibilidades linguísticas para além do fenômeno particular que ela caracteriza ou denomina em certo momento”.¹³ A *Begriffsgeschichte* demonstra significativamente o papel da linguagem nos processos de transformação social, refletindo muitas vezes os avanços e as rupturas entre a essência do conceito em si e a experiência histórica.

Não se pode pensar nos conceitos como algo fixo ou inalterável. Torna-se inadmissível para qualquer historiador ignorar as suas ressignificações na trajetória do avanço histórico. Cair nessa armadilha é adotar de forma ingênua uma determinada ideologia ou, no mínimo, comprar determinado discurso, sem as necessárias reflexões pertinentes. Mas como aplicar estes estudos conceituais na prática? Quais opções metodológicas são oferecidas ao historiador interessado no estudo da linguagem e seus desdobramentos, que neste caso em específico busca auxílio na linguística e na história dos conceitos para explicar o significado do terrorismo? Para avançar na questão metodológica e pensar o discurso como um instrumento de poder, é necessário definir de que poder estamos falando. Sendo assim, duas concepções se apresentam de forma conflituosa entre si.

12 KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. **Contribuição a semântica dos tempos históricos**. Editora Contraponto; 2006, p.103.

13 *Ibid.*, p. 115.

A primeira tem raízes em Hobbes. O homem no seu estado de natureza é um ser com vontades ilimitadas, impondo-se sobre outros homens pela força, dado o caráter maligno da sua essência. As propriedades não podem ser divididas ou compartilhadas, uma vez que o homem é o lobo do homem e a violência é amplificada para assegurar a conquista e a manutenção, explicitando uma característica permanente da violência do estado de natureza hobbesiano. O medo da morte violenta, dado o aspecto rigorosamente irreduzível de satisfação das necessidades humanas, aliada à igualdade entre os homens e à propensão de recorrência à violência uns contra os outros, cria um estado de insegurança e de imprevisibilidade.

Em Hobbes, a única maneira de trazer segurança aos homens, para que através de seu próprio trabalho e dos frutos da terra possam se alimentar e viver satisfeitos, é delegar toda a sua força e poder a um terceiro, reduzindo suas diversas vontades à vontade de um só, gerando um **Leviatã** a quem os homens devem sua paz e defesa. Autoridade do Estado concedida por cada indivíduo através de um pacto permite o uso do poder, da força e da coerção por parte do soberano. Com efeito, todos os súditos devem abrir mão de sua liberdade para assegurar a paz e a segurança comum.

Na mesma linha liberal estadocêntrica, o cientista político Joseph Nye desenvolve sua estratégia referente à questão do poder mais contemporânea. Em sua interpretação, no passado, o grande teste para identificar o poder de um Estado tinha por costume ser a força bélica. A guerra era a esfera máxima onde se jogavam as cartas da política internacional e se provavam as estimativas de poder relativo.

Em seu livro **O paradoxo do poder americano**, Nye alerta que tais fundamentos se alteraram ao longo do tempo. Nos últimos anos, os fundamentos do poder têm se afastado da esfera militar e das conquistas. Um dos motivos foram os armamentos nucleares que se tornaram altamente destrutivos e temíveis. Nye aponta ainda outros motivos: a emergência dos nacionalismos que torna mais difícil para os Estados hegemônicos controlar populações despertadas, o grande custo econômico e a rejeição internacional, no que se refere à manutenção de impérios coloniais e às políticas imperialistas.¹⁴

O autor aponta as sociedades pós-industrializadas, onde existe um cultivo de valores, aspirando ao bem estar social em detrimento da conquista, não tolerando grandes baixas humanas, exceto quando a existência possa estar em cheque. Não se tolera uma política de imperialismo militar, como no passado, de forma a colocar vidas em risco em troca de conquistas territoriais. A ausência de uma ética guerreira, segundo o autor, exige uma

14 Nye, Joseph. **O Paradoxo do poder americano**. UNESP, 2002, p. 31.

elaborada justificativa moral para legitimar ações belicosas de forma a garantir a obtenção de apoio popular.¹⁵

Sendo o poder, segundo Nye, a arte de determinar ou influenciar o modo de conduta dos demais para conseguir resultados desejados, podem existir duas maneiras diferentes para alcançar tal influência. A primeira seria pela força bruta denominada *hard*, utilizada em casos em que se obtém a influência através da obrigação, como o uso de força militar em guerras, por exemplo. O poder bruto se apoia tanto em induções, como em ameaças. O *hard power* seria um exercício direto de força bruta imposta contra alguém ou uma ameaça de ocorrência de tal fato.

Vale atentar para o fato de que a capacidade de obtenção de resultados desejados está diretamente associada à posse de recursos materiais como território, recursos naturais, vigor econômico, força militar. O poder bruto tem seu campo de ação centrado principalmente em duas esferas. Uma seria na área econômica, na qual os poderosos se valem de seus *status quo* e utilizam intimidações, sanções, ameaças e punições como ferramentas de coerção para alcançar determinados objetivos que lhe interessam. Assim, obrigam outros a terem determinado comportamento que convém. Valem-se inclusive de políticas de apoio financeiro e de subornos. A principal esfera de atuação do poder *hard* seria a área militar. Nesse âmbito, a habilidade de influenciar o comportamento do outro e de conseguir resultados desejados é exercido através de diplomacia coercitiva, em que o fator ameaça é cotidianamente presente; em que guerras, alianças bélicas ou até mesmo em casos extremos em ataque militar direto estão cotidianamente sendo considerados.

A outra forma de conseguir os resultados desejados seria a *soft*. Neste aspecto, o poder é exercido através de atração e sedução. É objetivo desse tipo de poder seduzir outros agentes a terem determinado comportamento. Tende-se a cooptar em vez de coagir. Conseguem-se os resultados desejados, fazendo com que o outro queira ter tal comportamento. Em ambos os casos, o objetivo final é alcançar os interesses manipulando o comportamento alheio, contudo mudam-se os métodos de conduta para tal. O autor, na verdade, traz uma análise que centraliza as dimensões de poder vinculadas à persuasão e à atração. A capacidade de obtenção de resultados desejados está na efetividade de esferas de poder intangíveis, como cultura, ideologias e instituições atraentes.

15 *Ibid.*, p. 32.

Se eu consegui levá-lo a querer fazer o que eu quero, não precisarei obrigá-lo a fazer o que você não quer. Se os Estados Unidos representarem valores que os outros queiram adotar, a liderança nos custará menos. O poder brando não é simplesmente sinônimo de influência, embora seja uma fonte de influência. Afinal, eu também posso influenciá-lo com ameaças e recompensas. Por outro lado, o poder brando é mais que persuasão ou que a capacidade de seduzir e atrair. E a atração geralmente leva à aquiescência e à imitação... O poder brando emana em grande parte dos nossos valores. Valores que se expressam na nossa cultura, na política que adotamos e no modo que nos comportamos internacionalmente.¹⁶

A atratividade da cultura é um núcleo chave para desenvolver o *soft power* de um Estado. Também podemos destacar os valores políticos semelhantes quando são cumpridos interna e externamente, além da política externa, quando é vista como legítima e possui autoridade moral. Nesse sentido, temos três pilares que colaboram para o desenvolvimento do poder brando: a atratividade cultural, os valores políticos e a legitimidade da política externa. Esses são alguns requisitos que podem ser analisados quando se deseja avaliar o *soft power* de um determinado Estado, na perspectiva do autor. O conceito de *soft power* atrela valores e a atratividade cultural e das instituições com tarefa de persuadir e atrair os outros a terem determinadas atitudes. Tanto no *soft power* quanto no *hard power* temos o mesmo fim: manter ou conquistar a hegemonia, embora os meios para tal sejam distintos.

Contudo o que está em questão nessa apropriação metodológica de Nye e o que mais o aproxima de Hobbes é o caráter estatal do poder. O **Leviatã** todo poderoso, utilizando-se do *soft* ou *hard power*, em nenhum momento tem seu poder questionado. Problematiza-se a estratégia de ação, não a ação. A capacidade de emanar poder nesta concepção se dá única e exclusivamente dos Estados, descaracterizando qualquer outra forma de manifestação de poder. É unicamente pelo Estado hobbesiano que Nye desenvolve a sua análise da manifestação do poder.

A outra perspectiva de poder tem um traço originado em Kropotkin. Defensor da emancipação popular e da autogestão, o autor é um crítico categórico do Estado e de todas as suas funções pautadas na opressão que objetivam garantir a manutenção do *status quo* da burguesia, através da perpetuação da propriedade. Para o autor, pela lei e pelo Estado, os burgueses apoderaram-se do capital, constituíram e mantiveram sua autoridade.

O povo que souber organizar por si só, o consumo das riquezas e sua superprodução no interesse de toda a sociedade, não poderá mais ser governado. Um povo que constituir a força armada do país, e que souber dar aos cidadãos armados a coesão e a unidade de ação necessária, não será mais comandado. Um povo que organizar suas ferrovias, sua marinha, suas escolas, não poderá mais ser administrado E enfim,

16 Nye, Joseph. **O Paradoxo do poder americano**. UNESP, 2002, p. 37.

um povo que souber organizar seus árbitros para julgar as pequenas disputas, e nas quais cada indivíduo considere como dever impedir que o malandro abuse do fraco, sem esperar a intervenção provincial do guarda, não necessitará nem de policiais, nem de juízes e nem de carcereiros.¹⁷

Nesta perspectiva de emancipação popular, um autor que se aprofunda no estudo do poder de maneira a reforçar tal tendência é Michel Foucault. Em seu livro intitulado **Em defesa da sociedade**, a análise se dá em um âmbito completamente diferente dos pressupostos apontados por Joseph Nye. O autor busca compreender seus mecanismos entre dois distintos pontos de referência, ou seja, o poder em si e sua delimitação entre poder e verdade.

Uma análise mais aprofundada do significado do poder para esse autor tem como objetivo central deslocar a tendência de uma teoria política tradicional que se destaca ao vincular ao Estado nacional o monopólio do poder conforme descrito nas ideias liberais de Joseph Nye. Nessas ideias o poder aparece sempre emanado do Estado, sendo subdividido em *hard* ou *soft power*, migrando assim para observar a existência de uma cadeia de micro-poderes que se articulam entre si, perpassando por toda a estrutura da sociedade. Este deslocamento do eixo do poder, do Estado para os níveis localizados mais próximos da base social, é uma mudança significativa de panorama de observação das manifestações de poder.

Trata-se (...) de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos.¹⁸

Na perspectiva foucaultiana, o poder não se dá de cima para baixo, como apontado em Nye, mas justamente de forma inversa, ou seja, ascendente de maneira dispersa socialmente. As abordagens no que se refere ao estudo do poder nesse autor devem partir do micro em direção às macroanálises e, a partir de então, se constituírem em organizações mais amplas. Ao se colocar como um legítimo representante da resistência, o autor opõe-se radicalmente à prerrogativa do poder como benefício de uma determinada categoria de indivíduos ou classe social hegemônica. Na realidade, em sua concepção, o poder não seria produzido por indivíduos, e sim os indivíduos seriam produzidos pelo poder.

17 Kropotkin. **O princípio anarquista e outros ensaios**. Serie: Estudos libertários. Hedra, São Paulo, 2007, p. 119 e 120.

18 FOUCAULT, Michel. "Soberania e Disciplina" *In Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 182.

Sendo o poder um produtor do saber, ressalta-se a necessidade de consolidar o saber não hegemônico, ou melhor, o saber da resistência, dando voz aos que antes permaneciam ignorados historicamente. Os saberes dominados tornam-se protagonistas nesse pressuposto analítico. Assim, Foucault encarna um papel fundamental nas análises de poder que se propõem a libertar os saberes sujeitados como uma espécie de ação política marginal dissidente.

O autor tem a preocupação metodológica de que a análise do poder não deva se ater somente ao plano da intenção ou decisão. Não se trata de saber por que e com que estratégias alguns querem dominar e sim entender como as coisas ocorrem ao nível da sujeição. Em vez de perguntar como o soberano aparece no topo, tentar saber como foram constituídos, pouco a pouco, progressiva, real e materialmente os súditos, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos dos pensamentos, etc.¹⁹ Para o autor, é necessário captar a instância material da sujeição enquanto constituição dos sujeitos, precisamente o contrário do que Hobbes quis fazer no **Leviatã** e, no fundo, do que fazem os juristas.

Dessa forma, tendo claro o fato de que este trabalho busca analisar os discursos como instrumentos de poder, temos no campo teórico a análise dos discursos e no campo metodológico as distintas percepções de poder. Cabe contrapor ambas as tendências de forma a utilizar os teóricos da história comparada na contraposição desses distintos discursos.

1.2 CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA COMPARADA

Temos duas noções de poder distintas: uma emanada do Estado e da elite política dominante institucionalizada, aliando-se a esses grupos a grande imprensa; e outra noção mais perceptível nas microesferas, ou seja, de baixo para cima, do popular para a elite, podemos admitir que cada um desses núcleos de produção de discurso e, obviamente, de manifestação de poder possam construir e reproduzir determinada manifestação teórica sobre terrorismo. Aqui, a história comparada pode nos auxiliar.

O método comparativo não é verdadeiramente uma novidade acadêmica. Seus adeptos permeiam em muitas áreas do saber como na literatura, na política, no direito, na religião e também na história. Mas como se deve fazer exatamente uma história comparada?

¹⁹*Ibid.*, p. 182 e 183.

Deve-se começar com a percepção que nossas unidades de comparação são comparáveis... temos que ter prudência para não cair em uma visão comparativa geral e reducionista. Necessitamos compreender os marcos regionais históricos dos pontos de comparação, para suas fontes, as diferenças e igualdades. Temos que ter a sabedoria de manejar as línguas, a história, o âmbito geográfico.²⁰

As múltiplas possibilidades interpretativas presentes – seja na imprensa, nos filmes, na bibliografia que se dedica a tratar o assunto, muitas vezes ou quase sempre conflitantes entre si no que se referem a uma definição conceitual – nos trazem a necessidade de utilizar a história comparada como metodologia eficiente para medir cada uma das possibilidades interpretativas. Se o grupo social hegemônico – através da imprensa, dos discursos políticos e de alguns intelectuais – define terrorismo de uma determinada maneira, os grupos marginais dissidentes possuem uma visão diferenciada, engajados em um pensamento crítico que questiona as premissas do primeiro grupo, criando novas concepções que mudam radicalmente a definição do objeto.

Um autor comparativista que fornece um importante indicativo contribuindo teórica e metodologicamente é Jurgen Kocka. Ao propor quatro funções metodológicas da comparação, deixa claro que a história comparada possui diversos benefícios que são inegáveis. Primeiramente, considera aspectos heurísticos na abordagem comparativa permitindo a identificação de questões e problemas que poderiam, de outro modo, se perder ou negligenciar. A segunda considera aspectos analíticos na abordagem comparativa a fim de se levantar e responder questões de causa. A terceira possui preocupações paradigmáticas, onde a comparação ajuda o sujeito a se distanciar do caso que conheça intimamente. Finalmente temos os aspectos descritivos, em que a comparação histórica ajuda a esclarecer os perfis de casos singulares, ao contrastá-los com outros. O autor acrescenta que não apenas ajuda a apoiar noções de particularidade, mas também indispensável para desafiar e modificar tais noções.²¹

Ao propormos a possibilidade de comparação de fenômenos históricos, temos um avanço significativo se confrontarmos as iniciais perspectivas de Marc Bloch cujo modelo comparativo se dá preferencialmente entre sociedades próximas geograficamente e cronologicamente. Abre-se, na perspectiva de Kocka, um mundo de possibilidades comparativas infinitas. Esse novo mundo é uma porta que se abre aos historiadores, aumentando o leque de alternativas de pesquisas que podem agora desfrutar das vantagens da

20 KRAUSS, Heidi. **Despedida de La Torre de Marfil- História Comparada´ - Una introducción**. Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, História Medieval, 2008, p.161.

21 KOCKA, Jurgen. **Comparison and Beyond; History and Theory**. Volume 42, nº 1, p. 34 , 39. Fev, 2003.

metodologia comparada. Pensado de forma específica e, seguindo a tendência do autor, o fenômeno do terrorismo passa também a ser passível de análise comparativa, desfrutando assim de suas vantagens metodológicas, problematizando a unicidade da significação do fenômeno. Mediante a negação de seu caráter lexicológico singular, conforme retratado a partir da bibliografia estadocêntrica, é possível compreender as ressignificações através das disputas conceituais pelos diferentes modelos políticos e ideológicos que podem ser comprovados nos contrastes entre as abordagens hegemônicas e alternativas, possibilitando esclarecer aspectos de semelhanças e diferenças entre ambas.

A brecha oferecida por Kocka, por si só, já viabilizaria e justificaria a opção comparativa de análise ao objeto do terrorismo, mas é possível ir além. Pode-se ainda estabelecer um diálogo entre as alternativas teóricas e a metodologia comparada de tal forma que ambas se confundem, se pensarmos na jurisprudência aberta por Jorn Leonhard.

Una historia comparada de los conceptos analiza las transformaciones, el valor y la validez, la coherencias y las conexiones de los conceptos básicos, para reconstruir la transición a largo plazo del discurso político desde el antiguo orden social ...hasta las modernas sociedades burguesas. El análisis comparativo pretende la búsqueda de ambivalencias concretas, momentos de cambio, contemporáneos o no... por medio del contraste de historia diferente del mismo concepto en los diversos países. La premisa de este acercamiento proviene de la idea de experiencias históricas concretas y de expectativas que determinan la estructura semántica de cualquier concepto sócio-político.²²

Nesse sentido, uma história comparada dos conceitos nos ajudaria a ter a capacidade de confrontar as distintas produções discursivas sobre os eventos denominados terroristas. Aprofundando-nos em experiências históricas, podemos nos questionar sobre distintos discursos produzidos sobre um mesmo fenômeno e nas relações de poder intrínsecas nessa perspectiva. Têm-se duas matrizes de produção de discursos distintas e obviamente isso pode produzir duas vertentes analíticas conceituais diferentes. Isso explica a heterogeneidade da bibliografia ao entendermos o caminhar em sentido distinto dos autores. Ao não refletir sobre estas multiplicidades de manifestação de poder e, conseqüentemente, de discursos, os autores podem recortar seu objeto de estudo entendendo estarem trabalhando em sua integralidade, enquanto trata-se apenas de uma parcela de um todo – descartando-se os casos em que isso é feito de maneira intencional para expor determinada concepção política ou ideológica.

22 LEONHARD, Jorn. *A New Casting of political sects: los origens de liberal em el discurso político inglés y europeu: una comparación*. N° 28, p. 9 – 10. 2004.

As propostas metodológicas de Jorn Leonhard nos fornecem interessantes possibilidades, pois ao analisar historicamente um fenômeno, já entendendo o terrorismo como fenômeno, conforme definição de Kocka, é possível identificar as transformações, o valor, a validade, as coerências dos distintos discursos sobre tal fenômeno, neste caso, o terrorismo.

Assim, o capítulo posterior busca analisar a história do conceito de terrorismo, assim como suas mudanças semânticas em vista de diferentes manifestações de discursos emanados por diferentes estruturas de poder através dos desdobramentos sociopolíticos.

CAPÍTULO 2: A HISTÓRIA DO CONCEITO DE TERRORISMO

A palavra terrorismo origina-se do radical terror, do latim *terrere*, que significa “fazer tremer, algo que causa medo extremo ou intenso”.²³ Sua emergência é secular, podendo ser identificada em inúmeras manifestações discursivas de diferentes naturezas, em diversos períodos históricos. A manifestação do termo é, então, bastante antiga quanto à história da humanidade, dado seu caráter amplo e difundido, podendo significar medo de qualquer natureza.

A primeira vez que o termo terrorismo foi realmente utilizado se deu somente entre 1355 e 1356 com o monge Bersuire na língua francesa. Sua significação original era: “medo ou ansiedade extrema geralmente correspondente a uma ameaça vagamente percebida, pouco familiar e largamente imprevisível”.²⁴ O que distingue o significado tanto de terror como de terrorismo vinculado a uma ideia de medo em relação ao sentido mais moderno dos termos é justamente a emergência do aspecto político.

No século XVI, Nicolau Maquiavel também contribuiu com a significação, ainda que não tenha usado a expressão terrorismo como o monge Bersuire. Durante a Renascença Italiana, prevalecia a astúcia, em detrimento da ética. O ser humano, ao ser dono de sua vontade, devia impor seus desígnios. Em sua principal obra, intitulada **O príncipe**, o autor aborda a legitimidade de Lorenzo de Médici para assumir o trono e lhe escreve um manual que objetiva conduzir suas ações de forma a se perpetuar no poder. “Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo, não ter outro pensamento, nem qualquer outra coisa por fazer, se não a guerra e sua organização e disciplina, pois é a única arte que compete a quem comanda”.²⁵ A imposição do medo seria a principal forma para garantir a manutenção do poder pelo príncipe. Nesse aspecto, fica implícita a ideia do terror que emana do Estado sobre os súditos para garantir a governança daquele.

O ideal é ser as duas coisas, mas como é difícil reunir as duas coisas, é muito mais seguro - quando uma delas tiver que faltar - ser temido do que amado. Porque, dos

23 Ver <<https://pt.glosbe.com/pt/la/terror>>

24 GUILLAUME, Gilbert. **Terrorisme et droit international, Recueil des Cours de l'ADI, Haia, 1989, p. 296.**

25 NICOLAU, Maquiavel. **O Príncipe**. Edição Ridendo Castigat Mores; p. 86. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>

homens em geral, se pode dizer o seguinte: que são ingratos, volúveis, fingidos e dissimulados, fugidios ao perigo, ávidos do ganho. E enquanto lhes fazeis bem, são todos vossos e oferece-vos a família, os bens pessoais, a vida, os descendentes, desde que a necessidade esteja bem longe. Mas quando ela se avizinha contra vós, se revoltam. E aquele príncipe que tiver confiado naquelas promessas, como fundamento do ser poder, encontrando-se desprovido de outras precauções, está perdido. É que as amizades que se adquirem através das riquezas, e não com grandeza e nobreza de caráter, compram-se, mas não se pode contar com elas nos momentos de adversidade. Os homens sentem menos inibição em ofender alguém que se faça amar do que outro que se faça temer, porque a amizade implica um vínculo de obrigações, o qual, devido à maldade dos homens, em qualquer altura se rompe, conforme as conveniências. O temor, por seu turno, implica o medo de uma punição, que nunca mais se extingue. No entanto, o príncipe deve fazer-se temer, de modo que, senão conseguir obter a estima, também não concite o ódio.²⁶

Depois de Maquiavel, a questão do medo ganhou contornos espetaculares com a obra de Thomas Hobbes (1651), que legitimou o poder absoluto e a coerção do Estado para garantir a ordem e a propriedade privada. O autor baseia sua filosofia política na necessidade irrefutável de explicar racionalmente o poder absolutista dos soberanos. Ainda que não tenha utilizado as expressões terror ou terrorismo, Hobbes complementa a ideia da necessidade de um governo central “Leviatã”, que estaria acima das vontades e liberdades dos cidadãos, suprimindo as vontades individuais, uma vez que parte da premissa de que o homem em seu estado de natureza é ambicioso e egoísta. Tais adjetivos pautam o pensamento hobbesiano, para legitimar a necessidade de um poder central. Só dessa forma seria possível viver em uma sociedade na qual o contrato social proposto pudesse vigorar.

Os apontamentos bibliográficos demonstram que as palavras terror ou terrorismo, seja na idade antiga ou mesmo na idade média, expressam de forma vaga seu significado. A interpretação se limita a qualquer viés que traga alguma aproximação com a ideia de medo, pânico ou terror.

A Revolução francesa é marcante na ressignificação desses termos, uma vez que a partir desse contexto histórico adquirem um aspecto político mais concreto. Especificamente em seu período mais radical, quando jacobinos estabeleceram o Reino, entre 1793 e 1794, temos uma importante alteração, no que se refere ao significado expresso na palavra terror. Nesse sentido, o autor Jacques Guilhaumou, em sua obra: **La terreur à l'ordre du jour »: un parcours en révolution (1793-1794)**, utiliza diversos discursos a fim de esclarecer essa correlação léxico-semântica.

A luta política do verão de 1793, citada no texto de Guilhaumou, com todos os seus desdobramentos na cidade de Paris e com especial ênfase após a morte de Marat, desperta

²⁶ *Ibid.*, p. 98

intensa fúria popular e forte desejo de vingança por parte dos sans-culottes. Fica evidenciada a mobilização das massas e seu ímpeto revolucionário contra o poder estabelecido. Entre os vários discursos abordados no texto, há o de Robespierre, afirmando que: “Que le glaive de la loi plane avec une rapidité terrible sur la tête des conspirateurs, inspire la terreur à tous les ennemis de la patrie”²⁷ (Que a espada da lei plane com velocidade incrível sobre a cabeça dos conspiradores... inspirando terror nos inimigos da pátria), que merece um especial destaque.

Se em Maquiavel e em Hobbes o terror era imposto sempre do poder estabelecido sobre seu povo, quando é melhor para o príncipe ser temido do que ser amado ou através do Leviatã que se impõe, nessa nova relação semântica, terror seria o medo que as camadas populares provocam nos governantes com sua ira revolucionária, ou seja, aterrorizando as lideranças do Estado, causando grande medo nos governos ilegítimos ou que não atendam aos anseios populares. A contribuição desse autor traz a máxima de que um governo, se ilegítimo ou que não represente os interesses das massas, pode ser aterrorizado pela sua população.

No ano de 1848, as diversas correntes políticas que emergiam no continente europeu se revelaram engajadas no processo de derrubada do regime monárquico. Faz-se oportuno pontuar que nesse período a contextualização política da Europa era tomada pelos ideais provenientes da Revolução Francesa e também marcada pela forte ascendência das correntes nacionalistas, socialistas e anarquistas. Além disso, entre os anos que antecederam 1848, uma forte crise econômica gerada por conta de colheitas mal sucedidas na Europa ocasionou um aumento considerável no preço dos alimentos. Ao mesmo tempo, era cada vez decrescente o consumo de produtos industrializados, acarretando demissão de operários em grande escala nos centros urbanos. Em linhas gerais, a economia capitalista do continente europeu passava por um momento de forte recessão que foi terreno suscetível para explosões revolucionárias, que mais tarde foram chamadas de “Primavera dos Povos”.

Os Estados monárquicos europeus, ineptos no que diz respeito à incorporação de transformações planejadas pelo princípio liberal e impossibilitados de conferir a inserção dos grupos sociais irrompidos a partir das mudanças ocasionadas pelo processo industrial que se expandia em ritmo acelerado, assistiram ao desenvolvimento de inúmeras demonstrações de insatisfação em relação à ordem vigente. A população europeia se mostrava descontente com o regime monárquico e reivindicava melhores condições de vida e de trabalho.

27 GUILHAUMOU, Jacques. **A agenda do terror: uma revolução em curso (1793- 1794)**. UMR “TRIANGLE”, ENS- Lyon LSH, 2007, Tradução própria.

Para fomentar mais o movimento de contestação, nesse ano há a publicação do **Manifesto Comunista**, obra de Karl Marx e Fredrich Engels (1848), que defendia a aliança internacional dos trabalhadores. Na França, o teórico político Pierre Proudhon publica em 1840 a obra **O que é propriedade?** Lançam-se assim as bases da corrente política anarquista, responsabilizando o capitalismo, mas também o Estado por todas as mazelas sofridas pelos trabalhadores, acirrando ainda mais as contestações ao regime instaurado. Aderindo aos ideais expressos em ambas as correntes, muitas cidades europeias ficaram tomadas por barricadas de operários e trabalhadores que se espalhavam por diversos centros urbanos.

Porém, o surgimento da imprensa em larga escala no mesmo contexto, concorre com as atuações revolucionárias na formação de uma opinião pública. A ação de determinados segmentos do anarquismo, por exemplo, considerava o ideal de que seus atos se converteriam em propaganda em prol da causa do protesto público e da atuação direta de trabalhadores contra seus empregadores considerados exploradores. Os militantes mais radicais chegavam a explodir prédios ou edificações simbólicas e a atentar contra a vida de governantes.²⁸ Havia a formação de um papel ambivalente da imprensa escrita nos EUA e na Europa na criação do temor aos anarquistas.²⁹ Se de um lado efetivamente propagavam os ideais anarquistas como uma espécie de propaganda da causa, por outro depreciavam a imagem dos seus adeptos e construía o imaginário social de um perfil político do anarquista terrorista.

A Era do Terrorismo Anarquista coincidiu com o começo da era do Jornalismo de Massa. Na Grã-Bretanha, Estados Unidos e em todo o mundo ocidental, os anos 1880 testemunharam a emergência de um “novo jornalismo”. Precedido por editores como Joseph Pulitzer com seu St. Louis Post-Dispatch, e mais tarde seu New York World, e W. T. Stead em seu Pall Mall Gazette, o “novo jornalismo”, com suas sensacionais manchetes em pesadas letras pretas, era menos interessado em limitar-se a uma simples linha política ou análises profundas e de longo alcance que produzir rapidamente notícias para consumo de massa e entretenimento.³⁰

As edições do jornal *New York Times* do ano de 1894 efetivamente exemplificam a alteração no ocidente quanto à ressignificação da expressão terrorismo. Ainda que as palavras

28 MONTEIRO, Fabricio Pinto. **O anarquista terrorista na imprensa escrita no século XIX** in Revista Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009, p.204.

29 CAHM, C. **Propaganda by deed: the development of the idea.**_____ . Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism: 1872-1886. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p.76-91 e também MAITRON, J. **Ravachol y los anarquistas**. Madrid: Huerga y Fierro, 2003, p. 18.

30 JENSEN, R. **Daggers, rifles and dynamite: anarchist terrorism in nineteenth century Europe**. Terrorism and Political Violence. Oxford, vol. 16, n.1.p.116-153. spring, 2004, p. 140.

se referissem à situação e não ao sujeito que praticava as ações, não deixam de ser exemplos de um uso mais raro até então. Todavia, é importante enfatizar que dificilmente existirá uma fonte que carregue uma virada clara e nítida como conceito e compreensões sociais.

Se na época da revolução francesa tínhamos a expressão terrorista representando ação revolucionária e violenta do povo contra o seu governo de maneira justa e legítima, alguns editoriais relevantes comprovam que a imprensa escrita, embora não possamos afirmar com certeza que cria, no mínimo, consolida, na Europa Ocidental e nos EUA, um novo significado para a palavra terrorista, vinculando-a ao sentido de um indivíduo ou grupo que dissemina o medo através de assassinatos, atentados aparentemente “frios”, “imorais” e de difícil compreensão em seus métodos e motivações sob o ponto de vista da imprensa, governo e burguesia do período. O fardo negativo da expressão é atribuído aos indivíduos que lutam contra o Estado, sendo redirecionado aos seus opositores mais radicais, nesse sentido, aos anarquistas e posteriormente também aos marxistas.

De qualquer forma, estes dois grupos marginalizados formam a partir daí uma resistência ao discurso hegemônico estadocêntrico. Ainda que haja consideráveis diferenças entre ambos, podemos afirmar que os dois grupos se recusam ao estigma terrorista imposto pelas forças hegemônicas, entendendo as ações do Estado burguês como o verdadeiro terror.

É nesse contexto que temos a formação de duas vertentes discursivas sobre o terrorismo, às qual a bibliografia que versa sobre o tema deveria se atentar, antes de tentar estabelecer uma definição conceitual para o termo. O que é visto como terrorismo pelas forças conservadoras e discursos hegemônicos, é visto como revolução ou resistência pelas forças marginais dissidentes. Essas últimas, muitas vezes, vêem o terror nas próprias ações estatais violentas.

A expressão publicada na capa da edição de 21 de fevereiro de 1894 do *New York Times* foi: “Reign of terror in Paris” (Reinado do terror em Paris), com letras em caixa alta e em negrito, retrata uma explosão que havia ocorrido no dia anterior.³¹ A reportagem direciona aos anarquistas a responsabilidade pelos crimes, ainda que não tenha havido prova concreta. As suspeitas atribuídas aos anarquistas evidenciam que em tal período a expressão terror já estava consolidada para justificar ações de grupos ou indivíduos e não mais ação de violência do Estado.

36 Ver Anexo 3. Edição do *New York Times* de 19 de fevereiro de 1884.

Mais interessante ainda é a edição do mesmo jornal de 25 de junho de 1894 na qual o termo terrorismo já aparece para definir as ações anarquistas.³² Na manchete “Climax of a series of Crimes” (Climax de uma série de Crimes) não fica explícita a ideia de ato político ou revolucionário. São retratados como crimes comuns, excluindo qualquer motivação política da manchete. O subtítulo “France for over a year terrorized by anarchists” (França por mais de um ano aterrorizada por anarquistas) já expõe o significado dos atos, corroborando a afirmação do imaginário de que havia um indivíduo ou grupo terrorista.

Ademais, a imprensa também ampliou, para além das veridicidades dos fatos, a ideia de terror, compondo aos poucos o complexo jogo de significações. No emblemático caso do anarquista Ravachol fica explícita a atuação da imprensa na formação do imaginário social³³ “A primeira característica destacada pelos grandes jornais e a frieza, a aparente carência de valores morais...cegando para os direitos humanos mais básicos, como a vida.”³⁴

Além da difusão das notícias dos atentados, a imprensa também foi fundamental no jogo das significações simbólicas que envolviam os ataques anarquistas. Para que a dinamite, o punhal ou o revólver se convertessem em armas revolucionárias elas não deviam ter como alvos indivíduos específicos, mas todo aquele que ocupasse ou reocupasse posições e papéis sociais que simbolizassem a exploração de classe e o poder estatal.³⁵

De fato, o periódico **Le Petit Journal** utilizava-se de um caderno semanal ilustrado no qual resumia as mais notáveis notícias da semana. Obviamente a pretensão de ilustrar um acontecimento em "curso" com base em narrativas de testemunhas pressupõe uma dose de subjetividade e de liberdade de imaginação do autor. Por outro lado, os leitores poderiam imaginar a gravura como representação legítima do fato. Cria-se assim uma disparidade entre a realidade e a propagação da notícia no imaginário coletivo.³⁶

A imagem que retrata a prisão de Ravachol o representa com uma força sobre-humana, reforçada pelas reportagens que afirmavam se tratar de um criminoso comum e não político

32 Ver Anexo 2. Edição do *New York Times* de 25 de junho de 1894.

33 Ravachol foi o anarquista responsável pela explosão do segundo andar de um edifício na Rua Clichy número 30 em Paris no dia 27 de março de 1892, tendo como alvo o promotor de justiça Bulot, que havia participado do julgamento que havia condenado dois anarquistas por participação nas manifestações de 1 de maio de 1891. O promotor conseguiu escapar ileso.

34 MONTEIRO, Fabricio Pinto. **O anarquista terrorista na imprensa escrita no século XIX** in Revista Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009., p. 04.

35 Ver LAY, H. “Beau Geste!” **On the readability of terrorism**. Yale French Studies. New Haven, n.º 101, p. 79-100, 2001.

36 Ver Anexo 3. Edição do *New York Times* de 19 de fevereiro de 1884.

que almejava a destruição social.³⁷ Contudo, Ravachol, em suas próprias palavras expostas em depoimentos, obrigou ao jornal a alterar o perfil traçado, polindo-o como calmo e controlado em conversas com guardas na prisão.³⁸ Toda calma, ponderação e polidez de Ravachol tornaram-se um risco real frente ao qual o imaginário social foi obrigado a rever suas construções.³⁹

Diferentemente do perigo anarquista que se desenhava na imprensa escrita do período, não havia uma organização prévia de anarquistas em redes revolucionárias como havia sido propagado. Houve, sim, uma importante rede de solidariedade entre indivíduos com fortes sentimentos de identidade entre si, que acabavam um sucedendo ao outro, frente a queda do companheiro anterior.

(...) a construção de uma “Internacional Negra” terrorista, ao que parece, encaixou-se muito bem no imaginário social de governantes, imprensa e parte da população dos países ocidentais da época, mesmo que baseada em “comprovações” tênues... O mito conspiratório da “Internacional Negra” terrorista foi tão forte e “real” que motivou ações efetivas dos governos, como a criação de diversas leis anti-anarquistas e de uma grande “Conferência Internacional Anti-Anarquista”, realizada em Roma, 1898.⁴⁰

Em oposição à ideia construída do anarquista desumano e cruel, temos uma interpretação alternativa dos atos. Os discursos dos próprios anarquistas mostram a convicção do que é certo em prol da causa revolucionária, de forma que todas as ações possuem como objetivo final a causa nobre da revolução, que pretende melhorar a vida de toda a população, acabando com a opressão dos governos sobre o povo. Dessa forma, as ações que foram interpretadas pela imprensa e por governos como terrorismo não são percebidas da mesma maneira por todos os membros da sociedade, como entre os próprios anarquistas e seus simpatizantes, por exemplo. As palavras de Ravachol ainda na cadeira elétrica mostram claramente a convicção da necessidade de propagação da causa anarquista.

Eu estou orgulhoso do que fiz. Você não irá tirar de mim uma única palavra de arrependimento. Se eu não tivesse sido preso iria continuar minhas explosões, sem poupar qualquer pessoa ligada à condenação de outros Anarquistas. Eu gostaria de

37 L'ARRESTATION de Ravachol. **Le Petit Journal Illustré**. Paris, n. 73, samedi, 16 avr, 1892.

38 Ver anexo 4. Imagem publicada no **Le Petit Journal Illustré**. Paris, n. 73, 1892.

39 MONTEIRO, Fabricio Pinto. **O anarquista terrorista na imprensa escrita no século XIX** in Revista Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009; p.207.

40 MONTEIRO, Fabricio Pinto. **O anarquista terrorista na imprensa escrita no século XIX** in Revista Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009; p.212.

ter explodido a Câmara dos Deputados por impor aos dinamitadores a pena de morte. Sem deixar nada impedindo o caminho da propaganda Anarquista.⁴¹

As grandes ações anarquistas ainda sobreviveriam mais alguns anos assim como a duplicidade das interpretações a respeito do fenômeno do terrorismo. Grandes ações orquestradas levaram à morte alguns importantes governantes como Antonio Cánovas, primeiro-ministro da Espanha, morto em 1897 e Sadi Carnot, presidente da França, morto em 1894. Em 1898 foi a vez de Isabel, Imperatriz da Áustria, e, em 1900, do rei Rei Humbert, da Itália. Em 1901 o então presidente dos EUA, William McKinley, considerado um símbolo da opressão pelos anarquistas principalmente após assumir o controle das Filipinas e de Porto Rico, acabou fatalmente ferido dentro do *Temple of Music* na Exposição Panamericana em Nova Iorque pelo anarquista Leon Czolgosz, que logo depois foi executado na cadeira elétrica. Após esse episódio, o Congresso encarregou oficialmente o Serviço Secreto da segurança presidencial dificultando outras ações de mesma magnitude. Com a crescente repressão imposta pelos governos, aliada à nova estratégia de aproximação dos sindicatos e trabalhadores, cessa a onda de atentados anarquistas na Europa e nos Estados Unidos.

Seis anos antes da Revolução Russa, Leon Trotsky, no texto “Porque os marxistas se opõem ao terrorismo individual”, desenvolve uma análise a respeito do conceito de terrorismo. A partir de sua percepção marxista de que o mundo estrutura-se a partir de uma luta de classes, expõe o que seus inimigos, burgueses pertencentes à classe social dominante, entendem como terrorismo.

Eles querem qualificar de terrorismo todas as atividades do proletariado contra seus inimigos de classe. Aos seus olhos, a greve e o principal método terrorista. Uma ameaça, a organização de piquetes, o boicote moral a um traidor que saiu de nossas próprias fileiras, tudo isso dizem que é terrorismo. Se entende por terrorismo qualquer ação que inspire temor ao inimigo de classe.⁴²

Ainda que faça uma crítica severa à ideia de terrorismo na ótica burguesa, sua visão, em alguns aspectos, ainda é muito próxima dessa. Sua preocupação exclusiva com a luta de classes acaba caindo na mesma lógica dos que ele chama de inimigos de classe, considerando, tal qual a burguesia, as ações anarquistas dos anos anteriores como terrorismo, como fica claro no próprio nome do artigo, em uma menção clara aos eventos individuais dos anos

41 AN anarchist's confession. *The New York Times*, Nova Iorque, 4 apr., 1892, p.1.

42 TROTSKY, Leon. **Porque os marxistas se opõem ao terrorismo individual**. Publicado em 1911 na revista socialdemocrata austríaca “A luta”.

anteriores. Sua preocupação se limita a defender a luta de classes e a desvincular-se de um *status* de terrorista atribuída aos anarquistas dos anos anteriores.

É notória a percepção que este balanço bibliográfico remonta até aqui: seja na ótica maquiavélica, seja na ótica liberal durante a revolução francesa, ser terrorista ou usar de métodos de terror era algo comprovadamente aceito. Em um primeiro momento Maquiavel assume a premissa da necessidade de governança pelo terror, em um momento na qual o poder estabelecido eram as monarquias autoritárias do antigo regime, sendo legítimo um soberano usar-se destes instrumentos para preservar sua governança. No segundo momento, quando temos a pressão das forças liberais contra a elite aristocrática das monarquias imperiais, tal qual na revolução francesa, o conceito de terrorismo ainda expressa um aspecto positivo, conforme evidenciam as referências bibliográficas citadas pelo discurso de Robespierre. Nesta percepção, tirar a vida de um inimigo da pátria possuía uma conotação moral positiva, ou seja, impor terror aos inimigos era algo não só aceitável como também honroso e digno.

Contudo, quando, no século XIX e início do século XX, as elites liberais assumem o poder em seus Estados nacionais, rapidamente tratam de inverter essa relação significativa, atribuindo o *status* de terrorista a indivíduos ou a grupos que almejassem contestar seu poder institucionalizado. Neste terceiro momento temos uma alteração do preceito moral na qual ser terrorista é além de crime, um ato bárbaro de indivíduos sem escrúpulos e ideal de humanidade. Trata-se de uma ressignificação altamente política, uma vez que a burguesia trata de criminalizar as mesmas ações na qual fez uso alguns séculos antes, quando lutava pela tomada do poder.

Já os revolucionários do século XIX, reconhecem-se como legítimos defensores do povo, engajados em proporcionar um bem comum, descaracterizando qualquer aspecto negativo de suas ações; isto é, não se sentem ou não se reconhecem como terroristas, aliás, a palavra sequer é mencionada nas fontes que advogam pela causa anarquista. Quando é mencionada, serve para caracterizar as ações dos Estados travando-se ainda que de forma assimétrica uma batalha pelo controle do conceito de terrorismo. Dessa forma torna-se evidente que cada grupo político usa do significado do conceito de acordo com seus interesses políticos e ideológicos. Inicia-se assim uma batalha conceitual pelo domínio político do termo.

No século XX, a explosão de trabalhos acadêmicos sobre as guerras mundiais, em sua grande maioria, não relaciona os eventos catastróficos das guerras e dos governos fascistas ao conceito de terrorismo. Ainda assim não podemos descartar que existem autores que

trabalham com a noção de “terrorismo de Estado” que nada mais seria do que uma forma de identificar o terror perpetrado pelo poder estabelecido. Essa variação na nomenclatura na verdade deriva de uma relativa hegemonia liberal na batalha travada pelo poder de usufruir do conceito de terrorismo mais conveniente politicamente que pressupõe atribuir majoritariamente a ação aos eventos cometidos por pessoas ou grupos isoladamente, excluindo Estados dessa interpretação.

A resposta de alguns intelectuais para relacionar Estado e sua atuação truculenta com seu povo ao fenômeno do terrorismo foi a criação da derivação “terror de Estado” relacionando novamente o poder estabelecido às ações de barbárie. Essa nova derivação revisa alguns acontecimentos históricos cujos atores estatais estiveram diretamente atuantes na implementação de uma política de auto sustentação através da imposição do medo.

A multiplicidade do discurso sobre o conceito de terrorismo ganha novo vigor ao acompanharem as ações de cunho separatistas ocorridas principalmente na segunda metade do século passado, quando algumas vertentes do marxismo também adotam a estratégia dos anarquistas do século XIX. O grupo ETA (sigla em língua basca para a expressão Euzkadi Ta Azkatasuna, significando: Pátria Basca e Liberdade) busca autonomia e separação político-territorial da região situada no nordeste da Espanha e Sudoeste da França. O grupo teve origem no partido nacionalista Basco, cuja fundação data de 1894, e conseguiu resistir ao governo Franco, permanecendo na clandestinidade, quando no final dos anos 50 alguns membros mais radicais descontentes com a política de rejeição à luta armada perpetrada pela legenda fundam o ETA.

Na segunda metade da década de 60, o grupo se dividiu ideologicamente: de um lado, uma ala nacionalista voltada para a busca pela autonomia Basca e, de outro, uma ala marxista-leninista que se utilizou de métodos de violência direcionados normalmente contra autoridades políticas, policiais, jornalistas, militares, dentre outros, para defender e dar publicidade a sua causa, distanciando-se do que podemos chamar de pacifismo de Leon Trotsky do início do século XX.

Dentre as principais ações, destacam-se dois atentados: o primeiro, cuja vítima foi o militar Carrero Blanco, presidente do governo e herdeiro político de Francisco Franco. A famosa imagem do carro do almirante no alto do prédio devido à força da explosão percorre o mundo dado o seu caráter espetacular; o segundo, trata-se de uma forte explosão de um

depósito em Barcelona, em Junho de 1987.⁴³ Nesse segundo caso temos a exata noção do conceito de terrorismo para segmento da imprensa espanhola. O noticiário que trata do assunto não veicula qualquer tipo de apoio popular ou mesmo de partidos políticos às ações do grupo. Tratam a notícia apenas pelo viés violento, descaracterizando as causas por trás das ações e mostrando uma Espanha unida contra esse tipo de terrorismo.⁴⁴

Esta primeira vertente, que desvincula os atos de qualquer teoria social, tratando um tema de política como um tema de polícia, sempre destacando o individualismo do indivíduo ou do grupo, é a visão liberal clássica da definição de terrorismo. Contudo, essa visão não é universal: o mesmo jornal, ainda que em momentos distintos, publica duas visões completamente conflitantes entre si, no que se refere à caracterização do grupo e de suas verdadeiras motivações. Abaixo, encontramos na íntegra a segunda visão, mais atenta socialmente e menos reducionista na interpretação dos atos de violência:

Aunque ciertas interpretaciones están generalizadas entre la clase político-mediática e incluso son criterio de actuación judicial... que tanto Batasuna como ETA forman parte de una estructura organizativa conocida como Movimiento de Liberación Nacional Vasco (MLNV). Como es característico de la estructura organizativa de todo movimiento de liberación nacional, cuyo origen está en la experiencia revolucionaria que lideró Mao Zedong en China, forman parte de ella, en este caso del MLNV, un aparato armado (ETA), una dirección política, y una organización de masas (conocida, entre otras denominaciones, como Batasuna). Como también caracteriza a los movimientos de liberación nacionales, la estrategia que desarrolla el MLNV tiene una naturaleza político-militar, y los objetivos que persigue tienen un carácter revolucionario, no reformista. Además, la violencia que emplea no es la inevitable consecuencia de un conflicto nacional, tal y como su propaganda pretende hacer creer, sino la aplicación de la ideología revolucionaria de la que se nutre; es decir, la praxis de un credo que persigue, conforme a la teorización de Lenin y Mao, impulsar la guerra civil entre la población. Según esas tesis, la violencia no solo es justa, sino que es también necesaria para dar respuesta a la violencia estructural del capitalismo. Dada la envergadura de las transformaciones sociales que se persiguen, la dictadura popular, como en otros lugares donde los movimientos nacionales alcanzaron el poder (China, Cuba, Vietnam...) resultará inevitable, y el Movimiento no cesará de combatir hasta imponerla mediante el desarrollo de una guerra popular prolongada, o hasta acabar derrotado.⁴⁵

A dualidade de interpretações sobre as ações terroristas, seja pela condenação pela ótica liberal, seja pela defesa na ótica revolucionária, não é uma marca exclusiva das ações do

43 Ver imagem em: <http://www.antiwarsongs.org/printpreview.php?id=7812&lang=enem> 23/08/2016

44 Ver jornal *El país* edição de 20 de junho de 1987. Disponível em <http://elpais.com/hemeroteca/elpais/portadas/1987/06/20/>

45 Artigo publicado por Iñigo Bullain, professor de Direito Constitucional y Europeu da Universidade do País Vasco publicado no Jornal *El País* na edição de 24 de Outubro de 2007. Disponível em <http://elpais.com/diario/2007/10/24/paisvasco/1193254815_850215.html>.

ETA. A análise da cobertura midiática de outros grupos denominados terroristas ao longo do século XX adquire o mesmo dualismo.

No Reino Unido, o grupo IRA (Irish Republican Army) arquitetava ações contra a Inglaterra sob motivação de minar sua interferência na Irlanda do Norte. Nesse sentido, duas fontes contribuem significativamente para nossa análise. A primeira seria a cobertura do jornal britânico *The Guardian* de uma manifestação popular por direitos civis ocorrida no dia 30 de janeiro de 1972 e com cobertura no dia seguinte pela imprensa.⁴⁶A segunda seria esse mesmo jornal, em 22 de julho de 1972, e sua cobertura das ações do IRA ocorridas no dia anterior.⁴⁷

No primeiro episódio, em 30 de janeiro de 1972, um grande protesto popular que lutava por direitos civis toma as ruas de Londonderry.⁴⁸Contudo, o ato termina em tragédia pela morte de 13 civis pelas forças militares além de 17 ficarem feridos a tiros com alguns em situações graves. De forma objetiva, não há nenhuma menção em toda a reportagem que trate o episódio como um ato terrorista. Alguns meses depois, quando o IRA responde violentamente a tais acontecimentos, a cobertura os trata como um ato de terror e reproduz o discurso das autoridades políticas que prometem ações firmes contra os “terroristas”.

Vale destacar que o número de mortos parece ser irrelevante na análise do termo. Em ambas as manchetes, o número de mortes é destacado: 13 vidas perdidas ações militares e 11 nas ações do IRA, mas apenas no segundo caso o jornal aponta como um evento terrorista. Em ambas as edições os números e notícias são confusos e conflitantes entre si, mas de forma geral é notória uma clara divergência analítica ao tratar o tema em cada uma das fontes.

A noção de vidas humanas é irrelevante nessa conceituação, pois não determina o que é ou não terrorismo. A importância maior se dá a quem pratica os atos, uma vez que isso é determinante na abordagem do jornal britânico *The Guardian*, ao definir o que é ou não terrorismo.

Essa dualidade não se limita apenas aos grupos já mencionados. O grupo Baader-Meinhof também conhecido como RAF (Rote Armee Fraktion), traduzido do alemão para o

46 Ver edição do *The Guardian* de 31 de Janeiro de 1972. Disponível em <<https://www.theguardian.com/theguardian/from-the-archive-blog/2011/jun/01/guardian190-bloody-sunday-1972>>

47 Ver edição do *The Guardian* de 22 de julho de 1972. Disponível em <<https://www.theguardian.com/uk/1972/jul/22/northernireland.simonhoggart>>

48 O próprio nome da cidade escolhido pela reportagem do *The Guardian*, na segunda feira 31 de janeiro de 1972, já fornece indícios de um posicionamento político do jornal. A nomenclatura Londonderry é usada pelos protestantes e unionistas enquanto os católicos e separatistas utilizam o nome não anglicanizado *City of Derry*, grupo contra o qual o IRA se posiciona politicamente.

português como fração do exército vermelho, tem em algumas de suas ações mais um exemplo da dualidade do conceito de terrorismo no século XX e de seus usos políticos. Formado no início dos anos 70, o grupo tem como seus principais membros nomes como Andreas Baader e Ulrike Meinhof. Durante seus quase trinta anos de existência, contou com três gerações diferentes de integrantes responsáveis por ações diretas dentro do território alemão.

O caso mais emblemático se dá no sequestro do empresário Hanns Scheleyer, preso por membros da RAF que objetivavam negociar a libertação dele por militantes presos. O caso teve ampla cobertura na mídia local, com destaque para o jornal *Die Welt* de circulação nacional e redação central na cidade de Berlim. A edição de 5 de setembro de 1977 trata claramente as ações como atos terroristas, descaracterizando todo o lado político do grupo engajado na luta contra a guerra do Vietnã e todo o sistema capitalista entendido como opressor.⁴⁹

Por outro lado, o filme “O grupo Baader-Meinhof” do cineasta alemão Uli Edel aborda as ações do grupo por um viés mais alternativo, se comparado à imprensa tradicional. Ao adentrar o mundo dos militantes, o filme investiga seus motivos, suas ideologias, sua insatisfação com a governança Alemã, ressaltando a necessidade de uma luta por melhores condições de vida dentro e fora do território alemão. A fala da personagem Ulrike Meinhof pode ser destacada como um exemplo de uma abordagem alternativa à ótica do jornal ao retratar o terrorismo. Nessa perspectiva, os terroristas são o Estado e a Imprensa.

A imprensa de direita culpa os estudantes pela catástrofe ocorrida no dia 2 de junho. A editora Springer usa seus jornais para fazer a voz crítica dos estudantes passar por vandalismo... A verdade é que o protesto destes estudantes expôs nossa nação como um estado policial. O terror da polícia e da imprensa chegou ao auge em 2 de junho em Berlim. (1977)⁵⁰

Se, nas análises das ações do ETA, IRA e RAF, encontramos uma bipolaridade conceitual para exemplificar linguisticamente o significado do fenômeno do terrorismo, dependendo do interlocutor político, o mesmo cenário é identificado em outros contextos do mesmo período. As ditaduras militares na América Latina e suas diferentes interpretações travam a mesma disputa conceitual sobre o fenômeno, buscando cada grupo isentar de si o

49 Ver edição jornal *Die Welt* edição de 5 de setembro de 1977. Disponível em <<http://www.welt.de/politik/article1157071/Der-Tag-an-dem-Schleyer-entfuehrt-wurde.html>>

50 O Grupo Baader-Meinhof. Direção: Uli Edel. Autor: Stefan Aust. Alemanha. Produção: Constantin Film Produktion GmbH, 2008. 1 filme (220 min).

estigma de terroristas e de preferência atribuindo aos seus inimigos políticos. O que muitas das vezes é tratado sem muita preocupação pelos historiadores revisionistas dos regimes militares latino-americanas.

Duas posições conflitantes definem terrorismo no contexto das ditaduras militares. De um lado, alguns intelectuais atribuem o terrorismo à ação dos grupos que promovem a luta armada através das guerrilhas urbanas contra o poder estabelecido; de outro, são as próprias ditaduras militares que em suas ações de violência e tortura valem-se de medidas terroristas para combater opositores.

A memória foi o dever da Argentina posterior a ditadura militar e o é na maioria dos países da América Latina. O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita.⁵¹

Assim, o uso da noção de trauma para descrever os eventos relacionados às ditaduras militares latino americanas deve ser cuidadoso... A Guerrilha do Araguaia foi censurada e as ações armadas urbanas eram vistas pela sociedade como terrorismo...⁵²

As duas visões mencionadas não encerram a questão. Outras possibilidades interpretativas são possíveis, conforme identifica Moraes (2014). Ao abordar as interpretações acerca da ditadura militar no Brasil, o autor aponta cinco distintas vertentes. A primeira comemora o período como uma revolução enaltecendo tortura e assassinatos como necessários para impedir o avanço do comunismo, em um sentido nitidamente profascista. Uma segunda interpretação busca amenizar as mazelas do período reinterpretando-o como um evento não tão violento assim, em uma releitura completamente desconexa da realidade. A terceira tem aspectos anti-poder popular e em favor dos governos da hora. Essa interpretação é capitaneada pelos grandes oligopólios de comunicação, em especial, pela Rede Globo e pelos setores dominantes, que efetivamente apoiaram o regime, lucrando e fortalecendo-se imensamente com o mesmo. Na quarta interpretação, são feitas fortes críticas ao regime mostrando de forma contundente desrespeitos cometidos aos direitos humanos pelos militares, reclamando as torturas, prisões, assassinatos e tudo que realmente deve ser demonstrado para que “nunca mais aconteça”. Porém essa visão ainda é insuficiente. Na última interpretação, que aborda o evento sob o ponto de vista do anarquismo, uma intrigante dissociação da ditadura com algo exclusivo ocorrido no período entre 1964 até 1985 é apontada.

51 SARLO; Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Cia das Letras. UFMG, p.20.
52 FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro***; VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012, p. 49 e 50.

O autor demonstra que, do ponto de vista dos negros, indígenas, pobres, que não aceitam sem contestar imposições arbitrárias por parte do Estado, a ditadura nunca acabou. Essa interpretação defende que o terror perpetrado pelo Estado sobre a população mais resistente e vulnerável é tão intenso que pode ser considerado uma verdadeira ditadura.⁵³ Sendo assim, nessa interpretação, o terror imposto pelos governantes sobre os governados mais sensíveis e rebeldes é claramente definido como um terrorismo de Estado perpassando pelo século XX e adentrando o século XXI.

A complexidade da análise semântica do termo terrorismo é tamanha, que podemos perceber na obra de Carlos Marighella, uma valorização positiva e honrosa de um indivíduo ser classificado como tal. Seja sob pano de fundo histórico da ditadura militar de 1964, ou de qualquer outro contexto político em questão, é raro um autor se posicionar se reconhecendo como terrorista ou exaltando as qualidades de um grupo ou indivíduos classificados como tal pelo poder estabelecido, fazendo uma apologia direta ao enfrentamento das forças estatais. Trata-se de um posicionamento marcante politicamente e sem dúvidas, semanticamente relevante.

A acusação de "violência" ou "terrorismo" sem demora tem um significado negativo. Ele tem adquirido uma nova roupagem, uma nova cor. Ele não divide, ele não desacredita, pelo contrário, ele representa o centro da atração. Hoje, ser "violento" ou um "terrorista" é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta arma da contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades.⁵⁴

No início do século XXI, os EUA já havia superado as impugnações enfrentadas durante a Guerra Fria e estavam desfrutando de um vertiginoso crescimento de sua economia. Nesse período o mundo assistia o país consolidar a ampla plenitude de seu poder no primeiro lugar no *ranking* das potências mundiais. Foi nesse cenário de prosperidade que os EUA sofreram o maior ataque terrorista de sua história. Na manhã de 11 de setembro de 2001, uma série de ataques aéreos em solo norte americano atingia os principais símbolos do país, entre os quais as torres gêmeas do World Trade Center, no coração de Nova York, que exprimiam o poder econômico, e o Pentágono, na capital Washington, que configurava o poderio militar. Via-se nesse momento surgimento da redefinição das relações sempre ríspidas entre o Ocidente e Oriente.

53 MORAES, Wallace dos Santos de. **A respeito do aniversário da ditadura civil-militar no Brasil- uma crítica anarquista**. 2014. Disponível em <<http://www.otal.ifcs.ufrj.br/a-respeito-do-aniversario-da-ditadura-civil-militar-no-brasil-uma-critica-anarquista/>>

54 Marighella, Carlos; **Manual do Guerrilheiro urbano**, Editora Sabotagem; 1969.

Ainda que exista uma enormidade de teorias da conspiração que defendem a tese de que os ataques foram orquestrados pelo próprio governo americano para justificar uma política imperialista e de militarização crescente, vamos nos ater às perspectivas árabes referentes aos eventos de 11 de setembro ⁵⁵ Alguns diários de notícias divulgaram a repercussão desses acontecimentos no Oriente Médio, ainda que a atenção dada à reação do mundo Árabe ao ataque às torres gêmeas tenha sido infinitamente menor do que ao evento propriamente dito. Essas reportagens enfatizaram, ainda que muitas em um tom de perplexidade, as reações de parcela da população árabe que efetivamente comemoravam os ataques ao World Trade Center e as baixas americanas, acabando por repercutir os acontecimentos mediante um viés não hegemônico.

Dessa maneira, os eventos chamados de terroristas possuem um sentido completamente distinto para os palestinos. Fatores como a Guerra do Golfo de 1991 e o alinhamento frequente entre EUA e Israel, principalmente no que se refere à criação de assentamentos residenciais na Faixa de Gaza, tornaram-se exponenciais críticas que culminaram na grande impopularidade dos EUA na região. Dessa forma, os acontecimentos de 11 de setembro parecem possuir um significado diferente, quase positivo como um ato de resistência ao poder hegemônico dos EUA.⁵⁶

O histórico do conceito de terrorismo se encerra pelo recorte dessa pesquisa com os acontecimentos ocorridos no dia 11 de setembro. Todas as ressignificações de terrorismo posteriores a essa data são contempladas no capítulo subsequente que trata do balanço bibliográfico contemporâneo sobre a temática do conceito de terrorismo. O grande objetivo deste capítulo foi o de investigar as transformações do conceito de terrorismo, os momentos de mudanças de significações mediante experiências históricas concretas que determinaram a estrutura semântica do vocábulo de acordo com o contexto sociopolítico.

Isso nos possibilita afirmar de forma irrefutável que a ideia de terror é tão antiga quanto a história da humanidade, mas seu uso mais contundente se dá a partir de Hobbes e em Maquiavel na ideia de governança pelo medo. Contudo, é após a Revolução Francesa que se torna impossível tratar o tema de forma unipolar, ou seja, o capítulo comprova através de fontes jornalísticas, políticas e acadêmicas, que, para cada evento classificado como terrorista, sempre existe uma versão alternativa, além da versão oficial entendida através de determinada

55 Ver edição do jornal **BBC Brasil** disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/08/110829_11desetembro_teorias_cc.shtml>

56 Ver edição do jornal *Estadão* disponível em <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,palestinos-comemoram-nas-ruas,20010911p26580>>

estrutura de poder vigente, tornando incompleta qualquer manifestação que considere apenas o discurso hegemônico. Estudar de forma comparada esses distintos discursos é fazer uso de uma metodologia já aplicada por Jorn Leonhard em **“A New Casting of political sects: los origens de liberal em el discurso político inglês y europeu: una comparación”**, ao estudar o conceito de liberalismo, mas também inédita ao se reportar através dessa concepção o conceito de terrorismo. Metodologia essa que se coloca como aliada a transpor o caos bibliográfico já mencionado, no que se refere a essa temática.

Abre-se, assim, um leque de possibilidades para futuras pesquisas que tenham como objeto um recorte mais específico, como o ETA ou qualquer outro período em especial, tendo em vista diferentes produções discursivas, de forma a problematizar o conceito de terrorismo produzido pelas autoridades políticas vigentes.

CAPÍTULO 3: BALANÇO BIBLIOGRÁFICO SOBRE O CONCEITO DE TERRORISMO

Este capítulo destina-se a apresentar um balanço bibliográfico sobre o terrorismo de forma geral. É importante esclarecer que se trata de um tema extremamente rico em obras e publicações, sendo necessário um recorte mínimo, a fim de tentar trazer algum tipo de ordenamento na apresentação bibliográfica. Contudo, a grande variedade de obras publicadas seja na história, nas ciências sociais ou nas relações internacionais, encontra-se a uma distância absurda de considerar a discussão encerrada, dado o caráter amplamente heterogêneo das obras e dos autores, uma vez que parecem caminhar em sentidos opostos uns aos outros, ao invés de avançarem juntos rumo ao esclarecimento do tema.

Dado o caráter amplo da bibliografia, vamos nos ater aos critérios de seleção das obras que tratam direta ou indiretamente da temática do conceito de terrorismo. Alguns aspectos parecem ser relevantes para tentar estabelecer algum tipo de ordenamento no cenário bibliográfico caótico supracitado. O primeiro seria a noção de escala. Em que nível se dá o recorte espacial para buscar os agentes perpetradores da violência classificada como terrorismo. Ainda que as obras não mencionem de forma explícita, uma leitura atenta consegue identificar três níveis distintos: o primeiro seria o terrorista individual, o segundo seria o grupo terrorista e o terceiro seria o terror que emana do Estado. O segundo aspecto trata do caráter subjetivo da percepção de terror questionando a universalidade da amplificação do medo proposta pelos Estados Ocidentais.

3.1 A ESCALA DE ANÁLISE COMO ELEMENTO DE DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE TERRORISMO

A escala de análise nada mais é do que as diversas possibilidades de recorte do objeto de estudo proposto, ou seja, do terrorismo. Objetivando tornar a análise mais nítida, vamos nos ater às situações mencionadas a seguir: no primeiro nível de recorte, podemos identificar os indivíduos denominados como terroristas do tipo “lobo solitário”, ou seja, que agem sozinhos a partir de alguma motivação individual ou simplesmente por identificação a alguma

concepção política, social, ideológica ou religiosa, vinculada a algum grupo, mas sem qualquer vínculo direto com o mesmo; no segundo nível, temos uma ampliação da escala na qual podemos identificar os indivíduos que agem em grupos denominados como terroristas, ou sozinhos, mas sob instrução, sob ordens ou em apoio direto destes grupos. Nesse caso, temos em questão o contato e a influência entre pessoas a fim de tornar um determinado ato de violência real; no terceiro caso, temos uma maior ampliação da escala e observamos estados nacionais como perpetradores de ações violentas que também podem e devem ser classificadas como terrorismo.

No primeiro e no segundo nível temos em comum uma determinada característica: a interpretação do problema do terrorismo como sendo causado pela figura individual do terrorista ou do grupo terrorista. O perpetrador que efetiva a ação é inteiramente responsabilizado por ela, atribuindo uma espécie de culpa ao indivíduo ou ao grupo que pratica a ação. De forma geral, entendem a ação como de responsabilidade direta e quase exclusiva do sujeito.

Nesse viés, se desenha uma característica específica de bibliografia que aborda a aproximação entre história e psicologia. Como exemplo marcante dessa tendência, podemos destacar Shira Fishman e Arie W. Kruglanski, que examinam a temática estudada reconhecendo a relação existente entre terrorismo e fatores psicológicos. Os autores, apesar de reconhecerem o fenômeno como multidisciplinar, sendo passível de análise por diversas áreas do saber científico, enfatizam seu caráter essencialmente enraizado na psicologia humana. É defendida a ideia de que as questões fundamentais sobre terrorismo são psicológicas e psicossociais.

Shira Fishman e Arie W. Kruglanski apresentam a seguinte definição de terrorismo: “como o uso simbólico da violência por atores não estatais com objetivos políticos e sociais destinados a intimidar, assustar, ou coagir um público mais vasto do que os alvos diretos do ataque.”⁵⁷ De fato, a inclusão da expressão “atores não estatais” é marcante nessa perspectiva, uma vez que a definição de terror se dá pela noção do indivíduo perpetrador e não apenas pelo ato em si de forma isolada, ou seja, trata-se de uma definição limitada que não isola sujeito e objeto.

O tempo presente é extremamente rico neste perfil de abordagem conceitual. Os discursos dos chefes de Estados colhidos imediatamente após eventos de violência

57 KRUGLANSKI, Arie W. and FISHMAN, Shira. *Social Psychological Factors in Terrorism and Counterterrorism: Individual, Group, and Organizational Levels of Analysis* University of Maryland Issues and Policy Review, Vol. 3, No. 1, 2009, pp. 1--44

denominados pelos governantes como terroristas são exemplos reais do seu significado mediante o conceito observado a partir de um viés hegemônico, ou seja, dos detentores do poder político e seus aliados.

Em junho de 2016 um ataque reivindicado pelo Estado Islâmico em uma boate em Orlando nos EUA, gerou os seguintes discursos políticos: "Eu condeno, com a maior veemência possível, os ataques ultrajantes de extremistas violentos sobre pessoas inocentes, escolhidas ao acaso, por suas crenças, opiniões ou orientação sexual".⁵⁸ Ainda sobre este mesmo atentado, a chanceler da Alemanha, Ângela Merkel, disse ter o "coração pesado com o fato de que o ódio e a maldade de uma pessoa tenham custado a vida de 50."⁵⁹ Em outro atentado, desta vez ocorrido em Paris, em novembro de 2015, reivindicado pelo mesmo grupo, o então presidente da França, François Hollande, declarou que se tratou de "um ato de barbárie absoluta" e prometeu uma "resposta implacável".⁶⁰

A questão central no discurso de Hollande e dos outros chefes de Estado é que a resposta violenta praticada pelo Estado francês não leva o nome de barbárie muito menos de terrorismo, como o ataque inicial é caracterizado. Nesse sentido podemos identificar que os Estados liberais ocidentais e a imprensa de larga escala buscam classificar como terrorismo apenas os níveis de análise nos quais se inserem indivíduos ou grupos. As ações de violência praticada pelos Estados, ainda que porventura sejam mais intensas, não recebem o nome de terrorismo. Esses tratam com essa nomenclatura apenas tudo que sofrem, desconsiderando os atos que cometem. Exclui-se, assim, a participação dos Estados e o fato de seus atos de violência serem estigmatizados como terroristas, adjetivando apenas indivíduos ou grupos, como evidenciam os discursos de alguns dos homens mais poderosos do planeta.

A noção de terrorismo como traço psicopatológico não se distancia do seu caráter embasado em um forte individualismo, característico da ideologia liberal, na medida em que aborda o indivíduo ou o grupo na sua individualidade, desconsiderando perspectivas e interações sociais. A análise dos discursos políticos produzidos no cerne dos Estados liberais capitalistas ocidentais sobre o terrorismo, levando em consideração a escala de análise,

58 Trecho do discurso de Zeid Ra'ad Hussein chefe para assuntos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível em <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/06/internacional/504232-onu-e-chefes-de-estado-condenam-ataque-terrorista-a-boate-gay-em-orlando.html>

59 Ver edição *Jornal do Comércio* em 13 de junho de 2016. Disponível em <http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/06/internacional/504232-onu-e-chefes-de-estado-condenam-ataque-terrorista-a-boate-gay-em-orlando.html>

60 Ver edição do jornal *El país* em 14 de novembro de 2015 <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/14/internacional/1447505110_236146.html>

evidencia a aproximação dos mesmos com as perspectivas mais simplórias da bibliográfica que versa academicamente sobre o terrorismo.

De forma mais clara, percebemos que o que é defendido pelos chefes de Estados como terrorismo, situa-se na escala mais básica de análise, que percebe o problema como um fator psicopatológico, desconsiderando a interação entre os sujeitos. Obviamente os discursos produzidos pelos homens mais poderosos do mundo, propagam-se por todo o globo, com poder e velocidade e *status* de discurso “oficial” exercendo uma hegemonia sobre os demais discursos produzidos sobre o terrorismo.

Contudo, esse discurso não é o único. A ideia do individualismo liberal que observa a psicopatologia como grande cerne do terror parece-nos insuficiente para explicar o fenômeno como um todo, sendo necessário adentrar no terceiro nível de análise. Adentrando na bibliografia inserida mais profundamente na temática, essa perspectiva fica mais clara.

Alexandre, o Grande, ao capturar um pirata lhe pergunta: “Como ousa molestar o mar?” O pirata responde: “E como você ousa desafiar o mundo inteiro? Por fazer isso apenas com um pequeno navio, sou chamado de ladrão; mas você, que faz com uma marinha enorme é chamado de imperador”.⁶¹

O autor Noam Chomsky, ao nos remeter a alguns escritos de Santo Agostinho, nos permite amplificar a percepção do problema do terrorismo. A analogia proposta pela criminalização do pirata nos é muito útil para pensarmos a questão do terrorismo. A legitimidade é a diferença entre o Pirata e o Imperador. O pirata é um excluído que, ao agir contra os regimes vigentes, é denominado como criminoso. Não convém fazer uma análise significativa do termo Pirata, mas mesmo superficialmente se percebe isso com uma atribuição negativa, quase como um banditismo. Ao ter a legitimidade, a situação se inverte e passa a transmitir conquistas, presentes até no nome do Imperador Alexandre, o Grande. Percebe-se que a capacidade de atribuir a classificação ao próximo de pirata ou não, é um fortíssimo instrumento de poder.

Para a compreensão da definição de terrorismo em Chomsky, devemos ter em mente as concepções teóricas de aproximação entre história e linguística apontadas no capítulo primeiro. Chomsky identifica dois modos de abordar o estudo do terrorismo. O primeiro seria o lexicológico, ou seja, no sentido literal do termo buscando uma definição séria do que constitui o terrorismo. O segundo seria o propagandista, que define o terrorismo como uma arma a ser explorada em benefício de algum sistema de poder. Na segunda forma, o

61 Santo Agostinho (*apud* Chomsky, 2006).

terrorismo é responsabilidade de um inimigo apontado como tal oficialmente. Assim, as ações de violência seriam qualificadas como terroristas apenas nos casos em que possam ser atribuídas, de forma plausível ou não, ao inimigo. Se não puderem, essas ações são omitidas, ignoradas ou definidas como retaliação ou legítima defesa.

De acordo com Chomsky, tratando o assunto de forma correta, no sentido lexicológico, terrorismo seria: “(...) o uso de ameaça ou o emprego de violência com o propósito de intimidar ou coagir (geralmente, por motivos políticos, religiosos ou correlatos), quer o terrorismo seja do imperador, quer dos ladrões”.⁶² Essa afirmação torna a percepção do autor muito mais completa se comparada às concepções simplórias dos estados liberais, uma vez que se trata de uma definição que engloba todas as escalas de análise, seja dos indivíduos, dos grupos ou dos Estados. Essa definição incluiria os EUA no rol dos principais terroristas do mundo. Contudo, como se percebe, a definição amplamente adotada por governos e por seus agentes é a propagandista. O mais assustador é o fato de que os meios de comunicação e de os estudiosos do terrorismo das potências democráticas ocidentais também utilizarem o sentido propagandista do termo.⁶³

Chomsky tenta mostrar que por mais que os EUA tentem legitimar as investidas bélicas em outros Estados em seus discursos morais e políticos, suas ações também são de cunho terrorista no conceito literal, mas não são definidas como tal nos fóruns políticos internacionais, pois os EUA são como os imperadores e utilizam o conceito propagandista e dessa forma possuem a legitimidade.

Essa é a postura adotada pelos EUA de atribuir somente aos outros o estigma de terroristas, mesmo se suas ações de retaliação forem na prática tão ou mais graves que a própria ação que foi denominada como tal inicialmente. Isso é um instrumento significativo de poder. Qualquer ação de ameaça ou emprego da violência contra o Estado ou povo dos EUA ou contra seus aliados fica assim deslegitimada, pois é terrorismo, e qualquer ação ofensiva do mesmo porte por parte dos EUA e seus aliados passa a ser retaliação ou legítima defesa, ganhando sempre a legitimidade do Imperador. Em Chomsky, não importa o que aconteça na prática, os EUA sempre atribuirão o estigma ao outro e tentará tirar de si tal fardo.

Na concepção lexicológica apontada pelo autor, sob o respaldo da Escola de Cambridge e da *Begriffsgeschichte*, percebemos uma análise de terrorismo no que chamamos

62 CHOMSKY, Noam. **Piratas e Imperadores**. Bertrand Brasil: 2006, p.9.

63 *Ibid.*, p. 197.

de terceiro nível de análise, em que os Estados são apontados como terroristas, ainda que estejamos falando de um discurso minoritário e marginal dissidente nos meios políticos e acadêmicos.

Já Eric Hobsbawm, em seu texto **Globalização, democracia e terrorismo**, afirma que a degeneração patológica da violência política aplica-se tanto a forças insurgentes, quanto às do Estado.⁶⁴ A notabilidade dessa situação acontece nos Estados fortes e estáveis. A violência tem para o autor uma gradação e um conjunto de regras, em sociedades onde aquela está inserida no tecido das relações sociais.

Quando as sociedades ou grupos sociais que normalmente não estão acostumados com a violência se encontram inseridos nela, os limites estabelecidos para o emprego da violência podem sucumbir. Temos inseridos nos discursos um fator perigoso: a noção de causa justa e a adoção da causa do adversário como terrível. Nesse sentido, todo meio para se evitar a derrota e conquistar a vitória é necessário, segundo o autor. Assim, estados e insurgentes sentem-se possuidores de uma justificativa moral para a barbárie.

Barbárie essa que tem aumentado de forma contínua, contudo, não uniforme. O autor faz um breve relato da violência do século XX. Descreve o período de 1914 até o final da década de 40 como o auge da barbárie. Ao tratar a guerra fria, Hobsbawm utiliza ainda os conceitos de primeiro, segundo e terceiro mundo. A guerra fria teria trazido uma clara melhora no primeiro e segundo mundo, mas não significaria o fim da barbárie.

No ocidente ocorreu uma onda de regimes militares com torturadores treinados oficialmente que praticavam a violência contra seus próprios cidadãos. Infelizmente, após 1989 não se consagrou a expectativa de muitos em um período sem barbárie. A escala de sofrimentos humanos aumentou terrivelmente na década de 90, além da expansão de guerras religiosas alimentadas por ideologias seculares com o retorno de várias formas de fundamentalismo religioso.

O autor não se preocupa em definir o conceito de terrorismo, mas procura classificá-lo. Hobsbawm afirma ter havido três grandes surtos de violência e contra-violência política desde 1960. Ele chama o primeiro de “neoblanquismo”, característico da década de 60 e 70. O fato consistiu em tentativas por parte de certos grupos de elite, geralmente pequenos, cujo objetivo era derrubar regimes ou perpetuar ações nacionalistas e separatistas por meio da ação armada. Utilizavam atos terroristas capazes de atrair a atenção da grande imprensa, além de perpetrar golpes bem focalizados capazes de desestabilizar a alta política de seus países.

64 HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**; Editora Cia das letras, 2007, 126 p.

O segundo tomou forma no final da década de 1980, expandindo-se com as agitações populares e colapsos de Estados na década de 90, principalmente no aspecto étnico e religioso. O autor tenta mapear geograficamente as regiões e define a lista como: África, as áreas ocidentais do Islã, o sul e o sudeste da Ásia e o sul da Europa, como sendo as localidades mais afetadas. Esta segunda onda de violência levou a massacres em escalas comparáveis à Segunda Guerra Mundial. Diferente dos “neoblanquistas”, que de forma geral careciam de apoio popular, exceto na Irlanda do Norte, os grupos ativistas contavam com uma fonte ampla de recrutamento e com apoio maciço do público. O autor identifica esse momento como o período do surgimento do homem bomba. Ele tem origem como uma derivação da revolução iraniana de 1979, impregnado da poderosa ideologia islâmica xiita, que idealizava o martírio, e foi empregado pela primeira vez com o objetivo de produzir efeitos decisivos em 1983, contra os americanos, pelo Hezbollah, no Líbano. Sua eficácia foi tão clara que a prática se estendeu aos Tigres Tâmeis em 1987, ao Hamas, na Palestina, 1993, e a Al Qaeda e outros extremistas islâmicos, na Caxemira e na Chechênia, em 1998-2000.⁶⁵

Outro ponto notável do terrorismo individual e de pequenos grupos foi a crescente onda de assassinatos políticos. A primeira grande onda teria sido entre 1881 e 1914 e a segunda entre 1970 e 1990. Contudo, o alcance universal da televisão fez com que as investidas políticas mais efetivas não mais fossem as que visavam os altos dirigentes políticos, mas sim as que buscavam o máximo de visibilidade. O assassinato em massa de homens e mulheres em lugares públicos tem mais impacto midiático do que os outros alvos bombas, exceto dos mais célebres e simbólicos.

Segundo o autor, a terceira fase tem início no século XXI. A violência política seria agora global, seja pelas ações do governo Bush, seja pelo estabelecimento de um movimento terrorista que opera conscientemente de maneira transnacional, que torna irrelevante o fato de ter o apoio popular ou não. A estrutura inicial de grupos como a Al Qaeda parece ter sido a de uma organização de elite, mas sua operacionalização ocorre por células descentralizadas, nas quais grupos pequenos e isolados são criados para atuar sem nenhum apoio popular e sem base territorial. Estes novos movimentos caracterizam-se por se constituir em pequenas minorias, mesmo que possuam simpatia da massa e que em seu nome pretendam atuar.

A Al Qaeda, conforme o autor em questão, não possuía mais de quatro mil indivíduos na época de Afeganistão. Seus integrantes eram, de maneira geral, cultos e de condição social mais alta que os outros membros na comunidade na qual estavam inseridos. Seus candidatos a

⁶⁵ *Ibid.* p. 130.

recrutas das classes médias e alta, que receberam treinamento no Afeganistão, na década de 90, eram quase todos de famílias estruturadas. Em relação à Palestina, o autor apresenta um dado interessante: 57% dos homens-bomba possuem instrução superior à do nível secundário, se comparado aos 15% da população em idade similar, fica evidenciada a elitização do movimento em relação à realidade local.⁶⁶

Na Europa, em relação aos dois primeiros períodos considerados, a nova violência política foi enfrentada com força limitada e sem maiores alterações. Contudo, é significativo que alguns atos de crueldade na luta antiterrorista na Europa cheguem próximo à escala de tortura e dor que se passou na América Latina, onde o combate ao terrorismo transcendeu e muito as atrocidades dos revoltosos. Os objetivos dos torturadores eram normalmente impedir o aumento do número de participantes em atividades “subversivas”, além de obter informações dos ativistas a respeito do seu grupo.

A guerra contra o terror e a tomada de ações armadas pelos EUA, que condenaram as regras e tratados até então aceitos, pioraram a situação. O autor afirma que o perigo real das novas redes terroristas internacionais é desprezível: “por mais horripilante que tenha sido a carnificina de 11 de setembro em Nova York, o poder internacional dos EUA e suas estruturas internas não foram afetadas em nada.”⁶⁷ Os efeitos negativos a posteriori não ocorrem devido às ações terroristas e sim às do governo americano. O autor deslegitima a terceira onda de terrorismo, ao ressaltar sua fraqueza. Ao defini-los como sintomas e não agentes históricos, ele rebaixa os grupos que, mesmo possuindo capacidade de causar danos significativos, são problemas policiais e não militares. Mesmo que os grupos sejam rebanhos da Al Qaeda, eles não são a parte mais importante, nem militarmente, sendo considerados adendos marginais. Dessa forma, em Hobsbawm, a política atual dos EUA tenta reviver o terror apocalíptico, usando a expressão do autor, similar à guerra fria, na qual inventava inimigos, objetivando legitimar a expansão e o emprego do seu poder pelo mundo.

Outro autor que teoriza esta questão é Domenico Losurdo, que retrata “o uso terrorista do termo terrorismo”.⁶⁸ O autor faz uma crítica ideológica ao discurso do interlocutor, que justifica o domínio da modernidade Ocidental capitalista. O autor se posiciona contra a guerra e a barbárie produzida pelo ocidente em suas constantes investidas bélicas. Losurdo é mais um a argumentar sobre o uso político do termo terrorismo. Ele cita como exemplo o conflito entre judeus e palestinos: “(...) na contagem oficial dos ataques terroristas hostis, o governo de

⁶⁶*Ibid.*, p. 133.

⁶⁷*Ibid.*, p. 135.

⁶⁸ LOSURDO, Domenico. **A linguagem política do Império**. Boitempo: 2010, p. 49.

Israel inclui também o arremesso de pedras. Se o garoto palestino que protesta contra a ocupação jogando pedras, como devemos considerar o soldado israelense que mata a tiros?”⁶⁹

A classificação de um grupo ou de um determinado evento como terrorista visa a nada menos que a criminalização de toda forma de resistência à ocupação militar e não a limitar a gravidade e intensidade do conflito. Na guerra ao terror declarada por Bush, a ocupação do Iraque inclui a figura do “contractor”.⁷⁰ A campanha propagandista insiste em divulgar que se trata de um corpo de trabalhadores inocentes, e que apenas um terrorista poderia pegar em armas contra os mesmos. O uso dessas categorias é propagado por jornalistas e políticos. Os iraquianos que aspiram à independência são responsáveis por assassinatos, segundo Losurdo, pelo fato de atacarem as tropas de ocupação. Assim, a luta por independência é sinônimo de terrorismo, enquanto a ocupação não conta com uma definição lexicológica e sim propagandista com o mérito de ser antiterrorista.

A ideia é que os terroristas devem ser procurados apenas do lado dos colonizados e, nas ações contra os mesmos, sempre há legitimidade, ou se expressa de forma compreensiva a utilização máxima dos recursos bélicos. Os Estados hegemônicos não consideram guerras as suas expedições coloniais, além da enorme desproporção de forças no campo de batalha, os inimigos nem merecem serem chamados de povos. Há uma tendência de se recusar a considerar combatentes os que resistem as ocupações ocidentais e a classificá-los como vândalos, delinquentes, criminosos e, principalmente, terroristas.

Já o cientista político Marcial A. Garcia Suarez, em sua obra “A crueldade, a Técnica Moderna e as Faces do terrorismo”, mediante uma percepção da natureza humana a partir de uma perspectiva hobbesina, aborda a questão do medo da morte violenta, dada a necessidade inexorável de satisfação das necessidades humanas. Considerando os homens em igualdade de condições, visto que todos estão propensos ao uso da violência contra os demais, cria-se um estado de insegurança e de imprevisibilidade.

A possibilidade de uma sociedade sobreviver em Hobbes acontece por meio da defesa da disciplina e da violência, criando uma instância na qual essa última se torne impessoal.⁷¹ Nessa concepção, as apropriações dos meios legais da violência pelo soberano tornariam a

⁶⁹*Ibid.* p. 49.

⁷⁰ “A administração Bush gosta de chamar de voluntários, mas na realidade trata-se de mercenários que estão envolvidos nos aspectos mais controversos da guerra. São chamados quando se tem que realizar um trabalho sujo, que não pode ser pedido a um soldado fardado. Custam até mil dólares por dia e muitos possuem um currículo comprometedor”. *Ibid.*, p. 48.

⁷¹ SUAREZ, Marcial A. Garcia. **A crueldade, a Técnica Moderna e as Faces do terrorismo** in Cadernos de Sociologia e Política, 2005, p. 73.

sociedade mais segura, pois os tentáculos do Estado podem atingir qualquer um, não se hesitando em usá-lo até o limite necessário para a manutenção da ordem e impedir o retorno ao estado de natureza hobessiano, ainda que não haja uma definição clara do que se configura como o limite entre o que é a violência necessária e o que é crueldade.

A breve crítica ao pensador inglês feita por Suarez demonstra como a crueldade pode revestir-se de formas mais civilizadas, ou seja, à luz da teoria política de Hobbes, a violência e seu exercício são geridos pelo soberano como algo inerente ao controle social sem uma definição precisa do *quantum* de violência configuraria o limite entre o necessário e a crueldade. Nesse contexto, o autor adentra na ótica do terrorismo praticado pelo Estado.

Ao pensar sobre sua definição, o autor se refere a dois elementos que em sua visão constituem pilares significativos. O primeiro se compreende como uma condição de vida humana ou sub-humana que se apresenta, enfim, como um sentimento de ameaça. O segundo pode ser compreendido como uma tática, um método que pretende impor uma condição de terror a um grupo de indivíduos, na maioria das vezes através da violência. O autor, ao se aproximar destes conceitos, com um olhar técnico, consegue projetá-lo para diversos agentes. Nesse sentido, percebe que o terror e o terrorismo podem ser promovidos por Estados contra sua própria população, contra populações estrangeiras, por grupos nacionalistas que desejam poder político, grupos religiosos que desejam a reestruturação de um Estado, entre outros.

Domenico Losurdo, assim como Noam Chomsky, Eric Hobsbawm e Marcial A. Garcia Suarez, amplifica a escala de análise do conceito, classificando Estados como terroristas. A conclusão a que podemos chegar até aqui é a seguinte: os autores e principalmente os políticos que classificam terroristas individuais ou grupos terroristas em sua unidade, na verdade, estão normalmente submersos em suas doutrinas ideológicas de matriz liberal/conservadora. Ainda que essa tendência desfrute de relativa hegemonia nos meios políticos, diplomáticos e acadêmicos, é insuficiente para tratar o fenômeno da violência como um todo, uma vez que classifica o evento como terrorismo não em função do evento em si, mas do sujeito que pratica a ação, ou seja, indivíduos ou grupos, de forma que se enquadram ao primeiro e segundo grupo das escalas de análise respectivamente.

A bibliografia marginal dissidente por sua vez, pautada em construir uma crítica ao Estado capitalista liberal, muito embasada pelos ideais anarquistas e marxistas inclui os Estados no rol dos terroristas ampliando a escala de análise e tornando a classificação mais centrada no evento e não no sujeito perpetrador. Assim, a violência estatal não escapa das classificações dessa natureza, como os autores do primeiro e do segundo grupo permitem voluntária ou involuntariamente. Essa é uma característica que faz com que os diferentes

autores que pesquisam sobre terrorismo tenham concepções e definições diferentes, pois partem de premissas ideológicas distintas e analisam objetos distintos, dada a análise da escala possibilitar essa multiplicidade. O pressuposto das escalas desconstrói a vitimização defendida nos discursos dos hegemônicos nos quais o mundo ocidental civilizado é vítima de terroristas extremistas políticos e/ou religiosos.

3.2. O CARÁTER SUBJETIVO DA PERCEPÇÃO DO TERROR

Além da ideia de recorte temático mediante as escalas de análise, outro aspecto interessante como critério metodológico analítico se refere à noção da subjetividade da percepção de terror, que também quase nunca é questionada pela bibliografia, ainda menos pelos meios de comunicação. Um Estado, após sofrer um ataque por um grupo ou indivíduo, normalmente eleva o grau de preocupação sobre novos ataques o que leva à difusão de uma ideia de medo generalizado. Mais um questionamento se faz necessário: Será que a difusão de um medo generalizado não legitima o aparelho repressor do Estado?

Aqui, adentramos em um terreno fundamental sobre o papel do Estado na defesa de um determinado estilo de vida que é o liberal burguês, que em momento de crise aceita deslocar o eixo de repressão do estado para patamares mais elevados objetivando garantir a existência do próprio Estado, do capitalismo e de seus valores. Cabe ressaltar que a ideia de que a percepção do terror é relativa, de natureza amplamente heterogênea conforme bibliografia que versa sobre o tema. Alguns autores podem nos mostrar a impossibilidade de encontrarmos uma unanimidade sobre a questão do terror e conseqüentemente da repressão Estatal que a acompanha, demonstrando também as distintas percepções sobre a expectativa do papel a ser executado pelo Estado nacional.

Na linha mais ortodoxa, existe um grupo de intelectuais que entendem que a repressão no pós 11 de setembro ficou aquém do necessário. Segundo essa ótica, o indivíduo ou grupo terrorista não deveria ser tratado como um criminoso e sim como um inimigo em tempos de guerra. Mesmo após os atentados ao World Trade Center em 2001, por mais que a mídia internacional e o governo dos EUA anunciassem que de fato a América estivesse em guerra contra o terror, a estratégia militar foi extremamente lenta e de difícil sustentação, caracterizando-se por estar aquém do necessário para a destruição do terrorismo, pela ótica daquele grupo.

O historiador militar norte americano Caleb Carr é um representante dessa linha no que se refere à questão do terrorismo. Em suas análises busca diferenciar culpa e responsabilidade. Embora a culpa dos atos terroristas deva ser atribuída aos próprios praticantes, em primeira instância, também os cidadãos, os líderes das nações e comunidades escolhidas para os eventos não podem eximir-se completamente da responsabilidade, pois ao não compreender as origens quanto ao tipo de ameaça, facilitam sua ação.

Antes dos atentados de 11 de setembro, não havia sido desenvolvida a tática de transformar aviões comerciais em mísseis balísticos. O comportamento padrão do terrorista pouco se distinguia do criminoso comum, seja através de assassinatos, sequestros ou atentados a bombas. O que exatamente o autor critica é a categorização de criminosos, o que geralmente limita as medidas reativas e defensivas, do que se fossem classificados como beligerantes.

Para Carr, nos últimos quarenta anos, os líderes americanos e de outras partes do mundo identificaram o terrorismo como um tipo de crime, em um esforço que inevitavelmente objetiva atrair a atenção global, mediante um sentimento de indignação contra tais agentes negando-lhes o respeitoso *status* de soldados.

Em outras palavras, nossos líderes estiveram preparados e muitos ainda continuam, para tratar os terroristas como se eles fossem contrabandistas, traficantes de drogas ou, no máximo, uma espécie de mafiosos políticos, e não o que eles de fato tem sido durante quase meio século: unidades paramilitares organizadas, altamente treinadas, extremamente destrutivas que conduziram e conduzem campanhas ofensivas contra diversas nações e sistemas sociais.⁷²

Para o autor, independente de considerarmos os praticantes do terrorismo como soldados, referindo-se a soldados conforme definição do protocolo de Genebra, não exime o fato de que estariam organizados como um verdadeiro exército, dando e recebendo ordem para atacar os seus inimigos, com uma grande variedade de táticas de ataque que servem a uma estratégia maior de impor o terror generalizado.⁷³

Outro autor que podemos destacar na mesma linha de amplificação do terror é Niall Ferguson.⁷⁴Em seu artigo “Paris and The Fall of Rome”, redigido no calor dos atentados

72 CARR, Caleb. **A assustadora história do terrorismo**. Editora Ediouro: 2002, p. 20.

73 A convenção de Genebra em 1949 compactuou a guerra como um ato ilícito internacional. Desta forma se propõe a atualizar o acervo normativo humanitário, que estava defasado após os eventos catastróficos da Segunda Guerra Mundial e todo sofrimento civil por ela causada. Esse novo arcabouço prega a defesa dos soldados postos fora da zona de combate porque encontram-se em situações delicadas como feridos, enfermos, náufragos ou situações desta natureza.

74 Niall Ferguson é professor de história da Universidade de Harvard e membro sênior da Instituição Hoover.

de Novembro de 2015 na capital francesa cometidos por integrantes do Estado Islâmico, ele faz uma analogia entre a queda do Império Romano e a situação atual da União Europeia.

As invasões bárbaras ocorridas por volta dos anos 400 d.C de certa forma se assemelhariam ao crescente fluxo migratórios de muçulmanos para a Europa em nosso tempo. Essa relação de equivalência estabelecida entre períodos históricos tão distintos transpõe para o presente algumas justificativas que já explicam a queda de Roma no passado, levantam a tese da possibilidade do súbito declínio de Roma, mediante sangrentas invasões bárbaras que destruíram no período de apenas uma geração toda uma civilização, com uma onda de violência e ataques promíscuos que não poupavam os fracos, inocentes ou indefesos. Cenário de caos que é comparado com o momento de terror vivido atualmente.

Na perspectiva do autor, processos similares estariam destruindo a União Europeia, ainda que não haja uma notória percepção de tal situação. Ferguson afirma que a culpa de tais acontecimentos é exclusivamente dos europeus, por permitir o desmoronamento das defesas além do encolhimento militar, da mesma forma que abriram as portas para os estrangeiros que cobiçavam sua riqueza sem renunciar a sua fé ancestral.

Ainda que a grande maioria dos imigrantes muçulmanos da Europa não sejam efetivamente violentos, é inegável a existência de visões de mundo incompatíveis com os valores presentes nas democracias liberais modernas, incluindo as noções de tolerância não apenas religiosa, mas também de igualdade de gênero e dentre outras. Dado o cenário de contradições culturais é fácil para uma minoria violenta perpetrar ataques sobre a civilização declaradamente pacífica.⁷⁵ O artigo é finalizado com a perspectiva de que para a Europa atual seria sábio não repetir a complacência romana de séculos atrás.

Outro exemplo da ideia de amplificação da noção de terror se dá dentro dos próprios âmbitos políticos institucionais. A ONU apresenta uma definição de terrorismo extremamente ampla no que se refere à identificação de suas vítimas, mas vaga em relação à classificação e à identificação do agente perpetrador.

Atos criminosos pretendidos ou calculados para provocar um estado de terror no público em geral, num grupo de pessoas ou em indivíduos para fins políticos são injustificáveis em qualquer circunstância, independentemente das considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los.⁷⁶

75 FERGUSON, Niall. **Paris and the fall of Rome**. The Boston Globe Nov, 2015. Disponível em <<https://www.bostonglobe.com/opinion/2015/11/16/paris-and-fall-rome/ErlRjkQMGXhvDarTIxXpdK/story.html>>

76 Ver pagina das Nações Unidas ONU disponível em <https://nacoesunidas.org/acao/terrorismo>>

O grande problema de definições amplas é que permitem a interpretação de cada caso conforme conveniência de quem analisa. Como quem comanda a Organização das Nações Unidas são os Estados, em especial, os Estados membros permanentes do conselho de segurança, jamais acusarão a si próprios de terroristas. O que é de intrigar, é que são esses membros permanentes os maiores vilões contemporâneos, no que se refere à prática de atos terroristas. Como fiel exemplo, podemos nos ater aos EUA, que pela definição de terrorismo, pela ótica hegemônica, sofreram o maior ataque de todos os tempos nos atentados de 11 de setembro, quando 2753 pessoas foram vítimas fatais.⁷⁷

Porém, o ataque com o uso de bombas atômicas em 1945 gerando mais de setenta mil vítimas fatais não é considerado terrorismo, nessa mesma ótica de terrorismo estadocêntrica hegemônica liberal.⁷⁸ Isso é mais uma comprovação de que o número de mortos não é relevante na definição de nosso objeto, o que evidencia os aspectos de naturezas políticas e ideológicas. Obviamente a noção de terror que é ampliada é sobre seus inimigos, e nunca sobre os estragos que os próprios Estados podem causar.

Já a definição do FBI é muito mais restrita em relação aos sujeitos perpetradores, que na verdade serve para identificar seus inimigos e atribuir a eles o estigma de terroristas. Outro ponto que merece uma ressalva é o caráter completamente omissivo do texto, no que se refere à relação entre Estados e práticas de atos terroristas, exceto em relação aos estados que são acusados pela própria agência de financiar o terrorismo como Irã, Iraque (o documento é anterior à invasão deste país pelos EUA), Sudão e Líbia. Ou seja, seus inimigos mais uma vez ressaltando o aspecto político do discurso hegemônico. Sua definição é a mais heterodoxa possível, sendo completamente parcial e o parâmetro de como fazer a pior definição de todos os tempos, na ótica interpretativa da leitura marginal dissidente, tendo como base a interpretação dos autores já mencionados como Chomsky e Losurso, por exemplo. Sua abrangência restringe-se a identificar culpados apenas em indivíduos ou grupos como por exemplo a Al-Qaeda, Hamas, o Exército Republicano Irlandês, El-Gama Al-Islamiya e Hezbollah.⁷⁹

77 Ver página do **Globo.com** edição de 19 de março de 2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/03/vitima-e-identificada-quase-14-anos-depois-do-11-de-setembro.html>>

78 Ver <<http://www.nippo.com.br/4.hiroshima/>>

79 Para ver a definição de terrorismo do FBI na íntegra, acessar <<https://archives.fbi.gov/archives/news/testimony/the-terrorist-threat-confronting-the-united-states>>

Além disso, a definição do FBI amplifica sistematicamente a ideia de terror por parte dos que considera seus inimigos. Sua lista de terroristas se classifica em duas grandes categorizações: interno e externo. Os externos são os que recebem maiores destaques na imprensa internacional e são de fácil percepção, dada a lógica de administração dos EUA nos últimos anos. Os internos são exatamente os menos conhecidos e sobre os quais mais podemos fazer reflexões acerca de nossa temática.

Dentro dessa lógica de terroristas internos, temos a subdivisão em três novas categorias: o terrorista de extrema direita, tendo como exemplos “Aliança Nacional, a Igreja Mundial do Criador (WCOTC) e as nações arianas”; além de grupos de extrema esquerda que “professam doutrinas revolucionárias contra o capitalismo como, por exemplo, o grupo FALN Forças Armadas de Libertação Nacional Puertorriqueña”; e, finalmente, terroristas “anarquistas contrários ao capitalismo, que possuem uma presença a nível internacional, e às vezes também representam uma ameaça potencial aos Estados Unidos.”⁸⁰

Ainda dentro do grupo considerado anarquista, estão inseridos na classificação terrorista os ambientalistas mais radicais como a Frente de Libertação Animal (ALF) e a Frente de Libertação da Terra (ELF). O texto trata ainda dos militantes que participaram da manifestação em Seattle em 1999 contra a OMC e o livre comércio, visto pelos ativistas como um produtor de desigualdades e de concentração de renda. Nessa perspectiva, seriam considerados terroristas os anarquistas Black Blocs que atuaram na série de manifestações contra a OMC que tornaram a reunião de 1999 um verdadeiro fracasso.⁸¹

Os autores David Cole e James Dampsy na obra **Terrorism and Constitution** mostram sua visão através de uma perspectiva distinta. A obra abarca um tenso debate entre liberdade e segurança. De maneira mais específica, trata da capacidade do governo dos EUA na promoção da segurança ao mesmo tempo relacionando como o combate ao terrorismo justificou ações de restrição a liberdades civis, principalmente no pós 11 de setembro. Esse ataque evidenciou a vulnerabilidade dos Estados Unidos e ao mesmo tempo a audácia do terror.⁸²

A obra se classificaria no nível mais simplório no que se remetem às escalas de análise para definir os agentes perpetradores de terror, uma vez que não vê terrorismo nas ações do Estado americano, vendo-o somente nas dos grupos como Al Qaeda, por exemplo. Contudo na questão da subjetividade da percepção de terror, os autores fazem uma crítica exagerada à

80 Ver <<https://archives.fbi.gov/archives/news/testimony/the-terrorist-threat-confronting-the-united-states>>
81 *Ibid.*

82 COLE, David *and* DAMPSY, James. **Terrorism and Constitution**. The New York Press: 2002, preface.

ampliação da ideia de terror demonstrando o quanto isso é nocivo, pois restringe as liberdades civis. A noção subjetiva da percepção do terror normalmente é amplificada para servir como justificativa à repressão ao estabelecimento da ordem estatal a sua maneira.

Outro fato curioso é que os autores liberais ignoram o capitalismo como um sistema produtor de desigualdade, muitas vezes não levando as próprias derivações de determinadas ações executadas em prol do interesse do capital como sementes propulsoras de eventos terroristas, conforme demonstrado por autores contrários a essa tendência.

Bernard Lewis, por exemplo, em **A crise do Islã: Guerra Santa e terror profano** tenta romper com esta ideia de maximização do terror oriental, levantando uma análise na qual responsabiliza o ocidente pelo modelo atual do mundo oriental. Dimensiona a tese do fracasso da modernização no Oriente, dada a relação entre povos muçulmanos e a pobreza e tirania.

Dois traços são apontados com destaque: o primeiro seria a exploração econômica norte-americana que, na ideia do autor, se disfarça de globalização para expandir seus domínios. Esse tema recebe grande atenção da mídia árabe, que sempre relaciona globalização e penetração economia dos EUA. A situação cada vez mais deplorável economicamente no mundo muçulmano, se comparado com o mundo Ocidental e também com os países do leste da Ásia, indica para quem dirigir a culpa e as hostilidades resultantes de seu atraso.⁸³Se outrora as discrepâncias não eram difundidas, atualmente as modernas redes de comunicações tornam ampla parcela da população ciente dos desconcertantes abismo econômico e pobreza.

O segundo ponto aborda a questão da falta de modernização política. Algumas tentativas de consolidação de instituições democráticas foram realizadas. Seja através de reformistas na Turquia, ou de heranças deixadas pelos imperialistas que se retiravam da região. Em ambos os casos, os resultados são de invariável fracasso.⁸⁴Temos na realidade a descrição de um ambiente de tensão, onde os fatores políticos e econômicos servem de combustível para alimentar um clima de instabilidade interna, onde a insatisfação é dirigida aos governos nacionais e posteriormente aos mantenedores destes governantes, a dizer: os EUA.

83LEWIS, Bernard. **A Crise do Islã: Guerra Santa e Terror Profano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 110.

84Ibid., p. 113

O retorno ao passado sagrado, que recusa a modernização, resgata a origem de um grande número de os movimentos sendo um dos mais importantes deles o wahhabismo.⁸⁵ Sua principal característica consistia na exigência do fiel cumprimento de sua crença com extrema severidade e ferocidade, atentando contra a vida dos que recusassem seus padrões de pureza. Sua revolta era direcionada aos próprios muçulmanos que consideravam estar traindo as tradições islâmicas em favor de qualquer reforma modernizadora. Eram contrários a qualquer doutrina diferente da sua, opondo-se inclusive a versões xiitas e sunitas.

Um fator que propiciou o fortalecimento do wahhabismo no século XX, segundo o autor, foi o interesse econômico dos EUA no petróleo do Oriente Médio. A participação americana se deu no início desse século, quando empresas europeias já exploravam as reservas petrolíferas da região. Aos poucos, a Standard Oil da Califórnia foi acentuando a exploração do recurso, principalmente após a crise de 1929 que acarretou grave crise econômica na Arábia.

Nos pós Segunda Guerra, a exploração atingia níveis cada vez maiores e o correspondente fluxo de recursos que adentravam proporcionavam gigantescas mudanças na sociedade saudita, protagonizando o wahhabismo na governança do reino, que passara ao *status* de doutrina oficial de Estado, guardião de locais sagrados que trazem milhões de muçulmanos de todas as partes do planeta para realizarem seus rituais. Para além disso, a doutrina tinha recursos quase ilimitados à sua disposição para disseminar sua versão do islã, inclusive para formar novos convertidos em países do Ocidente. Os recursos do petróleo trouxeram amargas tensões sociais. As receitas providas pelo processo de modernização, de forma geral, não atenderam às amplas demandas sociais da população fazendo com que as diferenças entre ricos e pobres se acentuassem e a percepção dessa diferença foi evidenciada pela propagação da mídia moderna. Cria-se, assim, um ambiente propício para a receptividade de ensinamentos como o wahhab e outras doutrinas com semelhantes tendências. O autor destaca entre eles os Irmãos Muçulmanos, no Egito e na Síria e o Talibã, no Afeganistão.

Na perspectiva do autor, o atraso econômico e político propiciam determinadas conjunturas específicas que intensificaram certas interpretações religiosas. Essas remetem a um passado sagrado, mais radical e rigoroso, que nega a modernidade e os valores ocidentais. Algumas vezes essas interpretações são políticas oficiais de Estado que possuem recursos ilimitados, dadas as alianças comerciais com o Ocidente defensor do livre comércio, afetando

85 O wahabismo é uma palavra derivada de Muhammad ibn Abd al- Wahhab (1703 -1792), nome do teólogo que teria lançado uma campanha espiritual de renovação e purificação objetivando retornar ao puro e autêntico Islã fundador, eliminando distorções inseridas na religião.

dessa forma determinados segmentos das sociedades ocidentais de modo a perpetuar o radicalismo religioso e político. O curioso é que quando esses grupos voltam-se com eventos violentos contra o próprio ocidente, são tratados por loucos, por fanáticos dentre outras classificações, como por terroristas, por exemplo.

Temos assim duas visões antagônicas sobre a percepção do terror. De um lado, autores que aumentam a percepção do terror justificando que a repressão está aquém do necessário para combater os inimigos terroristas, sejam eles internos ou externos e de outro, um grupo que entende que a amplificação do terror serve apenas de justificativa para ampliar a repressão contra os que contestam o *status quo* do estado capitalista liberal. Outra característica notória é que os autores que ampliam a ideia de terror, legitimando também o aumento da repressão, também se enquadram no primeiro e segundo grupos na análise de escalas mencionadas anteriormente.

Nesse cenário, mais uma vez, o aspecto ideológico apresenta-se como decisivo entre visões de mundo distintas. Os autores que defendem o sistema capitalista, eventualmente, aceitam ceder parte de sua liberdade, em função da manutenção de um determinado ordenamento e controle social. Já os grupos que contestam o capitalismo e a propriedade privada adotam um posicionamento distinto e entendem a repressão apenas como uma forma do Estado em garantir sua existência eliminando seus inimigos internos mais radicais, observando os objetos no terceiro grupo na análise de escalas.

É inegável que o grupo que amplifica a ideia do medo, legitimando a repressão para a manutenção da ordem, insere-se no rol dos discursos hegemônicos que versa sobre o terrorismo presentes nos meios acadêmicos, políticos e midiáticos. Por outro lado, o grupo de autores que defendem a destruição do Estado liberal, da propriedade privada e do capitalismo, enxergando neles o terror e que, não podemos esquecer, é efetivamente vítima da repressão estatal, não observa com bons olhos tal tendência, tendo suas obras a produção de um discurso contrário a esta maximização da ideia de terror, engrossando a voz marginal dissidente.

CAPITULO 4: APROPRIAÇÕES DISCURSIVAS EMPÍRICAS E A TÁTICA BLACK BLOC

Neste capítulo a proposta é apresentar uma análise empírica do conceito de terrorismo de forma que complemente os pressupostos desenvolvidos nas linhas anteriores. O balanço bibliográfico que versa sobre a questão do terrorismo, de forma geral, quando submetido aos requisitos propostos de escalas de análises e à maximização ou não da ideia de terror para justificar a posterior repressão estatal, apresenta uma grande heterogeneidade; uma vez que uma grande parte das obras que se propõem direta ou indiretamente a abordar o conceito de terrorismo acabam se inserindo nas classificações mais simplórias do termo. Nessa perspectiva, grande parte da bibliografia apresentada não se sustenta frente aos critérios metodológicos.

Diante de um cenário tão complexo do ponto de vista de definição conceitual, faz-se necessário tentar reduzir o recorte no plano empírico da pesquisa de forma a realizar as mesmas opções metodológicas realizadas na bibliografia de forma geral, a fim de melhor aprofundar as manifestações discursivas que se referem à questão do conceito de terrorismo, migrando de uma escala macro de análise da bibliografia para uma análise mais específica.

Se, até aqui, efetivamente tratamos de analisar o terrorismo de um ponto de vista conceitual, no qual grande parte da bibliografia não se sustenta aos mínimos requisitos apresentados, este capítulo final busca uma abordagem diferente. Em vez de estudar a formação de um discurso, como fizemos até aqui, vamos partir de uma categorização já atribuída, para verificar a sustentabilidade e coerência de tais classificações. O objeto de estudo neste capítulo final é a tentativa de criminalização das ações dos Black Blocs como atos terroristas e a viabilidade e coerência de tal tentativa.

Para refutar logo de início qualquer crítica que considere o caráter apolítico da tática Black Bloc, uma vez que essa é a principal argumentação dos grupos contrários a sua atuação, é necessário contextualizar a tática dentro do espectro político. Trata-se de uma forma singular de ação em manifestações de rua, como uma espécie de tática, a qual permite que as pessoas possam preservar seu anonimato através do uso de máscaras ou simplesmente vendando o rosto com roupas negras, sendo o preto a cor símbolo do anarquismo, e dificultando assim a identificação por partes das autoridades policiais. Suas ações contestam a clássica premissa de Max Weber para a sociologia política no ocidente que atribui ao Estado o

monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. A partir dessa contestação, o grupo exprime uma crítica contundente e radical ao sistema político e econômico, no qual se encontra inserido.

A atuação política dos adeptos à tática Black Bloc pode ser inserida dentro de uma determinada forma de ativismo chamado de ação direta. Trata-se de um modo de atuação que se utiliza de métodos imediatos objetivando produzir os efeitos desejáveis ou atrapalhar os indesejáveis. Faz-se uso de meios disponíveis como desobediência civil, greves, boicotes, ataque com coquetel Molotov, sabotagens, ocupações ou destruição de propriedades, em detrimento de ações indiretas pautadas em eleições e representação política. Essa tática permite dar voz a pessoas descrentes com as burocráticas e corruptas vias institucionais e que desejam radicalizar sua contestação. Dessa forma, o uso da força possibilita a demonstração de que: nem o Estado nem a propriedade privada são indestrutíveis e que indivíduos são dispostos a entrar na linha de fogo para expressar sua indignação.

Por conta disso, a polícia, a imprensa e as autoridades políticas tratam os adeptos ao Black Bloc como extremamente violentos. Entretanto, se comparados ao movimento político que o precedeu e à atuação estatal vigente, podem, até mesmo, parecer contidos, como qualquer breve estudo deste histórico pode comprovar.

O conjunto de transformações ocorridos nos séculos XVIII e seus desdobramentos no século XIX, marcaram intensamente a vida social, política, econômica e intelectual dos trabalhadores. O advento da Revolução Industrial trouxe consigo a substituição do trabalho artesanal pelo uso das máquinas, baixando o custo da produção, aumentou a produtividade e ao mesmo tempo o desemprego. Enquanto a burguesia concentra riqueza, o proletariado era submetido a jornadas de até 16 horas diárias, trabalho infantil, feminino, sem direitos trabalhistas e com condições insalubres. Diante deste cenário é natural o surgimento de alguns movimentos de contestação, com destaque para o Ludismo. A constatação de que as máquinas substituiriam os postos de trabalho, acarretando no desemprego em massa levou os trabalhadores a quebrarem as máquinas com as próprias mãos em uma estratégia de resistência ao capital e a exploração, formando o que podemos chamar de primeira prática de ação direta contra o capitalismo industrial. Além disso, outras formas de atuação também surgiram como a formação de sindicatos e greves.

Nos primeiros anos do século XX, o movimento sufragista da Grã Bretanha atuava na luta pela conquista do voto feminino. Eram promovidos debates, reuniões e cartas publicadas em jornais de grande circulação. Algumas ativistas criticavam a atuação extremamente

pacífica entendendo-a como incapaz de perturbar a ordem e modificar o *status quo*. Dessa forma, as integrantes mais radicais se separam do movimento criando o Women's Social and Political Union (WSPU), também conhecida posteriormente como Sufragistas.

Em seu repertório de ações diretas incluía-se o lançamento de projéteis pelas janelas contra reuniões de partidos políticos que tinham proibido sua participação. Além disso, o grupo obstruía sessões da câmara dos comuns e tentava invadir a residência do primeiro ministro e em diversas ocasiões chegava a insultá-lo publicamente com empurrões e bofetadas. Em seus protestos, chegaram a quebrar janelas e vidraças de diversos prédios públicos com martelos e pedras, terminando em confrontos com as forças policiais.⁸⁶ Toda essa mobilização resultou na conquista do direito feminino ao voto na Grã-Bretanha, após a primeira guerra mundial.

Em Paris, nos eventos de 1968, estudantes se uniram contra a política do governo do general De Gaulle. Entre os diversos atos, ocuparam a Universidade de Sorbonne, fato que resultou em centenas de prisões. Por conta disso, as pautas se radicalizaram e os protestos ganharam as ruas em cenários de enfrentamentos entre policiais e ativistas. Trabalhadores decretaram uma greve geral e fábricas da Citröen e da Peugeot também foram ocupadas. Pautado em lemas como: “é proibido proibir”, o movimento é um grande marco de contestação da autoridade de forma geral, exportando a rebelião para os jovens ao redor do mundo em diversos países.

Nos anos de 1980, temos a consolidação do movimento autonomista na Europa. Um conjunto de teorias descentralizadoras como o anarquismo, comunismo libertário e anarco-comunistas, dentre outras correntes e derivações, caracterizavam-se pela forte oposição à burocracia estatal, objetivando derrubar não apenas o Estado, mas também o capitalismo. Temas como autogestão e cooperação entre indivíduos são pilares centrais nas ideias revolucionárias dos autonomistas que buscam modelos sociais alternativos como forma de superação aos modelos mais autoritários vigentes.

Na manhã de 28 de julho de 1981, em uma ação coordenada envolvendo centenas de policiais, um grande agachamento foi despejado e mais de 30 casas particulares foram invadidas dentro e ao redor da área de Frankfurt. Dezenas foram presos, seis foram acusados de fundar e ser membros de uma "organização criminosa". O nome da organização: “Bloco Schwarzer” (Black Bloc). Aliás, nada veio do próprio julgamento: o caso desmoronou, com as próprias autoridades admitindo que tal organização nunca existiu realmente. As acusações foram abandonadas e a

86 DERI, Francis Dupuis. **Black Blocs**. Editora Veneta: 2014, p. 36.

investigação sobre a "organização criminosa" conhecida como o "Bloco Negro" foi encerrada...certamente não foi o fim do "Bloco Negro", ao contrário, ele prospera como uma das formas mais populares de militância anticapitalista em uso hoje.⁸⁷

Dado seu breve histórico, mediante os movimentos políticos e sociais precursores, podemos situar a tática Black Bloc como um ato combativo em cenários de confrontos diretos entre manifestantes e o Estado. Podemos identificar, assim, duas formas de ações: as que buscam adotar posições defensivas de proteção física, em casos de ataques desproporcionais dos policiais aos manifestantes despreparados; e as posições mais ofensivas que perpetraram atos de força contra símbolos políticos ou econômicos do capitalismo como prédios, instituições bancárias, entre outros.

Com todo esse entusiasmo e convicção com que se comportam nas manifestações, os participantes de Black Blocs são alvos de muitas críticas e repressão. Diversos políticos, jornalistas, intelectuais de direita e alguns manifestantes mais conservadores alimentam severas críticas aos indivíduos que adotem tais práticas. Essas vozes normalmente se unem e apresentam um discurso quase homogêneo contrário a qualquer manifestação que recorra à força física. A principal linha argumentativa é a tentativa de reduzir os participantes a indivíduos sem convicções políticas cujo único objetivo é quebrar tudo. Esses são acusados de comportarem-se como se fossem portadores de uma patologia, de uma sede incontrolável de destruição. Contudo, qualquer um que esteja disposto a analisar um pouco mais profundamente a ação, poderá situá-los dentro do espectro político de maneira contundente, refutando tal acusação de forma definitiva.

Outra forma de deslegitimar tal crítica é analisar os históricos das atuações dos adeptos da tática Black Bloc. Dessa forma, fica claro o quanto as forças retrógradas se esforçam para omitir o caráter político do grupo em questão, criminalizando suas ações ao defini-las como vandalismo ou, em ocasiões extremas, como terrorismo.

Em 1999, a cidade de Seattle foi marcada por manifestações de organizações não governamentais, de anarquistas, de sindicatos e de ativistas que tomaram as ruas da cidade para protestar contra os efeitos nocivos do capitalismo, no que se remete à liberação do comércio internacional, no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

Em diversas cidades do mundo, foram registrados protestos, mas foi em Seattle que a situação saiu completamente do controle das autoridades, chegando ao ponto de ser decretado

87 RAHMANI Sina ; *Politics and Culture*; From edition 2009 Issue 4 Disponível em <<https://politicsandculture.org/2009/11/09/macht-kaputt-was-euch-kaputt-macht-on-the-history-and-the-meaning-of-the-black-block/>>

estado de emergência e toque de recolher, após os manifestantes conseguirem bloquear o acesso ao prédio da conferência, impedindo a chegada de diversas autoridades, com destaque para o secretário geral da ONU, Koffi Annan, e a Secretária de Estado norte americana Madeleine Albright.⁸⁸

Estima-se que cinquenta mil pessoas tenham participado do protesto contra a OMC, somente na cidade de Seattle.⁸⁹ A reunião foi considerada um fracasso do ponto de vista de seus organizadores e um sucesso do ponto de vista dos ativistas que impediram a sua realização. Além do mais, outra vitória se deu no plano da cobertura midiática do evento: ao realizarem as manifestações, a cobertura da imprensa migrou da reunião para o uso de gás lacrimogêneo e tiros com balas de borracha por parte das autoridades.⁹⁰

Grupos ambientalistas também se mostraram presentes nos atos contra a rodada do milênio, que tinha por objetivo a destituição das barreiras no comércio internacional. Grupos como a WWF argumentaram que nos últimos 25 anos do último milênio, a rápida liberalização do comércio foi acompanhada pela destruição de um terço das riquezas naturais do planeta.⁹¹ Além de questões mais gerais, existe uma série de pontos específicos que intrigam os ambientalistas como a questão do uso de hormônios em carnes bovinas, a identificação de transgênicos nos rótulos, o uso de amianto e as baterias de cádmio.

Vale lembrar que o FBI classificou grupos de caráter ambientalista, como o “Frente de Libertação da Terra (Earth Liberation Front, ELF) e o Frente de Libertação Animal (Animal Liberation Front, ALF), presentes na chamada Batalha de Seattle, como as maiores ameaças terroristas internas nos EUA, apesar de terem matado exatamente zero pessoas”.⁹²

Em julho de 2001, manifestantes se reuniram para protestar contra a reunião do G8 em Gênova, na Itália. O número de presentes no ato varia de 100 mil pessoas, segundo a polícia, para 200 mil, segundo os organizadores.⁹³ Em meio à confusão de balas de borracha e gás lacrimogêneo, o ativista Carlo Giuliani, adepto da tática Black Bloc, foi morto com dois tiros disparados pela polícia e depois atropelado pela viatura das forças de segurança italiana,

88 Ver jornal **BBC Brasil** edição de 1 de dezembro de 1999 <http://www.bbc.com/portuguese/esp_seattle_rodad_01.12.htm>

89 Ver imagem publicada no jornal **BBC Brasil** disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/esp_seattle_img.htm>

90 Ver jornal **BBC Brasil** edição de 1 de dezembro de 1999 <http://www.bbc.com/portuguese/esp_seattle_rodad_01.12.htm>

91 Ver edição **BBC Brasil** em 30 de novembro de 1999 Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/esp_seattle_analise_30.11.htm>

92 GELDERLOO, Peter. **Como a Não-Violência protege o Estado**. Editora Subta, p. 39.

93 Ver jornal **The Guardian** edição de 21 de julho de 2001. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2001/jul/21/globalisation1>>

enquanto tentava destruir o veículo.⁹⁴ Esse ato gerou uma série de outros protestos em diversas outras cidades como Roma, por exemplo, quando milhares de pessoas realizaram uma manifestação contra a violência policial.⁹⁵

Esses eventos demonstram como o Estado e o sistema capitalista, muitas vezes, valorizam muito mais uma propriedade do que a vida. Mesmo quando a repressão do Estado atinge níveis tão críticos, de forma que os aparatos coercivos chegam ao nível de tirar a vida das pessoas para a proteção da propriedade, determinados seguimentos sociais insistem em chamar de terroristas os assassinados ao invés de chamar assim os assassinos.⁹⁶

No pós 11 de setembro, temos um aumento da repressão tornando as manifestações locais perigosas, dificultando a liberdade de expressão uma vez que qualquer um pode ser enquadrado mais facilmente como terrorista, sofrendo sanções mais pesadas. Alguns eventos não tiveram grande cobertura pela mídia, mas não podemos deixar de destacar. Em 2003, na Turquia, anarquistas organizados em Black Blocs queimaram a bandeira nacional e marcharam contra a guerra nas ruas de Ancara. Em 2005, grupos formaram um Black Bloc na Escócia em um protesto contra o G8. Em 2007, outros adeptos da tática atuaram na Alemanha, mais uma vez, contra a reunião do G8. Nesse episódio, uma viatura da polícia foi destruída e o escritório da multinacional Caterpillar foi depredado após seus equipamentos serem usados na remoção de palestinos em territórios dominados por Israel.⁹⁷ Em 2008, na cidade de Quebec, ficou evidente o aumento da repressão quando, uma manifestação, organizada por estudantes contra o aumento de 82% no preço da taxa anual das universidades, foi considerada ilegal pelas forças do Estado canadense.⁹⁸ Um vídeo mostra alguns policiais infiltrados na manifestação causando nos sindicalistas e nos ativistas de forma geral uma indignação e preocupação com sua segurança e liberdade de expressão.⁹⁹

A situação volta a se intensificar no ano de 2008, na Grécia, quando um grande Black Bloc se forma e termina com a morte de Alexandros Grigoropoulos, um adolescente de 15 anos que foi baleado pela polícia, que o acusa de ter tentado atirar uma bomba contra uma

94 Ver jornal **O Globo** disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-genova-em-2001-ativista-foi-morto-em-manifestacao-contra-globalizacao-10337170>>

95 Ver jornal **Publico** edição 24 de julho de 2001. disponível em <<https://www.publico.pt/2001/07/24/mundo/noticia/milhares-de-pessoas-manifestamse-em-roma-contra-violencia-policial-32836>>

96 Ver jornal **The FrontPage** edição 19 de julho de 2010. Disponível em <<http://www.thefrontpage.it/2010/07/19/carlo-giuliani-era-un-terrorista-non-un-eroe/>>

97 DERI, Francis Dupuis. **Black Blocs**. Editora Veneta: 2014, p. 14.

98 Ver jornal **DGABC** disponível em <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/37618/estudantes-voltam-a-protestar-em-quebec>>

99 Ver jornal **The stars** edição de 23 de agosto de 2007. Disponível em :

<https://www.thestar.com/news/canada/2007/08/24/quebec_police_admit_agents_posed_as_protesters.html>

viatura. Indignados, os trabalhadores convocam uma greve geral no país para dias depois da morte do jovem.¹⁰⁰ Além disso, milhares de pessoas saíram às ruas de Atenas em protesto, exigindo a demissão do governo e apelidando o Estado de assassino.¹⁰¹ Os confrontos se estendem com tanta intensidade que o estoque de gás lacrimogêneo da Grécia acaba, sendo o governo obrigado a contar com o apoio da Alemanha e de Israel.¹⁰²

Mesmo com a mobilização de todo o país, em nenhum momento a imprensa utilizou a expressão terrorismo para se referir ao jovem morto pela polícia. Um mês depois, ainda no calor dos protestos que se sucederam nas semanas posteriores, o grupo de extrema esquerda grego: “Luta Revolucionária” atira no policial Diamantis Mantzounis em retaliação ao ativista morto e o evento é tratado como um ato de terrorismo pela imprensa grega e pela internacional.¹⁰³

Em Londres, em 2011, durante uma manifestação contra a austeridade, diversas vezes se uniram para criticar as ações dos Black Blocs. O vice prefeito de Londres, Kit Malthouse, afirmou de maneira muito enfática: “eram um grupo perverso de bandidos de preto, e que estava muito óbvio que queriam destruir tudo e que seriam difíceis de controlar”.¹⁰⁴ A secretária de Estado para assuntos interinos do Reino Unido, Theresa May, condenou veementemente os atos ocorridos na cidade de Londres: “Quero condenar de maneira firme o comportamento irracional dos vândalos responsáveis pela violência”.¹⁰⁵ Além das autoridades políticas, autoridades policiais também se somam às críticas já apresentadas. O comandante da Scotland Yard, Bob Broadhurst, declarou: “Eu não os chamaria de manifestantes. Eles estão envolvidos em atividades criminosas”.¹⁰⁶ Alguns outros exemplos nos mostram como as

100 Ver jornal *O Globo* edição de 10 de dezembro de 2008 <https://oglobo.globo.com/mundo/greve-geral-aumenta-tensao-na-grecia-em-meio-protestos-pela-morte-de-adolescente-3802788>

101 Ver jornal *Público* edição de 10 de dezembro de 2008. Disponível em <https://www.publico.pt/2008/12/10/mundo/noticia/grecia-adolescente-foi-morto-por-ricochete-de-bala-disparada-pela-policia-1352607>>

102 Ver jornal *The Guardian* edição de 13 de dezembro de 2008. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2008/dec/13/athens-greece-riots>

103 Ver jornal *Público* edição de 06 de janeiro de 2009. Disponível em <<http://www.publico.pt/mundo/jornal/policia-grego-ficou-gravemente-ferido-em-ataque-atribuido-a-grupo-terrorista-290354>>

104 Ver jornal *The Independent* edição de 27 de março de 2011. Disponível em <<http://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/recriminations-fly-after-anti-cuts-protests-descend-into-violence-2254755.html>>

105 Ver jornal *The Guardian* edição de 28 de março de 2011. Disponível em <https://www.theguardian.com/uk/2011/mar/28/police-cuts-protest-theresa-may>

106 Ver jornal *Mailonline* edição de 29 de março de 2011. Disponível em <<http://www.dailymail.co.uk/news/article-1370468/TUC-anti-cuts-march-200-arrested-protesters-cover-Trafalgar-Square-graffiti.html>>

autoridades do Estado ampliam o conceito de terrorismo de forma a criminalizar seus inimigos internos.

Em outubro de 2011, o movimento Occupy aflorou em diversas cidades, com destaque para Vancouver, que contou com a participação de um grande Black Bloc que direcionou ataques a alguns símbolos do capitalismo. E, assim como ocorreu em outros lugares pelo mundo, as investidas dos Black Blocs provocaram reações incisivas de seus opositores, muitas vezes de modo até desleal. Para reforçar a ideia de que não se trata de um movimento político, algumas autoridades tentaram atribuí-los a manifestações esportivas, comparando-os com os hooligans. O prefeito da cidade de Vancouver, Gregor Robertson transparece essa tentativa de desmitificar a real intenção dos Black Blocs quando atribui toda a desordem a “anarquistas e bandidos” após uma confusão no final de uma partida de hóquei; ou seja, buscando tirar da esfera política as ações, atribuindo-as a práticas desportivas e criminosas.¹⁰⁷ Fato que teve que ser desmentido pelo delegado de polícia Jim Chu.¹⁰⁸

“A polícia se esforça para ampliar a ameaça representada pelos manifestantes em geral e pelos Black Blocs em particular”.¹⁰⁹ Nesse sentido, para além de caracterizar como um movimento apolítico e irracional e da, não menos grave, tentativa desleal de criminalização através de expressões que servem ao propósito de desqualificar suas ações como: “bandidos, “vândalos” ou “criminosos”, é comum usar a expressão “terroristas”, sem o menor cuidado linguístico necessário, para intensificar o sentimento de ameaça e maximizar a ideia do medo, justificando uma repressão desproporcional para servir de exemplo.

“A ampliação da ameaça à ordem pública propagada pela mídia e pelas autoridades, tem impacto direto na intensidade da repressão.”¹¹⁰ Jurgem Storbeck, chefe da Europol, afirmou em agosto do mesmo ano que os Black Blocs de anarquistas podem ser considerados terroristas ou pré-terroristas.¹¹¹No Egito, em 2013, um Black Bloc se posicionou contra o governo de Mohamed Morsi, sendo acusado pelo mesmo de "realizar ações terroristas".¹¹² No

107 DERI, Francis Dupuis. **Who's Afraid of the Black Blocs? Anarchy in Action around the World**; Pmpress 2014, p. 16.

108 Ver jornal **CBCnews** edição de 20 de junho de 2011. Disponível em <<http://www.cbc.ca/news/canada/british-columbia/vancouver-police-shift-blame-for-riot-1.995380>>

109 DERI, Francis Dupuis, **Black Blocs**, Editora Veneta, 2014; pagina 216 e 2017.

110 *Ibid.*, p. 208

111 <<https://www.indymedia.org.uk/en/2002/03/24761.html>>

112 Ver jornal **Globo.com** edição de 31 de janeiro de 2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/egito-black-bloc-misterioso-grupo-opositor-acusado-de-terrorismo.html>>

ano seguinte, a TV Al-Jazeera, que cobriu as ações do Black Bloc no ano anterior, teve alguns de seus jornalistas acusados de associação ao terrorismo.¹¹³

O aumento dessa repressão traz consequências sérias para as liberdades civis. Em 2012, durante a cúpula do G20 em Toronto, um cidadão foi preso enquanto estava caminhando para um show usando roupas pretas. Em depoimento, o sargento que o prendeu afirmou que havia recebido o treinamento sobre Black Blocs e achou aquele cidadão que se enquadrava na descrição.¹¹⁴ O acusado foi detido por dois dias e liberado com pagamento de uma fiança. Esse é um efeito típico do problema da ampliação do conceito de terror.

Caso semelhante ocorreu no Brasil quando repórteres de grandes veículos de comunicação foram presos ao serem confundidos com Black Bloc. ¹¹⁵ Considerando obviamente que os repórteres do jornal **O Globo** não estavam praticando nenhum tipo de ação direta contra propriedades bancárias ou grandes corporações, torna-se evidente que não é preciso estar praticando um ato qualquer para ser preso em uma manifestação, basta simplesmente estar exercendo o direito constitucional e democrático de se manifestar.

Não há limites para o Estado na tentativa de manipular, criminalizar e combater seus inimigos, inclusive classificando-os de terroristas. De fato, as ações diretas dos Black Blocs, movimentam o aparelho repressivo do Estado. Para Francis Déri, um especialista na tática Black Bloc, seria um grave erro considerá-los responsáveis pelas ações repressivas da polícia dada a complexidade da relação.

De forma geral, os ataques policiais não necessariamente sucedem à violência dos Black Blocs ou sua presença é sequer necessária para que o aparato repressivo estatal ataque os manifestantes, mesmo em regimes democráticos, onde a liberdade de manifestação é prevista em constituição. É verdade que o uso de força pelos manifestantes pode aumentar a probabilidade de uma resposta brutal, mas há diversos exemplos de atos pacíficos que resultaram em respostas desproporcionais como, por exemplo, a greve estudantil de Quebec em 2012, na qual 3500 pessoas foram presas.¹¹⁶

Na verdade, o autor defende que a intervenção ou não das forças repressivas sempre será uma opção da polícia ou dos chefes políticos executivos que controlam a instituição.

113 Ver jornal *Estadão* edição de 29 de janeiro de 2014. Disponível em <<http://internacional.estadão.com.br/noticias/geral,egito-acusa-jornalistas-da-al-jazeera-de-associacao-ao-terrorismo,1124481>>

114 DERI, Francis Dupuis. **Black Blocs**. Editora Veneta: 2014, p. 209 e 210.

115 Ver <<https://folhapolitica.jusbrasil.com.br/noticias/113685393/reporteres-de-o-globo-folha-e-outros-sao-presos-confundidos-com-black-blocs>>

116 DERI, Francis Dupuis. **Black Blocs**. Editora Veneta: 2014, p. 203.

Ademais, uma vez definida a intervenção, a proporção e a intensidade da resposta ou do ataque, ainda assim, será uma escolha dos mesmos agentes.

Há casos, em países democráticos, sob uma constituição que em tese deveria garantir o direito à manifestação, onde as mesmas sequer chegam a acontecer; uma vez que a repressão ataca antes mesmo do início do ato, como em Montreal, em 2002, quando ativistas tentaram manifestar sua indignação contra os ministros do trabalho do G8 e foram todos presos.¹¹⁷ Outros exemplos podem ser facilmente encontrados, como em Genova, em 2001, onde manifestantes não violentos foram atacados pelas forças policiais.¹¹⁸ Em Seattle, em 1999 durante a reunião da OMC, os ataques dos Black Blocs contra vitrines e bancos acontecem horas depois que policiais usam força contra manifestantes pacíficos que bloqueavam a rua do centro.¹¹⁹

Déri considera ainda o estabelecimento de perfis políticos por parte da polícia. Para isso cita o estudo comparativo do sociólogo Patrick Rafail, que tem como conclusão a significativa variação da cultura policial de uma cidade para outra. Ao analisar manifestações em três cidades, Vancouver, Toronto e Montreal, observou que prisões em momentos de manifestações variam significativamente.

Em Montreal, 22% das manifestações resultaram em prisões, enquanto Toronto 10% e Vancouver 4%. Em cada uma dessas cidades o que determina a intensidade da repressão não é o que os manifestantes fazem ou deixam de fazer. A polícia de Montreal abomina manifestações contra o capitalismo ou contra a brutalidade da polícia e em manifestações desta natureza age com maior rigor. Em cada uma dessas cidades, o que define a brutalidade da repressão não é o que os indivíduos fazem ou quem são efetivamente e sim o que são aos olhos da polícia. Os policiais estariam, assim, mais dispostos a recorrer à violência se entendem que estão enfrentando grupos considerados radicais, fora dos padrões por representante do Estado.¹²⁰ Estabelece-se assim a criação de um perfil político no qual os anarquistas Black Blocs estão inseridos. A polícia já está pré-disposta ao uso da violência em relação a esse perfil estabelecido, independentemente de suas ações.

É notório que nos últimos anos tenha sido construída por alguns grupos de acadêmicos, políticos, agências de inteligência policial e pela imprensa uma imagem do

117 *Ibid.*, p. 203.

118 Ver <https://vimeo.com/8672001>

119 Patrick F. Gillham e Gary T. Marx; “Complexity and irony in policing and protesting: The World Trade Organization in Seattle”, *Social Justice* 27, no 2 (2000) 212-36.

120 DERI, Francis Dupuis. **Black Blocs**. Editora Veneta: 2014, p. 204 e 205.

anarquista criminoso, capaz de ameaçar a segurança pública, até mesmo como prototerrorista ou terrorista. Sem dúvida, o Black Bloc encarna um papel central nessa relação, como figura anarquista violenta e criminosa. De fato, expressar críticas radicais ao sistema em ações diretas pode constituir uma ameaça à ordem pública, porém existe uma amplificação significativa do “perigo” pelos sensacionalistas veículos de imprensa, o que impacta diretamente na intensidade repressiva. “Além da preparação da polícia, o Estado monta um sistema de segurança repressor e um aparato antiterrorista”.¹²¹

Mesmo que a escalada de violência e as ações diretas anarquistas sejam de baixa intensidade, criou-se a imagem de que os jovens “vândalos” anarquistas querem irracionalmente “quebrar tudo”, desvinculando seus atos de qualquer caráter político reivindicatório. Dessa forma, é construída a figura do anarquista como um inimigo interno e terrorista. Fato que legitima operações preventivas da polícia contra supostos potenciais ativistas, dissimulando um grau de criminalização incompatível com as ações originais.

Um exemplo prático pode ser identificado na França em 2008, na vila de Tarnac, quando foi montada uma ação “antiterrorista” contra um grupo de jovens que supostamente teriam participado de um Black Bloc dias antes, deixando-os por vários meses presos.¹²² O objetivo, segundo o autor, parece, acima de tudo, político: criar um perfil político de um manifestante ameaçador, vinculando-o à imagem de um radical inimigo interno, cujos resultados legitimam a repressão em uma escala desproporcional com suas ações. “O Black Block pode constituir uma ameaça à ordem pública, mas esta imagem é muitas vezes amplificada pela mídia e pelas autoridades, e tem um impacto direto na intensidade da repressão”.¹²³

Se replicarmos a ideia de escala de análise, adotada anteriormente, podemos perceber que toda a crítica objetivando a classificação de terroristas pelos indivíduos que praticam ação direta, especificamente aos adeptos da tática Black Bloc, está inserida no nível mais rudimentar de análise; considerando a ação que emana apenas a nível individual ou, no máximo, do grupo, descaracterizando a ação do Estado, nesse recorte, representado pela polícia e por seus agentes repressivos de forma geral. O mesmo equívoco evidenciado pela imprensa e por chefes políticos de alto escalão se reproduz de modo semelhante na análise dos protestos de rua que porventura realizem uma crítica mais incisiva, ampliando a noção de terror emanada nestes grupos “fora dos padrões.”

121 DERI, Francis Dupuis, **Black Blocs**. Editora Veneta: 2014, p. 210.

122 *Ibid.*; p.210

123 *Ibid.*, p. 208.

Movimento similar pode ser percebido no Brasil. A imprensa em larga escala tradicionalmente adota uma postura conservadora ao retratar movimentos insurgentes. Uma breve história do movimento dos anarquistas adeptos da tática Black Bloc nos mostra como a imprensa, seja nos EUA, no Reino Unido, Canadá, Grécia ou na Itália, adota uma postura altamente estadocêntrica tomando partido ao lado do poder estabelecido e criminalizando as ações de contestação. As reportagens em cada caso retratado anteriormente mostram que o papel dos veículos de comunicação sempre passou por deslegitimar tais investidas. No Brasil, a mesma lógica é adotada ao tratar das manifestações que utilizam a tática Black Bloc. “A imprensa transformou os manifestantes que fazem uso da tática Black Bloc numa espécie de Al Qaeda”.¹²⁴

Os primeiros usos da tática Black Bloc no Brasil se deram no início dos anos 2000. Durante a ação global dos povos, marcada contra a reunião do FMI em Praga, houve manifestações na cidade de São Paulo. Um grupo de ativistas praticou ações diretas contra o prédio da Bovespa gerando confrontos com a polícia militar. Na época, o tema não ganhou destaque na grande imprensa e a expressão “Black Bloc” em nenhum momento foi citada, contudo a lógica da ação seguia o padrão da tática Black Bloc.¹²⁵

Todavia, nos protestos de 2013, a tática ganhou protagonismo na imprensa e imediatamente foi vinculada ao terrorismo. No dia 15 de outubro de 2013, a revista *Veja* publica uma reportagem afirmando que os integrantes do grupo estariam realizando terrorismo digital, após a exposição de dados de Sergio Cabral e Eduardo Paes.¹²⁶ Cabe ressaltar o uso da expressão terrorista completamente fora de qualquer preocupação lexicológica, criando um sentido político em defesa das altas cúpulas políticas, criminalizando as manifestações dos ciberativistas.

Em outra ocasião, um artigo publicado no jornal *O Globo*, no dia 05/06/2014, pelo autor Demétrio Magnoli, mostra como parte da imprensa, que exerce um verdadeiro oligopólio no sistema de comunicação no Brasil, conseguiu aprender com a imprensa

124 ORTELLADO, Pablo. **Mascarados; a verdadeira história dos adeptos a tática Black Bloc**; Posfácio; O Black Block e a violência; 2014, p. 281.

125 Ver <<http://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-cao-polemica-na-esquerda.html>>

126 Ver revista **VEJA** edição de 17 de outubro de 2013. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/brasil/black-bloc-adota-o-terrorismo-digital/>>

internacional. Na publicação, o jornalista deixa em evidência sua visão tradicionalista na definição e compreensão dos adeptos à tática Black Bloc.¹²⁷

Demétrio Magnoli se opõe ao que chama de manifestação política dirigida por grupos dedicados à violência. “a violência dos quarenta garotos não é uma resposta à violência e sim uma apropriação política dos métodos criminosos”. Além disso, o jornalista relaciona o PCC aos Black Blocs e responsabiliza os últimos pela militarização das cidades-sede da Copa do mundo de 2014.

Embora o autor possua uma admirável erudição nas escolhas das palavras e no encadeamento das ideias ao longo do texto, a sua argumentação é significativamente pobre. Dois argumentos são mais que suficientes para contestar o texto. Primeiramente, ao estabelecer uma relação entre os adeptos ao Black Bloc e o PCC, o autor na verdade reproduz o que, desde o século XIX, os liberais fazem com os movimentos de contestação política e social: a criminalização desses. Não cabe uma análise mais aprofundada sobre o PCC, mas considerando que esse grupo é tratado na grande imprensa como criminoso e ao colocar ambos os grupos lado a lado de maneira simétrica, pode-se concluir que se busca deslegitimar o Black Bloc tirando seu aspecto político e ressaltando unicamente um aspecto criminoso.

Em segundo lugar, argumentar que os Black Blocs são os responsáveis pela militarização das cidades-sede da Copa, é olhar apenas o sintoma e não a causa da doença social na qual as democracias chamadas de liberais estão inseridas. O Estado é repressivo desde sempre. Maquiavel, no século XVI, já apontava a necessidade do príncipe em ser “temido”. Todos os movimentos de contestação à estrutura estadocêntrica, grupo no qual os anarquistas Black Blocs se inserem, não podem ser responsabilizados pela repressão dos aparelhos dos Estados, uma vez que os mesmos sempre existiram e sempre existirão enquanto a estrutura vigente assim permanecer. Esses movimentos, no máximo, expõem todo o caráter rude e não democrático do chamado Estado democrático de direito. Não se cria uma polícia para combater Black Blocs, pois a mesma sempre existiu. Apenas se mobiliza a estrutura já existente para reprimir aqueles que o Estado classifica como seu inimigo.

Ambos os apontamentos já seriam suficientes para deslegitimar o texto, mas se submetermos a publicação às mesmas provas, considerando as pertinentes escalas de análises para avaliar o conceito de terrorismo, identificamos que o artigo se insere nas definições mais superficiais e simplórias do conceito. Esse considera apenas indivíduos ou grupos como

127 Ver jornal *O Globo*, coluna Demétrio Magnoli edição de 05 de junho de 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/opiniao/quarenta-garotos-12723146>>

terroristas, nesse caso os chamados “quarentas garotos”, conforme fragmento do texto: “Nesse sentido... os Black Blocs inscrevem-se na correnteza histórica dos grupos terroristas e das organizações de guerrilha urbana”.¹²⁸

Outros veículos de comunicação que se colocam em posições conservadoras no espectro político, mesmo os de menor relevância, reforçam categoricamente a estratégia de criminalização atrelando Black Blocs ao terrorismo. O site “Ceticismo Político” publica uma reportagem em 1º de agosto de 2013, intitulada “Irritando a esquerda: terroristas do Black Bloc são denunciados por formação de quadrilha”. O autor do texto retrata a prisão de jovens adeptos à tática de forma completamente parcial, faz uma análise que desconsidera integralmente as questões sociais e mostra toda a preocupação com os prejuízos financeiros das agências do banco em questão.¹²⁹ Assim como a grande imprensa, alguns outros veículos reforçam a tradição liberal de defesa da propriedade privada, ou melhor, da propriedade privada dos bancos. É um explorado defendendo a propriedade do explorador.

A criminalização das estratégias Black Blocs, que tanto já foi explicada por esta pesquisa, mais uma vez se reproduz nesse cenário, assim como a utilização da expressão terrorismo sem qualquer preocupação linguística e lexicológica, em seu caráter mais rudimentar. Para fechar o texto, o autor termina parabenizando as autoridades policiais da 14º DP, agentes armados do Estado que vêm criminalizando os movimentos sociais.

No seio de tantos usos equivocados sobre o conceito de terrorismo no Brasil, em março de 2016 foi sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff a lei número 13.260, que tipifica o crime de terrorismo no Brasil. O que é notório é a definição, ou melhor, a falta de definição do que se configuraria terrorismo.

Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

O que temos nesse caso é a total demonstração da incapacidade do Estado de contribuir significativamente para reduzir o caos linguístico em que se insere o conceito de terrorismo. Ao definir terrorismo como “ato de provocar terror”, permeia o código jurídico

¹²⁸*Ibid.*

¹²⁹ Ver revista digital *Ceticismo político* edição de 1 de agosto de 2013. Disponível em <<https://lucianoayan.com/2013/08/01/irritando-esquerdistas-terroristas-do-black-bloc-sao-denunciados-por-formacao-de-quadrilha/>>

que versa sobre o tema, num rol profundo de subjetividade, possibilitando interpretações nefastas pelos agentes do judiciário, pondo em xeque o direito à livre manifestação e as atuações dos adeptos da tática Black Bloc.

A lei antiterrorista, na realidade, não visa combater terrorismo algum, pois se utiliza da expressão “prática por um ou mais indivíduos” excluindo o principal grupo terrorista do Brasil: o Estado brasileiro. Dessa forma, até mesmo a lei antiterrorista está classificando o conceito de terrorismo nos níveis mais rudimentares de análise, culpabilizando apenas indivíduos ou grupos e ampliando a noção subjetiva de terror, prestando o desserviço de restringir as liberdades civis, já dentro da frágil democracia brasileira.

Se ainda há dúvidas de que o principal agente perpetrador do terrorismo é o Estado, basta uma breve incursão nos desdobramentos da repressão estatal no pós 2013. Até mesmo a justiça que, ao menos conceitualmente, prega a neutralidade, na prática está a anos luz de exercê-lo de forma assertiva; em alguns momentos raros se rende aos discursos insurgentes no que tange à violência em protestos.

O juiz Valentino Aparecido de Andrade, da 10ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), condenou o estado de São Paulo pela conduta excessivamente violenta de policiais militares nas manifestações de 2013, obrigando-o a efetuar o pagamento de R\$ 8 milhões em indenizações.¹³⁰

A lista de atos de terror é bem longa. Para além de casos clássicos como o do trabalhador autônomo da construção civil Amarildo, assassinado por policiais do batalhão de operações especiais e da Claudia, mulher arrastada por uma viatura da polícia militar, ambos do Rio de Janeiro, mas temos outros exemplos. Como na ditadura militar quando tivemos episódios em que foi apontada violação ao direito constitucional de reunião e a liberdade de expressão, e o exército se infiltrou disfarçado nas manifestações conduzindo manifestantes para emboscada onde a polícia os aguardava para prendê-los.¹³¹

Outro caso ainda mais emblemático se dá em um protesto em Pernambuco, quando em uma manifestação contra a violência a polícia age com violência atirando em um manifestante.¹³² Durante as ocupações das escolas secundaristas em São Paulo, a polícia

130 Ver jornal *O Globo* edição de 10 de outubro de 2016. Disponível em <oglobo.globo.com/brasil/justica-condena-estado-de-sp-por-violencia-policia-em-manifestacoes-de-2013-20319125>

131 Ver portal *GI* edição de 23 de setembro de 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/exercito-admite-realizar-operacoes-de-inteligencia-em-manifestacoes-de-rua.html>>

132 Ver portal *GI* edição de 18 de março de 2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/policia-militar-e-acusado-de-atirar-contra-manifestante-durante-protesto-em-pe-veja-video.ghtml>>

utilizou balas letais.¹³³ Em outro caso em São Paulo, temos um policial que atira duas vezes contra um manifestante. Tanto a reportagem, a secretaria de segurança de SP, quanto, até mesmo, a própria família se limita à questão de ser o manifestante um adepto ou não da tática Black Bloc, como se isso justificasse, de alguma forma, o disparo efetuado pela polícia.¹³⁴ Essas ações não deixam de ser atos de violência estatal, uma ação de terror implementada pelo Estado, mas não são tratadas como tal nos veículos de comunicação de grande circulação. Se inserirmos neste contexto a política de terror imposta pela polícia nas comunidades e periferias do Rio de Janeiro e demais estados, certamente faltaria espaço disponível para tantos casos.

Em outras ocasiões, temos ações de terror feitas por empresas contra vidas de outros seres vivos. Institutos de pesquisas são acusados de maus tratos a animais que os usavam como cobaia para a indústria farmacêutica e cosmética. Os animais são resgatados por Black Blocs, mas em nenhum momento as ações da corporação são tratadas como terrorismo. O que se discute é a legalidade ou não da ação direta contra a propriedade do instituto responsável, ou seja, caso se discuta terrorismo, seria apenas pela ação dos adeptos da tática.¹³⁵ Esses são alguns exemplos da razão pela qual os anarquistas adeptos da tática se posicionam veementemente contra o capital e contra o Estado que o protege. Negar o caráter político de tais ações é cometer um erro inadmissível de análise.

Após tantos discursos contrários às práticas de ação direta, que com veemência ignoram as ações dos Estados e das grandes corporações, seja no nível político, acadêmico e até mesmo judiciário, vamos nos ater ao discurso marginal dissidente. Primeiramente, como os adeptos se identificam? Há um manifesto divulgado na página virtual de uma rede social chamada Black Bloc SP que se propõe ao que podemos chamar de breve apresentação política.

O Black Bloc não é um grupo deliberadamente e randomicamente hostil. Nossa luta é contra as grandes corporações, instituições e organizações opressoras e em defesa de suas vítimas – de forma ativa.

133 Ver jornal *Diário de Pernambuco* edição de 04 de novembro de 2016. Disponível em <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/brasil/2016/11/04/interna_brasil,673473/em-escola-ocupada-em-sao-paulo-policia-atira-com-balas-letais.shtml>

134 Ver portal *GI* edição de 27 de janeiro de 2014. Disponível em <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/ele-nao-e-black-bloc-diz-irmao-de-jovem-baleado-por-policiais-em-ato.html>

135 Assim como ocorreu em Seattle, temos no Brasil adeptos à tática Black Bloc engajados em atuar na área ambiental e em defesa dos animais. Reportagem disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/em-protesto-contra-testes-em-caes-black-blocs-queimam-carros-da-pm-e-da-globo,bf3d709b551d1410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>

O Black Bloc repudia infiltrações e tentativas de desmoralização e corrupção de movimentos sociais. Frente a infiltrados e provocadores, o BB irá coibir a ação através da conversa e da denúncia. Caso necessário, empregará outras técnicas.

O BB é organizado de forma horizontal e descentralizado. Não temos líderes. Todas as decisões são pautadas de forma democrática e autônoma.

Acreditamos que a forma mais eficaz de atingir grandes corporações, instituições e organizações opressoras dá-se no âmbito financeiro. Daí o caráter hostil de nossas ações contra multinacionais e semelhantes.

Reconhecemos o pequeno empresário como vítima do sistema. Repudiamos toda forma de política extremista. Somos contra o monopólio de riquezas e a exploração das massas.

Repudiamos toda a forma de política extremista. Somos contra o monopólio de riquezas e a exploração das massas.

Somos contra veículos de comunicação tendenciosos e mentirosos

Declaramos inimigos quaisquer meios de repressão ou opressão, sejam estas de caráter físico ou psicológico.

A corporação policial torna-se nossa inimiga somente a partir do momento em que suas ações tomam caráter opressor ou repressor.¹³⁶

Se não é possível encontrar facilmente um discurso contrário dentro dos cenários institucionais do âmbito político e em publicações da grande imprensa, temos que buscar fontes alternativas para as pertinentes análises que tenham por objetivo fazer uma oposição ao discurso hegemônico contrário às ações diretas. Inúmeras autoridades buscam definir e explicar o fenômeno dos Black Blocs, mas poucos consideram o que os mesmos dizem de si em suas análises.

Não é necessário descrever as dificuldades de encontrar essas fontes, uma vez que são as menos explícitas e propagadas nos veículos de informação. Dificilmente estão em livros ou artigos científicos ou, se estão, não refletem na íntegra o lugar de discurso dos ativistas adeptos da tática ou simpatizantes dela. A academia, nesse sentido, precisa abrir o leque do que considera como fontes.

Para adentrar efetivamente nas análises em escalas micro – as manifestações discursivas do pobre, do insatisfeito que muitas vezes não tem voz, enfim, de todos que estão à margem das instituições oficiais que não possuem sequer lugar de fala – deve-se ampliar o que tradicionalmente se reconhece como fontes, caso contrário, corre-se o risco de ficar nas mesmas análises dos discursos hegemônicos caracterizados pela superficialidade e principalmente pelos argumentos rudimentares.

Uma das primeiras reportagens publicadas no site “Globo.com” sobre as táticas expõe uma visão parcial, como sempre, criminalizando-as.¹³⁷ Somente uma busca refinada pode

136 Facebook, **Black Bloc SP**, 24 de outubro de 2014.

137 Ver portal *GI* edição de 12 de julho de 2013. Disponível em <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/conheca-estrategia-black-bloc-que-influencia-protestos-no-brasil.html>

encontrar algumas brechas, mesmo na imprensa oficial, que possa dar voz aos excluídos. O site permite que alguns leitores possam escrever suas opiniões sobre as reportagens. Neste sentido algumas merecem destaque:

Téssio Lima: “esses caras são heróis, pois são eles que seguraram os policiais para que nós possamos sair ilesos na hora das bombas. Parem de tentar criminalizar e passem a admirar esses verdadeiros heróis.”

Eduardo Salles: “Sempre fui contrário às manifestações violentas, mas tendo em vista o que acontece há anos no Brasil, comecei a ver essa "violência" de outra forma. Não existe violência maior que a cometida pelos Governos e a polícia. Assisti algumas ações dos Black Blocs e os caras ganharam meu respeito. Na minha opinião, são pessoas "de raça". Espero que o Povo Brasileiro em geral, aprenda a se manifestar e a revidar as agressões que sofre da polícia e dos Governos. Tendo em vista o que ocorreu ontem no Rio, fica a dica: máscara de gás, atiradeira com bola de gude e morteiro 12 x 1. Use a imaginação.”

Carlos Eduardo: “Naquela que deu quase um milhão na presidente Vargas, foi o Black bloc que defendeu a população da polícia, fizeram uma barreira pro choque não passar massacrando as famílias e idosos que tiveram naquela manifestação para dar tempo do povão correr do gás e dos tiros.”¹³⁸

É claro que qualquer cético pode afirmar que os posicionamentos mencionados acima são isolados e não refletem uma amostra significativa da população. Contudo fica mais difícil questionar a próxima fonte. Um importante termômetro pode ser encontrado durante um programa de TV da emissora “Bandeirantes” chamado “Brasil urgente”. Seu apresentador, José Luiz Datena, no programa do dia 13 de junho de 2013, após se posicionar categoricamente contra protestos violentos, com “baderna e vandalismo”, em suas palavras, fez a seguinte pergunta aos telespectadores: “você é a favor deste tipo de protesto?”. Os telespectadores deveriam ligar e responder sim ou não. Quando o placar chega a 1943 votos para NÃO e 3025 para SIM, Datena altera a pergunta, dizendo que os telespectadores não tinham entendido. A nova pergunta foi: “você é a favor de protestos com baderna?”. Reinicia assim a pesquisa e surpreendentemente temos como placar 998 para NÃO e 2351 para SIM, quando o apresentador, frustrado, retira a pesquisa do ar.¹³⁹

Dessa pequena pesquisa podemos ter dois pontos como reflexão: primeiro e óbvio, a maioria da população, no início das manifestações de 2013, era favorável às ações diretas dos Black Blocs; segundo, fica mais uma vez evidente a tentativa das grandes emissoras de manipular a opinião pública em prol da manutenção do *status quo*.

138As três opiniões estão disponíveis para consulta no campo comentários da reportagem publicada no jornal *Globo.com* acessível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/07/conheca-estrategia-black-bloc-que-influencia-protestos-no-brasil.html>>

139<<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>>

Em um artigo publicado no jornal O Globo em 20 de fevereiro de 2014, Pablo Ortellado descreve um pouco as origens da tática Black Bloc. O autor ajuda a esclarecer um o caráter histórico e político do movimento possibilitando uma melhor compreensão do fenômeno. É importante ressaltar que o autor pôde publicar o artigo, uma vez que foi criticado algumas vezes por Demétrio Magnoli e conseguiu o direito de resposta.

Explicar a gênese e o propósito do Black Bloc não é apologia, é ajudar a compreender o fenômeno. Mas apresentar seu sentido dificulta tratar esses manifestantes como jovens irracionais, como terroristas ou como bandidos. Entendê-los significa reconhecê-los como atores políticos e reconhecer também que a tática black bloc está muito relacionada com a violência da polícia e com o padrão de cobertura das manifestações pela imprensa.¹⁴⁰

Em sua análise fica claro o reconhecimento político dos praticantes, ao mesmo tempo que descarta qualquer vinculação com a criminalização e até mesmo com o termo terrorismo. Isso é extremamente significativo visto que o autor pode ser apresentado como um discurso marginal dissidente, ajudando a quebrar as reproduções esdrúxulas repetidas por diversos agentes políticos sobre a tática. Ao mesmo tempo em que reconhece a violência da polícia nessas ações, o autor pode ser inserido no grupo mais seletivo que observa, também no Estado, as ações graves de violência e, por que não dizer, de terrorismo também.

A imprensa gasta páginas e mais páginas de jornal e dezenas de minutos de jornalismo televisivo para discutir a “violência” contra vidraças enquanto a verdadeira violência contra a vida ganha apenas menções pontuais. Ao chamar a atenção para os bancos, para as grandes marcas e para o Estado brasileiro, os manifestantes que fazem uso da tática Black Bloc no Brasil resgatam a atenção dos meios de comunicação no Brasil e tentam redirecioná-la para o sistema econômico e político que está na gênese da verdadeira violência de nossa sociedade.¹⁴¹

Outro ponto importante em seu texto é uma afirmação em relação à violência: “Somente nas sombras é possível confundir a destruição de vidraças com o ataque a pessoas e considerar as duas ações violências equivalentes”.¹⁴² Se definirmos violência como atos que causam danos físicos ou psicológicos em outros indivíduos, seria um equívoco considerar como violência as ações contra propriedades visando uma radicalização da crítica um ato de

140 Ver jornal **O Globo** edição de 20 de fevereiro de 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/opiniao/black-bloc-na-sombra-11657043>>

141 ORTELLADO, Pablo. **Mascarados; a verdadeira história dos adeptos a tática Black Bloc**. O posfácio O Black Bloc e a violência; 2014, p. 286.

142 Ver jornal **O Globo** edição de 20 de fevereiro de 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/opiniao/black-bloc-na-sombra-11657043>>

violência, uma vez que estão sendo dirigidas a propriedades. Nesse cenário, as ações diretas podem ser muito mais claramente explicadas como uma performance, do que efetivamente como violência. Obviamente, a ausência de um tipo de violência dificulta categoricamente a tentativa de classificar seus atos como terroristas.

Ao contrário do que normalmente se pensa, essa ação não apenas não é violenta como é predominantemente simbólica. Ela deve ser entendida mais na interface da política com a arte, do que da política com o crime. Isso, porque a destruição de propriedade a que se dedica não busca causar dano econômico significativo, mas apenas demonstrar simbolicamente a insatisfação com o sistema econômico. Há, obviamente uma ilegalidade no procedimento de destruir a vitrine de uma grande empresa, mas é justamente a conjugação de uma arriscada desobediência civil e a ineficácia em causar prejuízo econômico à empresa ou ao governo que confere a esta ação seu sentido expressivo ou estético, num entendimento ampliado. A destruição de propriedade sem outro propósito que o de demonstrar descontentamento simbolizava e apenas simbolizava a ojeriza aos efeitos sociais da liberalização econômica.¹⁴³

Se pensarmos pela ótica do lugar do discurso, um adepto da tática pode falar com mais propriedade do que um intelectual que estuda a tática. Nesse sentido, uma importante reflexão sobre o caráter performático da tática pode ser encontrada dando voz aos participantes, permitindo que falem por eles mesmos.

Decidi ir porque considero a ação direta uma estratégia tão importante quanto a não direta. Nossa sociedade vive permeada por símbolos, e saber usa-los é essencial em qualquer demanda, seja ela política ou cultural. Participar de um Black Bloc é fazer uso desses símbolos para quebrar pré-conceitos e condicionamentos. Não só do alvo atacado, mas até da própria ideia de vandalismo...Veja, a estratégia Black Bloc é uma estratégia performática antes de tudo. E com alto valor simbólico. Não se trata de depredar pelo simples prazer ou alegria de quebrar ou pichar coisas. Trata-se de atacar o símbolo que existe representado naquele local ou objeto físico. A formação política ajuda a manter esse foco bem definido. Ajuda a pensarmos quais são os alvos que valem a pena e quais são os que se tornariam puro ataque gratuito.¹⁴⁴

De certa forma, os discursos marginais dissidentes também se apropriam do conceito de violência, assim como do de vandalismo e principalmente do de terrorismo, atribuindo ao estado e ao capitalismo a responsabilidade por tais atos.

Violência é trabalhar durante 40 anos, ganhando salários miseráveis e se perguntando se algum dia poderá se aposentar... violência são títulos públicos e

143 ORTELLADO, Pablo; **Mascarados; a verdadeira história dos adeptos a tática Black Bloc**; O posfácio O Black Bloc e a violência; 2014, p. 284.

144 Entrevista com um adepto da tática Black Bloc disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cnao-ha-violencia-no-black-bloc-ha-performance201d-9710.html>>

fundos de pensão roubados, e fraudes no mercado de ações... violência e desemprego, emprego temporário... violência são acidentes de trabalho... violência e ficar doente por causa do trabalho insano... violência e tomar drogas psiquiátricas e vitaminas para lidar com as horas de trabalho exaustivas... violência e trabalhar por dinheiro para comprar remédios para consertar a mercadoria que e a sua força de trabalho... violência e morrer em macas de hospitais horríveis quando não se pode pagar todas as taxas.¹⁴⁵

Outros discursos se somam em defesa da ação direta. Ao argumentar sobre a existência de uma relação entre poder e terrorismo, de forma que o terrorismo busca destruir uma estrutura de poder e criar outra, ainda que de natureza diferente, se desqualifica qualquer relação entre terrorismo e anarquismo, uma vez que esse é um sistema que não busca concentrar o poder em seus adeptos e sim disseminá-lo socialmente. “A ação direta não pode ser qualificada como terrorismo, porque não busca o poder para si, mas sim o fortalecimento do indivíduo que a utiliza. E justificada apenas pelo contexto político diante de uma justiça insuportável”.¹⁴⁶

Em um manifesto intitulado: “Nota sobre a criminalização dos movimentos sociais, do anarquismo e o terror de Estado”, o grupo Organização Anarquista Terra e Liberdade (OATL) lança uma declaração que defende os ativistas, vítimas da perseguição estatal, contestando a acusação de terroristas imposta pelo poder estabelecido. Simultaneamente, questiona os interesses e metodologias de atuação estatal, pautada em ações fascistas, mesmo dentro de um regime democrático.

Após a morte do cinegrafista Santiago Andrade (e de dezenas de feridos entre crianças, idosos e outros abusos de poder do Estado, ocultados pela mídia), que morreu em uma manifestação após o ataque extremamente violento da PM aos manifestantes que ocupavam a Central do Brasil e em decorrência de um acidente com fogos de artifício que o atingiu, a mídia burguesa tem tentado, com seu sensacionalismo e informações forjadas, criminalizar a revolta popular...Diante deste precedente, centenas, talvez milhares de companheiras de lutas poderão ser presas, por acusações falsas, forjadas, por ‘usarem máscaras’ e/ou escudos de auto defesa, taxadas como ‘terroristas’ em potencial. Qualquer um poderá ser preso preventivamente, por ‘organização criminosa’, pela sanha fascista do Estado nos próximos dias e meses, como forma de garantia e preservação da ordem capitalista! Continuaremos lutando pela liberdade de todas as/os presa/os políticos, por sua anistia irrestrita, pelos direitos, em defesa da vida, da liberdade, em defesa da rebeldia de todas as pessoas que ousam lutar contra a opressão e que participam da luta popular.¹⁴⁷

145 Proletários da sede ocupada da GSEE (Confederação Geral dos Trabalhadores Gregos), Atenas, dezembro de 2008.

146 ZUQUETE, Jose Pedro. **Por que ser um Black Bloc** in Revista de história, 01/07/2014.

147 Ver <<https://terraeliberdade.org/nota-da-oatl-sobre-a-criminalizacao-dos-movimentos-sociais-anarquismo-e-o-terror-de-estado/>>

Como um último discurso, é interessante expor uma publicação em uma rede social que dispensa maiores comentários ou explicações. Uma página virtual que se autointitula Black Bloc RJ, faz uma análise relacionando violência e terror com as ações do Estado, principalmente em relação à população mais pobre. Nesse cenário, o verdadeiro terrorismo é aquele perpetrado pelo Estado, seja em suas ações ou omissões que se impõem sobre a vida das classes populares. A publicação também se dedica a abordar o tema propriedade e o descaso histórico com o patrimônio público, cuja postura atual das classes médias e da elite beira a hipocrisia, na abordagem da página.

A verdade é que você nunca se preocupou com o patrimônio público – hospitais, escolas, museus, teatros, praças, ruas, monumentos ou qualquer outro bem público que você insiste em ignorar na sua vida regida por empresas e bens privados... Você nunca se importou se isso é patrimônio público e nem quais as condições sob as quais estão sendo administrados... Então, por favor não venha me dizer agora que você está preocupado com o patrimônio público que está sendo destruído por alguns grupos nas manifestações. Você nunca se importou com nenhum patrimônio público, nunca fez nada para que esse patrimônio público deixasse de ser sucateado, esquarterado por anos e anos de governos corruptos e omissos, que passaram por municípios e estados desse país... Então me desculpe, não me venha defender algo com o qual você nunca se importou... Sempre manifestei meu repúdio à violência, mas a violência sempre partiu do Estado, na medida em que nunca se preocupou realmente em oferecer condições para que a paz que você deseja e que talvez você conheça, seja a realidade de quem não pode pagar por ela. Tem um álbum de exemplos de terrorismos dos quais você não se importa que existam.¹⁴⁸

A proposta deste capítulo final foi analisar o conceito de terrorismo no âmbito empírico e demonstrar que existem duas vertentes discursivas distintas que produzem, no mínimo, diferentes interpretações sobre o significado de terrorismo. Fica claro que o que difere um discurso de outro não é mais de natureza técnica, analítica ou de qualquer outra natureza, do que política e ideológica. Quando se classifica um ativista adepto à tática Black Bloc como um terrorista deve estar claro que tal rotulação diz mais sobre o classificador do que efetivamente sobre o classificado.

Ao ser a ideologia e o posicionamento no espectro político os únicos critérios relevantes no jogo de significações para determinar o que é ou não terrorismo, além do já demonstrado caráter performático e não violento das ações diretas dos anarquistas adeptos da tática Black Bloc, torna-se vazia de sentido a classificação desses ativistas no âmbito de grupos terroristas. Tal imposição expõe de maneira significativa o discurso e interesse do interlocutor que, ao não dispor de instrumentos efetivos para tais classificações feitas pela

148 Facebook, Black Bloc RJ, 30 de setembro de 2013.

imprensa, pelas autoridades políticas e policiais, se baseia em critérios superficiais para criar um rótulo aos manifestantes mais radicais, ignorando as ações do verdadeiro terrorismo executado cotidianamente pelo Estado e pelas grandes corporações.

CONCLUSÃO

Os intelectuais, de forma geral, sejam historiadores, cientistas sociais, internacionalistas, autoridades políticas, entre outros, avançaram muito pouco na tentativa de estabelecer um conceito definitivo sobre o terrorismo. Esta pesquisa pode ser caracterizada pela tentativa de contribuir no avanço nesse sentido, dando um pouco de luz no caos teórico no qual o vocábulo em questão encontra-se imerso, buscando explicar as distintas interpretações sobre o terrorismo, com novos direcionamentos para futuras análises. Ainda que não tenha sido apresentado ou esgotado de maneira conclusiva sua própria definição, o ato de criar estratégias e ferramentas de análise, identificando critérios e categorias discursivas para uma melhor compreensão do nebuloso fenômeno do terrorismo já é de muita validade.

No campo teórico, a interface com os especialistas em conceitos da Escola de Cambridge e a contribuição inenarrável de Reinhart Koselleck auxiliaram no que diz respeito aos discursos sobre o terrorismo como um instrumento de poder de seus interlocutores. Já no âmbito metodológico, a pesquisa das fontes nos levou à premissa inegável de acordo com a qual existem duas matrizes distintas que versam sobre o fenômeno estudado. Nesse sentido, comparar esses conflitantes discursos significa realizar uma história comparada dos conceitos, conforme a jurisprudência de Jorn Leonhard nos fornece interessantes possibilidades, pois ao analisar historicamente um fenômeno foi possível entender as ressignificações linguísticas e os desdobramentos sociais delas.

O segundo capítulo buscou analisar a história do conceito de terrorismo, assim como suas mudanças semânticas do conceito mediante diferentes manifestações de discursos emanados por diferentes estruturas de poder através dos desdobramentos sociopolíticos, confirmando a existência de dois discursos distintos, sua evolução histórica e a natureza dos mesmos; um, de matriz política hegemônica e, outro, de matriz não institucionalizada e dissidente.

Somente através desse capítulo sobre a história do conceito de terrorismo foi possível identificar as transformações, o valor, a validade, as coerências dos distintos discursos sobre o terrorismo, tornando mais claras as ferramentas metodológicas a serem comparadas, tanto no balanço bibliográfico teórico, quanto no empírico. A partir das reflexões conceituais históricas foi possível identificar as origens dos distintos discursos, sendo possível criar nesse cenário algumas ferramentas de avaliação da bibliografia pautadas em escalas de análises e subjetividade da ideia de terror que foram exploradas nos capítulos posteriores.

Mediante as análises oriundas de distintas matrizes teóricas e conceituais, foi possível perceber distintos recortes discursivos e conseqüentemente diferentes relações de poder, o que altera o significado e a interpretação do fenômeno do terrorismo. O balanço bibliográfico aprofundado em fontes acadêmicas, jornalísticas, políticas e em um estudo de caso empírico acerca das ações dos adeptos da tática Black Bloc pôde mostrar a manifestação contemporânea de dois discursos conflitantes entre si.

No balanço bibliográfico teórico temos, de um lado, na manifestação do discurso hegemônico, a dificuldade de se definir exatamente o que é terrorismo, uma vez que o que realmente pauta a definição nesse âmbito não tem nada de objetivo. O terrorismo para o discurso hegemônico nas suas diversas possibilidades conceituais e interpretativas não tem nada a ver com o ato em si. Não importa o número de vidas perdidas para um ato ser considerado terrorista, pois não é isso que determina a sua classificação. A grande marca que efetivamente define se um atentado receberá ou não essa classificação são os aspectos ideológicos e políticos. Se houver interesse do Estado e da imprensa em desqualificar determinada ação, essa certamente será classificada com a nomenclatura. Não há relação coma ação que gera o terror e sim com o interesse de desqualificar o agente perpetrador. A conclusão é que não há nada de tangível tecnicamente que seja capaz de definir o que é terrorismo. Tal definição sempre é comprovadamente ideológica e política.

Por outro lado, autores como Domenico Losurdo, Noam Chomsky, Eric Hobsbawm e Marcial A. Garcia Suarez, no que se refere ao plano teórico, além de Pablo Ortellado e Francis Déri, no plano empírico, ajudam a restringir e a demonstrar a superficialidade e o caráter parcial dos discursos hegemônicos transmitidos pelas autoridades políticas e pela maior parte da imprensa. Se os discursos hegemônicos poupam o Estado de classificações de atos terroristas, o grupo cujo discurso marginal dissidente é propagado atribui ao poder estatal e a suas instituições, tanto pelos atos de ação, quanto de omissão, um sentido de violência terrorista com proporções ainda maiores que qualquer outro grupo ou indivíduo possam causar. Temos duas significações distintas que atendem pelo nome de terrorismo, dependendo do agente que executa, mas são propagadas por vozes distintas, marcadas principalmente por condições políticas e ideológicas diversas.

A estratégia metodológica de comparação se deu em dois aspectos. De um lado, os veículos de imprensa e seus oligopólios, juntamente com as estruturas e integrantes do poder estatal que adotam um determinado discurso cuja significação do terrorismo aponta unicamente para os atos executados por indivíduos ou grupos em sua individualidade. De outro, apresentamos uma perspectiva alternativa buscando integrar as ações violentas dos

Estados no mesmo âmbito, cujo desenvolvimento mostra a parcialidade e ineficiência analítica dos discursos hegemônicos, cujos objetos de análise são de natureza limitada, ou seja, vêem apenas o que querem ver, de acordo com seus interesses de manutenção de *status quo*.

No capítulo final, buscamos trazer uma abordagem empírica sobre a classificação de terrorismo, no que se refere aos adeptos da tática Black Bloc. Vimos que os discursos hegemônicos, que a todo o tempo buscam criminalizar as ações dos ativistas insistindo em apontá-los como sendo apolíticos, não se sustentam quando buscamos primeiramente analisar suas raízes históricas, que comprovam uma longa tradição do movimento das ações diretas, na qual os adeptos da tática Black Bloc estão inseridos. Quando os discursos hegemônicos transmitidos por autoridades políticas, acadêmicas, pela grande imprensa e por alguns intelectuais conservadores são comparados com os discursos não institucionalizados que se encontram à margem de toda a estrutura de poder vigente, fica evidente toda a manipulação do discurso hegemônico para criminalizar o discurso dissidente.

Os discursos são um fortíssimo instrumento de poder cujas construções reforçam os interesses políticos dos interlocutores. Ao classificar um ato Black Bloc como terrorista, devemos lembrar que, do ponto de vista da violência concreta, as ações estatais são mais fortes, e essas últimas são os atos verdadeiramente terroristas, com uma violência cotidiana sem precedentes, seja através da ação ou da omissão.

Independente de qual discurso sobre terrorismo se consolide como vencedor nesta batalha lexicológica, o mais importante para os intelectuais é saber como devem se posicionar e quais ideias devem defender, uma vez esclarecidos os interesses políticos por trás de determinados discursos.

E inegável que o alcance do discurso hegemônico seja infinitamente maior, criando uma batalha desleal, consolidando tal tendência como a mais ouvida e propagada entre a população. Ainda assim, se tal tendência prevalecer e, a partir disso, o fato de ser revolucionário, de lutar contra a opressão, de defender minorias e de se colocar ao lado das classes menos favorecidas, enfrentando a estrutura de poder opressora que tenta a todo tempo nos destruir; se tudo isso for definitivamente classificado como terrorismo, então que sejamos todos terroristas, que sejamos todos Black Blocs.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGIRRE, Julen. Operation Ogro. **The Execution of Admiral Luis Carrero Blanco**. New York: Quadrangle. The New York Times Book Co, 1975.

ALI, Tariq. **Confronto de Fundamentalismos**. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2002.

ALIGHIERI. **A Divina Comédia: Inferno**; Versão em prosa, São Paulo, 1999.

ALVIM, Mariana. Justiça condena estado de SP por violência policial em manifestações de 2013. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2016.

ANDERSON, Perry. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

APPEL, Karl-Otto. **Estudios Éticos**. Barcelona: Editorial Alfa, 1986.

_____. **Transformação da Filosofia I**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 2v.

ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite; BARBOSA, CÔRREA, Ricardo José. **Filosofia Prática e Modernidade**. Rio de Janeiro: ED. UERJ, 2003.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Da Revolução**. São Paulo e Brasília: Ática e UNB, 1990.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. Um Relato sobre a Banalidade do Mal. São Paulo.

_____. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

_____. **Lições de Filosofia Política em Kant**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Atena Editora, 1960.

ARMANI, Carlos Henrique. **Reflexões sobre o contexto na história intelectual: entre a virada linguística e o novo materialismo filosófico** In Revista tempos históricos, Volume 19: 2015.

ARON, Raymond. **Democracia e Totalitarismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1966.

- BARROS, José Manoel Aguiar de. **Terrorismo: Uma Palavra em Movimento**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.
- BAUMAM, Michael “Bommi”. **Terrorisme blues**. [S.l.], Nautilus, 2001.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Sombra das maiorias Silenciosas ou o Fim do Social**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. **Lo spirito del terrorismo**. Milão: Cortina Kafaello, 2002.
- _____. **Power inferno**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- BELL, J. Bowyer. **Tiempo de Terror**. Como responden las Sociedades Democráticas a La Violencia Revolucionaria. México: Noema editora, 1980.
- BEY, Hakim. **TAZ. Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BONANATE, Luigui. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- _____. **Terrorismo Político**. In: MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. (Org.) **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1997. vol.2.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BULLAIN, Iñigo. Tribuna:la estrategia de eta MLNV. *El País*, País Vasco, 24 de outubro de 2007.
- BURKE, Peter. **History and Social Theory**, 1992. Second edition, Ithaca & New York: Cornell University Press, 1993.
- BROWN, Jonathan. Recriminations fly after anti-cuts protests descend into violence. *The Independent*, 27 de março de 2011.
- CAHM, C. Propaganda by deed: the development of the idea._____. **Kropotkin and the rise of revolutionary anarchism: 1872-1886**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, e também MAITRON, J. **Ravachol y los anarquistas**. Madrid: Huerga y Fierro, 2003.
- CAMUS, Albert. **Réflexion sur le terrorisme**. Paris: Nicolas Phillipe, 2002.
- CARR, C. **A Assustadora História do Terrorismo**; Tradução de Mauro Silva; São Paulo; Edouro; 2002.
- CHESNAIS, Jean-Claude. Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos jours. Paris: Robert Laffont, 1981.

CHOMSKY, Noam. **Piratas e Imperadores**. Bertrand Brasil. 2006.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CLUTTERBUCK, Richard. **Guerrilheiro e Terroristas**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

COLE, David *and* DAMPSY, James. **Terrorism and Constitution**. The New York Press: 2002.

CONHEÇA a estratégia 'Black Block', que influencia protestos no Brasil. *GI*, São Paulo, 12 de julho de 2013.

DERI, Francis Dupuis. **Black Blocs**. Editora Veneta: 2014.

Who's Afraid of the Black Blocs? Anarchy in Action around the World; Pmpress 2014.

EGITO acusa jornalistas da Al-Jazeera de associação ao terrorismo. *Estadão*, São Paulo, 29 de janeiro de 2014.

ELORZA, Antonio (coord.) **La Historia de ETA**. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2000.

EM ESCOLA ocupada em São Paulo, polícia atira com balas de verdade. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 04 de novembro de 2016.

EM GÊNOVA, em 2001, ativista foi morto em manifestação contra a globalização. *O Globo*, 11 de outubro de 2013.

EM IMAGENS a batalha de Seattle. *BBC BRASIL*, 01 de dezembro de 1999. Especial Rodada do Milênio.

EM PROTESTO contra testes em cães, Black Blocs queimam carros da PM e da Globo. *Portal Terra*, 19 de outubro de 2013.

ESTUDANTES voltam a protestar em Quebec. *Diário do Grande ABC*, 25 de maio de 2012.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERGUSON, Niall. **Paris and the fall of Rome**. The Boston Globe Nov. 2015. Disponível em: <https://www.bostonglobe.com/opinion/2015/11/16/paris-and-fall-rome/ErlRjkQMGXhvDarTIxXpdK/story.html>

FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro***; VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan/jun 2012.

FINLEY, Moses. **Democracia Antiga e Moderna**. Rio de Janeiro. Graal, 1988.

FIUZA, Bruno. Black Blocs: A origem da tática que causa polêmica na esquerda. *Viomundo*, 08 de outubro de 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

FOUCAULT, Michel. “Soberania e Disciplina” *In Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 182.

FRANCISCO, Igor Lapsky da Costa. **Cadernos do tempo presente** edição n. 6, 6 de janeiro de 2012.

FURET, François; RAYNALD, Phillippe; LINIERS, Antoine. **Terrorisme et Democratie**. Paris: Fayard, 1985.

GARCIN-MARROU. **Terrorisme médias et démocratie**. Lyon: Press Universitaire Lyon, 2001.

GELDERLOO, Peter. **Como a Não-Violência protege o Estado**.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRÉCIA: adolescente foi morto por ricochete de bala disparada pela polícia. *Público*, 10 de dezembro de 2008.

GREVE GERAL aumenta a tensão na Grécia em meio a protestos pela morte de adolescente. *O Globo*, 10 de dezembro de 2008.

GUILLAUME, Gilbert. **Terrorisme et droit international, Recueil des Cours de l’ADI, Haia**, 1989.

GUILHAUMOU, Jacques. **A agenda do terror: uma revolução em curso (1793, 1794)**. UMR “TRIANGLE”, ENS- Lyon LSH; 2007.

_____. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Realizações e Limites do Estado Nacional Europeu. In: BALAKRISHNAN, G. (org.) **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 297-310.

_____. O Discurso Filosófico da Modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HASTINGS, Max. **Inferno: O mundo em Guerra 1939 – 1945**. Intrínseca: 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002.130

HELLER, Agnes. **A Condição Política Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HEYDTE, Friedrich August von der. A Guerra Irregular Moderna em políticas de defesa e como fenômeno militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.

HOBBSAWM, Eric. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **A Era dos Extremos**. O Breve Século XX. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

_____. **O Novo Século**. Entrevista a Antonio Polito. São Paulo: Ciadas Letras, 2000.

. **Globalização, democracia e terrorismo**; Editora Cia das letras, 2007.

HOFFMAN, Bruce. **Inside Terrorism**. Columbia: Columbia University Press, 1998.

IANNI, Otavio. **Teorias de Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IMPEÇAM que destruam o meio ambiente. *BBC BRASIL*, 30 de novembro de 1999. Especial Rodada do Milênio.

IRRITANDO ESQUERDISTAS: Terroristas do Black Bloc são denunciados por formação de quadrilha. *Ceticismo Político*, 01 de agosto de 2013.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1997.

JENSEN, R. **Daggers, rifles and dynamite: anarchist terrorism in nineteenth century Europe**. Terrorism and Political Violence. Oxford, vol. 16. spring, 2004.

KELLERHOFF, V. S. Felix. Der Tag, an dem Schleyer entführt wurde. *Welt*, Alemanha, 05 de setembro de 2007. Política.

KIRSCHNER, T Cristina. **A reflexão conceitual na prática historiográfica**. 2007, p. 49.

KOCKA, Jurgen. **Comparison and Beyond; History and Theory**, volume 42, Fev. 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futures Past**. Massachusetts: Institute of Technology, 1985.
_____. **Crítica e Crise**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KRAUSS, Heidi. **Despedida de La Torre de Marfil- História Comparada** - Una introducción; Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, História Medieval, 2008.

KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios. Serie: Estudos libertários**. Hedra, São Paulo, 2007, p. 119 e 120.

KRUGLANSKI, Arie W. and FISHMAN, Shira; Social Psychological Factors in Terrorism and Counterterrorism: Individual, Group, and Organizational Levels of Analysis University of Maryland Issues and Policy Review, Vol. 3, No. 1, 2009.

_____. **Terrorism**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1977.

KULISCIOFF. Carlo Giuliani era un terrorista, non un eroe. *The Front Page*, 19 de julho de 2010.

LAMBERT, S. BANERJEE, S. Quebec police admit agents posed as protesters. *The Star*, Canadá, 24 de agosto de 2007.

L'ARRESTATION de Revachol. **Le Petit Journal Illustré**. Paris, n. 73, samedi, 16 avr; 1892

LEFORT, Claude. **A Invenção Democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEONHARD, Jorn. **A New Casting of political sects: los origens de liberal em el discurso político inglês y europeu: una comparación**, núm. 28; 2004

LEWIS, Bernard. **Os Assassinos: os primórdios do terrorismo no Islã. Rio de Janeiro:** Jorge Zahar, 2003.

. **A Crise do Islã: Guerra Santa e Terror Profano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem política do Império**. Boitempo: 2010.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUCKÁCS, G. História e Consciência de Classes. Estudos de dialéctica Marxista. Porto: Escorpião, 1974.

LYOTARD, François. **O Pós- Moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.131.

MACEDO, Leticia. 'Ele não é Black Block', diz irmão de jovem baleado por policiais em ato. *GI*, São Paulo, 27 de janeiro de 2014.

MACLUHAN, Marshall. "A Imagem, o Som e a Fúria", In: Bernard Rosenberg e David Manning White (organizadores). **Cultura de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1973.

MAQUIAVEL, Nicolau. In 'O Príncipe', 6ª edição. Martin Claret, 2008.

MARCUSE, Herbert. A Ideologia da Sociedade Industrial. **O Homem Unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. **Contra-revolução e Revolta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MARGARONIS, Maria. How police shooting of a teenage boy rallied the '€700 generation'. *The Guardian*, Londres, 13 de dezembro de 2008.

MAZETO, Francisco de Assis Penteado. **O terrorismo na História**; Artigo disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Terrorismo.pdf>

MESQUITA, Luiz Eduardo Garcia de. **O terrorismo e a sua probabilidade de ocorrência no Brasil**; Rio de Janeiro: ESG, 2012.

MILHARES de pessoas manifestam-se em Roma contra violência policial. *Público*, 24 de julho de 2001.

MONGNOLI, Demétrio. Quarenta Garotos. *O Globo*, 05 de junho de 2014.

MONTEIRO, Fabricio Pinto. **O anarquista terrorista na imprensa escrita no século XIX**, Revista Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009

MORAES, Wallace dos Santos de. A respeito do aniversário da ditadura civil-militar no Brasil- uma crítica anarquista; OTAL; 2014.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Genealogia da Moral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NOTA DA OATL sobre a criminalização dos movimentos sociais, anarquismo e o terror de estado. *Organização Anarquista Terra e Liberdade*, 21 de fevereiro de 2014.

NYE, Joseph. **O paradoxo do poder americano**. Unesp, 2002.

NYE, Joseph. **Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History**. 5th ed. New York: Pearson Education, 2005.

OLIVEIRA, Pâmela. Black Bloc adota o terrorismo digital. *Veja.com*, Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2013.

ONU e chefes de Estado condenam ataque terrorista a boate gay em Orlando. *Jornal do Comércio*, Estados Unidos, 13 de junho de 2015.

ORGANIZACIÓN DE LOS ESTADOS AMERICANOS. Informe sobre terrorismo e de rechos Humanos. Washington, D. C, 2002.

ORTELLADO, Pablo. **Mascarados; a verdadeira história dos adeptos a tática Black Bloc; Posfácio; O Black Block e a violência;** 2014.

ORTELLADO, Pablo. Black Bloc na sombra - Explicar a gênese e o propósito não é apologia, é ajudar a compreender o fenômeno. *O Globo*, 20 de fevereiro de 2014.

PALESTINOS comemoram nas ruas. *Estadão*, Brasil, 11 de setembro de 2001.

Patrick F. Gillham e Gary T. Marx; **“Complexity and irony in policing and protesting: The World Trade Organization in Seattle”**, *Social Justice* 27, no 2 (2000).

POPPER, Karl. **A Sociedade Aberta e seus Inimigos**. Belo Horizonte: Editora Itataia, 1959.

RAWLS. John. **O Direito dos Povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

POLICIAL MILITAR atira em manifestante durante protesto contra violência em Pernambuco. *GI*, Pernambuco, 18 de março de 2017.

PRESSE, France. Egito: 'Black Bloc', misterioso grupo opositor acusado de 'terrorismo'. *GI*, 31 de janeiro de 2013

PROST, Antonie. As palavras In REMOND, René: **Por uma história política**, 2 edição; FGV; 2003.

RAHMANI, Sina. Macht Kaputt Was Euch Kaputt Macht: On the history and the meaning of the Black Block. *Politics and Culture*, 9 de novembro de 2009.

REMOND, René. **Por uma história política**. 2 edição; FGV; 2003.

ROSENFELD, Denis L. e MATTÉI, Jean François (org.) **Terror**. Filosofia Política III/4. Jorge Zahar Editor. R. J. 2002.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Cia das Letras: UFMG, 2007.

SANTOS, I.G. Policial grego ficou gravemente ferido em ataque atribuído a grupo terrorista. *Publico*, 06 de janeiro de 2009.

SCHMITT, Carl. **O Conceito do Político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SCHITTINO, Renata Torres. **Terrorismo: a violência política como espetáculo**. Dissertação de mestrado PUC Rio Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2004.

SEATTLE decreta estado de emergência. *BBC BRASIL*, 01 de dezembro de 1999. Especial Rodada Do Milênio.

SEIXAS, Eunice Castro. **Terrorismos: uma exploração conceitual**. Revista Sociologia Política Curitiba, volume 16, 2008.

SILVA, L. Gonçalves. **O Processo de Recrutamento em Organizações Terroristas**. Universidade de Coimbra. 2012.

SONTAG, Susan. **Diante da Dor dos Outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SUAREZ, Marcial A. Garcia. **A crueldade, a Técnica Moderna e as Faces do terrorismo** In Cadernos de Sociologia e Política, 2005.

TOMAZ, Kleber. Exército admite realizar ‘operações de inteligência’ em manifestações de rua. *GI*, São Paulo, 23 de setembro de 2016.

TRAVIS, Alan. Cuts protest: Theresa May to review police powers in aftermath of clashes. *The Guardian*, 28 de março de 2011.

TROTSKY, Leon. **Porque os marxistas se opõem ao terrorismo individual**. Publicado em 1911 na revista socialdemocrata austríaca “A luta”.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

VANCOUVER police shift blame for riot. *CBCnews*, Canadá, 20 de junho de 2011.

VIEIRA, W. LOCATELLI, P. “Não há violência no Black Bloc, há performance”. *Carta Capital*, 02 de agosto de 2013.

VIOLENCE erupts again in Genoa. *The Guardian*, 21 de julho de 2001.

VITIMA é identificada quase 14 anos depois do 11 de setembro. *GI*, Brasil, 19 de março de 2015.

ZUQUETE, Jose Pedro. **Por que ser um Black Bloc** in Revista de história, 01/07/2014.

WATSON, D.L. Before the Senate Select Committee on Intelligence. *The FBI*, Estados Unidos, 06 de fevereiro de 2002.

WILKINSON, P., **Terrorismo Político**. Artenova, 1974.

WINCHESTER, Simon. 13 killed as paratroops break riot. *The Guardian*, Irlanda do Norte, 31 de janeiro de 1972.

WINCHESTER, Simon. HOGGART, Simon. 11 die in Belfast hour of terror. *The Guardian*, Irlanda do Norte, 22 de julho de 1972.

YÁRNOZ, Carlos. França promete resposta dura aos atentados do Estado Islâmico em Paris. *El País*, Paris, 15 de novembro 2015. Internacional.

11 DE SETEMBRO: Cinco teorias de conspiração. *BBC BRASIL*, 29 de agosto de 2011.

71 ANOS DA BOMBA atômica no Japão: As duas maiores atrocidades humanas da história completam 71 anos, no dia 6 em Hiroshima e 9 de agosto em Nagasaki. *Nippo Brasil*, sem data informada.

200 ARRESTED as anarchists fight police after 500,000-strong anti-cuts march... and cover Trafalgar Square in graffiti. *Mailonline*, 29 de março de 2011.

ANEXO 1

fiSIO OP'TSR90R lh P£ñls

ARCME3 9OMB ¥7LO8ION IR
@BA5L BOTEL.

PARIS, Feb. 29.—A bomb exploded at

Yesterday afternoon two strangers, one of whom gave his name as Kalikus, inquired

they declared satisfied them, and they engaged it. They spent a short time in the room and then left, remarking casually as

ly suspicious of her new lodgers, went to

from the room and immediately sent for

While awaiting the coming of the officers,

thing in it. Every window pane in the house was blown into atoms.

The landlady and the two lodgers with her were badly injured. Had they had time to enter the room there is no question but that they would have been killed.

Notwithstanding the early hour, the news the vicinity were soon swarming with people. The greatest excitement prevailed. The police arrived promptly and a cordon was established about the hotel, through

There are three theories to account for the explosion. One is that the bomb was

be learned, no smoke was seen ascending Dow anywhere in the vicinity of the room. Another is that the bomb was placed in the room by a person who had been in the room at the time of the explosion. The third theory is that the opening of the door was the cause of the explosion, which was caused by the falling of the door, which was supported by a wooden beam.

As the investigation proceeds, it is not thought that the explosion was caused by a person who had been in the room at the time of the explosion. The explosion was caused by the falling of the door, which was supported by a wooden beam.

attempt had been made to blow up or, at

CLIMAX OF A SERIES OF CRIMES.
 New York Times (1887-Correct Eds); Jan 25, 1894; ProQuest Historical Newspapers The New York Times (1851 - 2003)
 pg. 3

CLIMAX OF A SERIES OF CRIMES.

France for Over a Year Terrorized by the Anarchists.

The assassination of President Carnot in the climax of a series of crimes, themselves the outcroppings of the violent spirit of unrest and discontent that, clothing itself in deeds of murderous violence, has for so long a time kept all Europe waiting for what might be next to come.

France, in particular, which had one reign of terror under the revolutionist, now has another under the anarchist, a ruler whose schemes of power, all the more to be dreaded because hidden, are the dynamite bomb, the concealed revolver, and the stinking dagger.

French Anarchists have made mighty strides in crime since that day in 1834 when their prototype Ravalliac stabbed Henry IV. in his carriage and was later torn to pieces by wild horses as an example to would-be vigilantes.

The names Ravalliac and Ravachol have a certain sinister similarity to each other which is more than appropriate. Ravalliac's spirit was born again four centuries after his death. In Ravachol, one of the most potent of the breed of miscreants who have sprung simultaneously in the last three years in Italy, France and Spain.

Where this late breed of Anarchistic energy started is hard to say. It is to be noted, however, that while the taint of An-

Reproduced with permission of the copyright owner.

archy was affixed the people living in the more temperate climes to a certain degree it has been most especially violent in the more Latin countries named above.

Spain is, of course, an exception to this rule, but the trouble in her case is more political than social, more of a fight against the existing state or government than against the existence of society and all government.

The virtual terrorizing of Paris by the Anarchists began in 1878. Through January and February of that year nothing was talked of in public circles but plots and rumors of plots to blow up the Chamber of Deputies, or that Minister's house.

The Spanish Embassy, it was said, was to be blown up in revenge for the execution of four Anarchists in Spain, and a strong guard was put around it.

As for dynamite bombs, the police found them, or the Paris press said they found them, on the spot of every hundred door-step. As fast as they were found they were much as if they were in the police files, but when, on March 1, a mysterious explosion occurred in the house in the fashionable Faubourg St. Germain of the society leader, the President of the Chamber in quick succession by others at the residences of M. Buffet and by Buffet, a man who had sentenced several Anarchists to prison, Paris, usually so ready to jump at everything and everybody, began to take her Anarchists in all seriousness.

She had good reason so to do. March was a veritable month of assassinations, and the life of no man who had attained any civil or municipal prominence seemed safe.

The month closed with the arrest of the notorious Anarchist Leon Ravachol. At that time under the sentence of death for the murder of an old man, believed to be the head of the band who were the authors of all the dynamite explosions, his lodgings were searched and many explosives were found there.

Simultaneously with Ravachol's arrest in Paris was started the trial at the Strand-side, Assizes, England, of six chemists who entered into a dynamite conspiracy at Walsall. Sir Richard Webster, the Attorney General, conducted the prosecution.

Ravachol's arrest turned out to be a most important one. An important conspiracy was concerned in explosions in the Boulevard St. Germain and at the Louve Bar-rière, turned evidence against him, and not only was he proved to be a dynamiter and a murderer, but also a grave robber and counterfeiter.

He was, moreover, proved to be connected with the attempt to blow up the house at 32 Rue Richelieu, of M. Buffet, one of the plotting chemists in the Assizes trial.

While such cities as Berlin, Vienna, and Madrid were themselves hotbeds of Anarchistic disturbances, the eyes of all Paris were fixed on the trial of Ravachol, the

most important of the Anarchistic conspirators who claimed to possess higher power than any combination so far known to the chemists.

This doom was inevitable, and so his capture was an anticipatory revenge. On April 25 by blowing up the restaurant of M. Wazy, the man who on March 20 delivered Ravachol into the hands of the police, the explosion wrecked the restaurant and killed the proprietor, besides injuring three other persons.

Ravachol had been recovered, his clothing was neatly fitted into the suitcase by the Police. The Public Prosecutor's office in Spain, Gen. Bourdine's Division, in September of 1893, had his horse killed under him at a gallop by the bomb of the rabid Anarchist Pallas. Cannon got over his injuries and Pallas was shot.

Then came the crowning outrage of Anarchy in Spain. The opera house at the Egyptian Opera House, Barcelona, opened on the night of Nov. 1, 1893. The house was packed to witness the production of "William Tell," so the crowd not two dynamite bombs were thrown from the gallery down to the orchestra, down one of them exploded and killed three persons, and their lives in the wholesale massacre.

The record of Anarchistic violence in 1893 is a long and dismal one. It was brought to an exciting close by the throwing of a bomb filled with iron nails in the French Chamber of Deputies on Dec. 8 by Auguste Villain, a Lepidist of the extreme type full of self-infliction and bragadoise.

No one was killed, but many of the Deputies were injured, while Villain himself was wounded severely. He was arrested and the second followed his predecessor to the gallows and was himself followed to the same doom with necessity by the last of the Anarchists of cowardly, unscrupulous, the Spanish Head, KERRY.

NECHAYEFF THE NIHILIST

New York Times (1857-Current file); Feb 19, 1884; ProQuest Historical Newspapers The New York Times (1851 - 2003)
pg. 3

NECHAYEFF THE NIHILIST

CHAPTERS FROM A BRIEF BUT
EVENTFUL LIFE,REALLY THE FATHER OF TERRORISM IN
ROSSIA—POWER HE EXERCISED WHILE
IN PRISON AND HIS CONVERTS.

From the London Times.

Secret revolutionary societies have always existed in Russia, but they had no positive programme and were the spontaneous outcome of dissatisfaction rather than the result of a pre-conceived plan. Even the insurrection of 1825 was completely wanting in organization. It was not till after Karakozoff's attempt upon the life of the Czar, in 1866, that the revolutionary organization which has since exercised so much power was brought into existence. Many contributed to this work, but none were more active than Nechayeff, who imparted a decided direction to the secret circles and societies then in existence. He gave them for definite purpose the overthrow of the Czar. More than this, he was the initiator of Nihilistic terrorism, and was himself the author of the first crime committed in obedience to this new policy. To the outer world the existence of Nihilism as a militant and powerful association was first revealed by the discovery of the body of the student Ivanoff. This unfortunate youth was a friend, it is even said an intimate friend, of Nechayeff, but they ultimately disagreed in political matters, and Ivanoff, deeming his companion was going too far, threatened to resign and quit the secret association. This menace was looked upon as an act of treason, and the conspirators, fearing they might be betrayed to the police, condemned Ivanoff to death, and he was "executed" by his friend Nechayeff.

This was the first notable deed in the career of this remarkable man. Nechayeff was born of humble parents in the village of Khomovtorka, in the Province of Vladimir. His ability procured for him favors at the hands of the clergy. He was sent to St. Petersburg, and became a teacher of religion at the Sergius School. Though but a self-educated man, he was able to lay up a great store of knowledge. He studied deeply German philosophy, political economy, history, and taught himself French by reading Rochefort's *Lanterne*. So great were his powers of organization and persuasion that the Russian Government set a high price upon his head, pursued him even abroad, and finally succeeded in obtaining his extradition from Switzerland. For this purpose the sum of 50,000 francs was paid to

in his cell, a deprivation which was not imposed even by Gen. Potapoff, who, nevertheless, had good reasons for revenge. Nechayeff also mentioned that in 1875 the Government had offered to expose his views, and now he remarked that events had justified the opinions he then expressed, and that the continuation of arbitrary rule and reaction would prove as pernicious in the future as in the past. This petition he was assured would be communicated, if not to the Czar himself, at least to a high official; but as he had a little later another opportunity of communicating with the outer world, he sent a copy of the document to his friends.

In the Summer of 1882 all relations with the prisoner were finally interrupted, the friendly soldiers were ultimately arrested, and the celebrated trial of the 17 ensued. Nothing more was ever ascertained about Nechayeff beyond the fact that he was cruelly beaten in consequence of a dispute with the inspector of the prison, and died shortly afterward, in December, 1882. Some suppose that he committed suicide, others that he was killed by the effects of the blows; but in all cases his untimely end—for he died in the prime of life—was keenly lamented by all the Nihilists. There are not many who go as far or display as much unscrupulousness as Nechayeff; but all recognize his ability, his courage, and utter disregard of self. He was the most ardent promoter of terrorism, and when in Switzerland he was not satisfied even with Bakounine, whom he considered too moderate. He advocated assassination long before it was practiced; and while suffering from the most cruel imprisonment, never relaxed his hold upon the enemy; but, with bulldog tenacity, preferred to see the Czar struck than be himself released. It seems that his policy has survived his death, for we have not only the murder of Gen. Soudaïkin, but the promise of several other "removals."

the Zurich Prefect of Police, Pfenniger, who facilitated the extradition, which, according to all accounts, was more like an act of kidnaping. The Municipal Council, at all events, protested strongly, and passed a resolution to the effect that even common criminals should not be given up to such Governments as those of Russia and Turkey. Tried at St. Petersburg in 1872, Nechayeff merely sought to prove for his defense that the crime was strictly political, but each time he began to speak he was dragged out of court and badly beaten by the gendarmes. Thus silenced and almost stunned, he was sentenced as a common criminal to three years' penal servitude in Siberia. The Government, to conceal the dagger by which it was beset, represented Nechayeff as an vulgar criminal, and accused him of killing a man for purposes of robbery, without allowing my mention to be made of any political object.

The condemnation once obtained, the attitude of the Government was very materially altered. As an ordinary criminal, he would undoubtedly have been dispatched to Siberia in accordance with the sentence, but so precious a capture could not thus be sent out of sight. Nechayeff was therefore confined in the most secure and secret part of the fortress of Peter Paul, known as the ravelin of Alexis. Here it was imagined he would be rendered absolutely powerless, his escape put out of all question, while he might, perhaps, if adroitly managed, be made to reveal important secrets. The very reverse was the result. Incredible as it may seem, Nechayeff still continued directing the Nihilist movement, though he never quitted his prison, and while he was able to chastise with his own hands a Government official, his keepers never made him commit the slightest indiscretion affecting the interests of his party. Several high officials visited him from time to time to ask his opinion on the political situation of Russia and to exhort him to make a declaration of repentance. On one of these occasions he was able to communicate with the Czar Alexander II., to whom he boldly declared that absolutism was out of date, even in Russia, and that a Constitution alone would solve the pending difficulties. Among the more distinguished visitors was Gen. Potapoff, the Ataman or Chief of the Cossacks of the Don. This officer had been Governor-General of Lithuania, but was at that time Chief of the Corps of Gendarmery to which the Third Section, or secret police, is attached. It was in this latter capacity that he engaged in a lengthy and animated conversation with the prisoner. He invited Nechayeff to write a paper on the composition and plans of the revolutionary party—a suggestion which was received with contempt. Gen. Potapoff then threatened the prisoner with corporal punishment, and Nechayeff, deeming himself insulted, suddenly administered so violent a slap on the General's face that his nose bled profusely. This unprecedented event caused the utmost sensation, and, to make matters worse, the blow was struck in the presence of Gen. Korakoff, the Governor of the prison, and several officers, gendarmes, and jailers.

Nechayeff was now put in chains, connected by a metal rod and riveted to the wall. Thus embarrassed, he could neither lie down, stand up, nor sit with anything approaching to ease; but he suffered still more from the shrieks of a madman confined in the next cell. His name was Shevick, formerly an officer. He did not belong to any political organization, but during a review at the ranks, accosted the Emperor and reproached him severely for having killed his sister. For this breach of discipline he was imprisoned by order of the Czar, without judicial procedure, and the solitary confinement destroyed his reason. All these incidents favored Nechayeff's deep-laid schemes. He now began to convert the soldiers who were on the watch. He never lost an opportunity of speaking to them, and though they were not allowed to reply, he nevertheless contrived to make them lose patience. By the display of his own suffering, by appealing to their humanity, or else by calling them brutes, pitiless animals, he would at last obtain some word of excuse, the soldiers generally alleging that their oath and discipline made it impossible for them to interfere.

Nechayeff eagerly caught at such replies to explain to the soldiers that their duty toward the country was quite on the other side; that he had not been imprisoned for the committal of any crime, but for seeking to promote the interests of the people of the very class to which the soldiers belonged. He was attempting to free from oppression the men who thought it their duty to watch him so strictly. At the same time he skillfully shadowed forth to these somewhat thick-headed and ignorant soldiers the great fact that he was not standing alone, but belonged to a party exercising influence even at Court, at whose head was the heir apparent himself.

The visits Nechayeff had received from important personages, the respect shown to him by the Emperor, and the influence which he ensured of-rigar, and his counm:u tin ling fio box thy gain of so lofty a fu n ctionary as O en. Potn pull',

the Zurich Prefect of Police, Pfenniger, who facilitated the extradition, which, according to all accounts, was more like an act of kidnaping. The Municipal Council, at all events, protested strongly, and passed a resolution to the effect that even common criminals should not be given up to such Governments as those of Russia and Turkey. Tried at St. Petersburg in 1872, Nechayeff merely sought to prove for his defense that the crime was strictly political, but each time he began to speak he was dragged out of court and badly beaten by the gendarmes. Thus silenced and almost stunned, he was sentenced as a common law criminal to Siberia, and was obliged to conceal the cause by which he was beset, represented Nechayeff as a vulgar criminal, and accused him of killing a nobleman for purposes of robbery, without allowing mention to be made of the political object.

The condemnation once obtained, the attitude of the Government was very materially altered. As an ordinary criminal, he would undoubtedly have been dispatched to Siberia in accordance with the sentence, but so precious a capture could not thus be sent out of sight. Nechayeff was therefore confined in the most secure and secret part of the fortress of Peter Paul, known as the cell of Alexis. Here it was imagined he would be rendered absolutely powerless, his escape put out of all question, while he might, perhaps, if adroitly managed, be made to reveal important secrets. The very reverse was the result. Incredible as it may seem, Nechayeff still continued directing the Nihilist movement, though he never quitted his prison, and while he was able to chastise with his own hands a Government official, his keepers never made him commit the slightest indiscretion affecting the interests of his party. Several high officials visited him from time to time to ask his opinion on the political situation of Russia and to exhort him to make a declaration of repentance. On one of these occasions he was able to communicate to the Czar Alexander II., to whom he boldly lectured that absolutism was out of date, even in Russia, and that a Constitution alone would solve the pending difficulties. Among the more distinguished visitors was Gen. Potapoff, the Ataman or Chief of the Cossacks of the Don. This officer had been Governor-General of Lithuania, but was at that time Chief of the Corps of Gendarmery to which the Third Section, or secret police, is attached. It was in this latter capacity that he engaged in a lengthy and animated conversation with the prisoner. He invited Nechayeff to write a paper on the composition, aims, and plans of the revolutionary party—a suggestion which was received with contempt. Gen. Potapoff then threatened the prisoner with corporal punishment, and Nechayeff, deeming himself insulted, suddenly administered so violent a slap on the General's face that his nose bled profusely. This unprecedented event caused the utmost sensation, and, to make matters worse, the blow was struck in the presence of Gen. Korjakoff, the Governor of the prison, and several officers, gendarmes, and jailers.

Nechayeff was now put in chains, connected by a metal rod and riveted to the wall. Thus embarrassed, he could neither lie down, stand up, nor sit with anything approaching to ease; but he suffered still more from the shrieks of a madman confined in the next cell. His name was Shevick, formerly an officer. He did not belong to any political organization, but during a review he had left the ranks, accosted the Emperor Alexander II., and reproached him severely for having violated his sister. For this breach of discipline he was imprisoned by order of the Czar, without judicial procedure, and the solitary confinement destroyed his reason. All these incidents favored Nechayeff's deep-laid schemes. He now began to convert the soldiers who were on the watch. He never lost an opportunity of speaking to them, and though they were not allowed to reply, he nevertheless contrived to make them lose patience. By the display of his own suffering, by appealing to their humanity, or else by calling them brutes, pitiless animals, he would at last obtain some word of excuse, the soldiers generally alleging that their oath and discipline made it impossible for them to interfere.

Nechayeff eagerly caught at such replies to explain to the soldiers that their duty toward the country was quite on the other side; that he had not been imprisoned for the committal of any crime, but for seeking to promote the interests of the people of the very class to which the soldiers belonged. He was attempting to free from oppression the men who thought it their duty to watch him so strictly. At the same time he skillfully shadowed forth to these somewhat thick-headed and ignorant soldiers the great fact that he was not standing alone, but belonged to a party exercising influence even at Court, at whose head was the heir apparent himself.

The visits Nechayeff had received from important personages, the respect shown to him by the officials even while imprisoning him, and his communication to the Czar, all these things were of so lofty a

functionary as Gen. Potn pull',

ANEXO 4



Fig. 1. A prisão de Ravachol. Le Petit Journal Illustré, nº 73, Paris, 1892.